



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CAMPUS DO AGRESTE

PPGECON – PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

VIRIATO JOÃO LOPES NHANCA

**MACROECONOMIA RECENTE DE GUINÉ-BISSAU:
perspectiva no contexto regional globalizado**

Caruaru – PE

2013

VIRIATO JOÃO LOPES NHANCA

**MACROECONOMIA RECENTE DE GUINÉ-BISSAU:
perspectiva no contexto regional globalizado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia como parte das exigências para obtenção do grau de Mestre em Economia, pela Universidade Federal de Pernambuco- Campus do Agreste.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Maria Fernanda Freire Gatto Padilha

Caruaru- PE

2013

Catálogo na fonte
Bibliotecária Simone Xavier CRB/4 - 1242

N576m Nhanca, Viriato João Lopes.
 Macroeconomia recente de Guiné-Bissau: perspectiva no contexto regional
 globalizado. / Viriato João Lopes Nhanca. - Caruaru: O Autor, 2013.
 112f. ; il.; 30 cm.

 Orientadora: Maria Fernanda Freire Gatto Padilha
 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA. Programa
 de Pós-Graduação em Economia, 2013.
 Inclui bibliografia.

 1. Economia – Guiné-Bissau. 2. Macroeconomia. 3. UEMOA. I. Padilha, Maria
 Fernanda Gatto (orientadora). II. Título.

330 CDD (23. ed.)UFPE (CAA 2013-12)

Em memória do meu pai

João Lopes Nhanca



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA-PPGECON

A comissão examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado

**“MACROECONOMIA RECENTE DE GUINÉ-BISSAU: PRESPECTIVA NO CONTEXTO
REGIONAL GLOBALIZADO”**

Defendida por

Viriato João Lopes Nhanca

Considerada o candidato APROVDO

Caruaru, 21 de março de 2013

MARIA FERNANDA FREIRE GATTO PADILHA (UFPE/CAA)

(orientador)

JOÃO POLICARPO RODRIGUES LIMA (UFPE/CCSA)

(examinador externo)

MONALIZA DE OLIVEIRA FERREIRA (UFPE/CAA)

(examinadora interno)

AGRADECIMENTOS

A Deus pai todo poderoso, meu anjo da guarda que sempre me ajuda em minha caminhada, nunca me permitindo desistir do meu sonho.

Aos que estiveram acompanhando a minha trajetória acadêmica, sobretudo aos meus pais João Lopes Nhanca e Maria Bedan, que sempre me guiaram no caminho certo, ao não permitir que eu fosse abatido pelo desânimo, especialmente em momentos mais difíceis da minha trajetória. Aos meus irmãos, sobrinhos, primos e amigos que sempre me incentivaram, apoiaram e confiaram na minha capacidade e desempenho ao longo dessa caminhada.

A minha professora e orientadora Maria Fernanda Gatto por ter tido comigo a paciência necessária durante todo o processo de realização dessa dissertação de mestrado, esta trajetória talvez não tivesse sido possível. Pela paciência e pela sugestão dela acerca do tema para o presente trabalho, gostaria de externar aqui meu mais profundo agradecimento.

Outrossim, agradeço, do fundo de meu coração a presença da banca examinadora pela disposição, bem como pelas valiosas sugestões acerca desta Dissertação de Mestrado.

Ao governo brasileiro, sem esquecer-se do seu povo alegre e maravilhoso, que foi tão acolhedor e caloroso, porém, não posso expressar toda minha gratidão. À Universidade Federal de Pernambuco, ao Programa de Pós-Graduação em Economia – PPGECON do campus do Agrestes, aos professores e a secretaria deste programa, em especial a coordenadora Prof^a Dr^a Monaliza Ferreira pela concessão da oportunidade de realizar mais um sonho importante na vida, dentre outros que espero continuar realizando aqui no Brasil.

À CAPES e PROPESQ, que garantiram esses dois anos a minha permanência no referido programa e o suporte financeiro indispensável.

Finalmente, a todos que sempre torceram de maneira direta ou indiretamente para que esse sonho pudesse ser uma realidade.

Todos os erros e omissões são da inteira responsabilidade do autor.

“Cada sonho que você deixa para trás, é um pedaço do seu futuro que deixa de existir”.

Steve Djobs

NHANCA, Viriato João Lopes. **Macroeconomia recente de Guiné-Bissau: Perspectiva no contexto regional globalizado**. 2013. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGECON – Programa de Pós - Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco – Campus do Agreste. Caruaru-PE, 2013.

RESUMO

O presente trabalho pretende investigar a economia recente de Guiné-Bissau após a sua adesão a UEMOA, analisando ainda o papel do Estado na condução do desenvolvimento. Para a realização desse trabalho foi proposta uma pesquisa bibliográfica, baseada na análise quantitativa e qualitativa. Além disso, farão utilizados dados secundários: livros, relatórios, artigos especializados de revistas nacionais e internacionais, a respeito do tema proposto. Os resultados do estudo apontam que a UEMOA contribuiu apenas para controlar a inflação na economia (de Guiné-Bissau) devido à persistência da instabilidade política verificada desde o conflito político militar de 1998, o que não permitiu uma adesão efetiva da referida economia à UEMOA. Os resultados do estudo ainda apontam uma fraca participação do Estado na condução do desenvolvimento da economia tendo em vista o difícil relacionamento entre os poderes políticos, as instituições democráticas, as diferentes forças políticas do país e, sobretudo com o poder militar.

Palavras-Chave: Economia de Guiné-Bissau, análise de variáveis macroeconômicas, integração a UEMOA.

NHANCA, Viriato João Lopes. **Macroeconomia recente de Guiné-Bissau: Perspectiva no contexto regional globalizado**. 2013. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGECON – Programa de Pós - Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco – Campus do Agreste. Caruaru-PE, 2013.

Abstract

The present work pretending investigate the recently economy of Guinea Bissau, then your adherence of UEMOA, analyzing the work of the State in the conduction of development. For this work to be done it was offer a research bibliography, based on analysis of quantitate and qualitative. Beside that, it has utilize secondary data: Books, report, articles of magazine national and international, for the theme offered. The results of the study indicate the UEMOA contribute only to control the inflation of the economy (of Guinea-Bissau) due to the persistence of the politics instability verify since the State conflict politics military of 1998, which do not permit an Adherence effective refer to the economy a UEMOA. The results of the study still indicate a weak involvement of the State in the conduction of economy growth to tend towards the difficult relationship between the political power, the democrats institution, the difference political power of the country and mainly military power.

Key Word: Economy of Guinea- Bissau, analyzing the variety of macroeconomic, integration of UEMOA.

Lista de Abreviaturas

BAO – Banco da África Ocidental
BCEAO – Banco Central dos Estados da África Ocidental
BDU – Banco para o Desenvolvimento da União
BM – Banco Mundial
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BOAD – Banco Oeste Africano de Desenvolvimento
BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China
CFA – Comunidade Financeira Africana
CNPE – Comitês Nacionais de Política Econômicos
CMN – Conselho Monetário Nacional
DENARP – Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
FAGACE – Fundo Africano de Garantia e Cooperação Econômica
FAO – Organização para a Agricultura e Alimentação
FMI – Fundo Monetário Internacional
IED – Investimento Estrangeiro Direto
IHPC – Índice de Harmonização de Preços ao Consumidor
ILAP – Inquérito Ligeiro para Avaliação da Pobreza
IPEA – Índice de População Economicamente Ativa
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPC – Índice de Preço do Consumidor
MIGA – Agência Multilateral de Garantia de Investimento
MEPIR – Ministério da Economia, Plano e Integração Regional
MF – Ministério das Finanças
MRAFPT – Ministério da Reforma Administrativa Finança Pública e Trabalho
NAFTA – Tratado de Livre Comércio da América do Norte
OECD – Organização Econômica para Comércio e Desenvolvimento
OCDE – Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMC – Organização Mundial de Comércio
OUA – Organização da Unidade Africana
PAIGC – Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde
PEA – População Economicamente Ativa
PIB – Produto Interno Bruto
PNUAD – Plano-Quadro das Nações Unidas de Apoio ao Desenvolvimento
PRS – Partido de Renovação Social

TEC – Tarifa Externa Comum

UEMOA – União Económica Monetária da África Ocidental

EU – União Europeia

UMOA – União Monetária África Ocidental

SYSCO – Sistema de Contabilidade Oeste Africano

Lista de Quadros

Quadro 1 – Fases marcantes da história da globalização econômica.....	28
Quadro 2 – Guiné-Bissau: Evolução da Dívida Externa Líquida – 2006/2011 (em milhões de franco CFA).....	49
Quadro 3 – Guiné-Bissau: Taxa de Desemprego segundo a faixa etária – 2010 (em %)...	58
Quadro 4 – Guiné-Bissau: Repartição de trabalhadores na Administração segundo o nível da escolaridade - 2002 (em %).....	59
Quadro 5 – Guiné-Bissau: Taxa de juro anual – 2006/2011 (em %).....	63
Quadro 6 – Evolução da poupança privada mobilizada pelos bancos e caixas económicas Por país (em mil milhões de franco CFA).....	64
Quadro 7 – Características conceituais da teoria da integração económica clássica e da teoria para os países em desenvolvimento.....	70

Lista de Figuras

Figura 1: Mapa de Guiné-Bissau.....	40
Figura 2: Divisão administrativa da Guiné-Bissau.....	41

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Guiné-Bissau: Taxa de mortalidade materna – 2000/2011 (em %)	44
Gráfico 2: Guiné-Bissau: Evolução do PIB – 2003/2010 (em%)	50
Gráfico 3: Guiné-Bissau: Variações médias da taxa de câmbio – 2001/2010	60
Gráfico 4: Guiné-Bissau: Índice de Preço ao Consumidor – 2003/2010 (em %)	61

Lista de Tabelas

Tabela 1. Guiné-Bissau: Investimento Estrangeiro Direto – 2004/2008 (em milhões de USD).....	47
Tabela 2. Guiné-Bissau: Financiamento do programa do governo – 2003/2010 (em bilhões de franco CFA).....	48
Tabela 3. Guiné-Bissau: PIB na óptica da produção a preços correntes – 2003/2008 (em milhões de franco CFA).....	51
Tabela 4. Guiné-Bissau: Balança comercial – 2004/2008 (em milhões de U\$D).....	52
Tabela 5. Guiné-Bissau: Principais mercados de exportação – 2004/2008 (em %).....	53
Tabela 6. Guiné-Bissau: Estrutura de exportação – 2003/2008 (em %).....	54
Tabela 7. Guiné-Bissau: Principais mercados de importação – 2004/2008 (em %).....	55
Tabela 8. Guiné-Bissau: Estrutura de importação – 2003/2008 (em %).....	56
Tabela 9. Guiné-Bissau: Taxa de crescimento populacional – 2000/2011.....	57
Tabela 10. Guiné-Bissau: Repartição de emprego, segundo o ramo de atividade na ocupação e na residência – 2010 (em %).....	58
Tabela 11. Guiné-Bissau: Indicadores de negócio do sistema financeiro – 2009.....	66
Tabela 12. PIB real dos países da UEMOA – 1993/2011 (em %).....	89
Tabela 13. PIB per capita dos países da UEMOA (em US\$ dos EUA).....	89

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	15
1.1 Introdução	15
1.2 Justificativa	17
1.3 Objetivo Geral.....	18
1.3.1 Objetivos específicos.....	18
1.4 Metodologia.....	18
1.5 Estrutura do Trabalho.....	19
 2 GLOBALIZAÇÃO, DESAFIOS E A ATUAÇÃO DOS ESTADOS.....	20
2.1 Conceitos.....	20
2.2 Origem.....	24
2.3 Efeitos sobre os países em desenvolvimento.....	28
2.4 Neoliberalismo.....	31
2.4.1 Consequências das ideias neoliberais e as possíveis medidas de combate.....	33
2.4.2 Formas de atuação Estatal.....	39
 3 MACROECONOMIA RECENTE DE GUINÉ-BISSAU.....	40
3.1 Histórico de Desenvolvimento.....	40
3.2 Enquadramentos Macroeconômicos.....	45
3.2.1 Taxa de investimento e a evolução econômica.....	45
3.2.2 Relações externas guineenses: busca por uma competitividade internacional.....	52
3.2.3 Taxa de desemprego.....	56
3.3 Dinâmica de Política Econômica.....	60
3.3.1 Taxa de Câmbio.....	62
3.3.2 Inflação.....	61
3.3.3 Taxa de Juros.....	62
3.3.3.1 Sistema financeiro nacional.....	65
 4 IMPACTO DA ECONOMIA DE GUINÉ-BISSAU A PARTIR DA ADESÃO A UEMOA E O PAPEL DO ESTADO NA CONDUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO	68
4.1 Conceitos e origem da integração econômica.....	68

4.2 Formas de Integração Econômica.....	73
4.3 O Objetivo de Integração.....	75
4.4 Vantagens e Desvantagens do processo de Integração.....	76
4.5 Histórico: surgimento da UEMOA e a adesão de Guiné-Bissau.....	80
4.6 Consequências da adesão da Guiné-Bissau a UEMOA: Benefícios e Custos.....	87
4.6.1 Benefícios.....	87
4.6.2 Custos.....	90
4.7 Participação do Estado na condução da Economia.....	92
4.8 Perspectivas.....	95
5. ASPECTOS CONCLUSIVOS	97
5.1 Conclusões.....	97
5.3 Limitações.....	100
5.4 Sugestões para trabalhos futuros	101
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 102
 ANEXO	 111
 ANEXO A1 – Tabelas 1,2.....	 112
ANEXO A2 – Tabelas 3,4.	113

1 APRESENTAÇÃO

1.1 Introdução

O processo de integração regional, na concepção de Macedo e Kabbaj (2002) é visto como uma estratégia de fazer face a globalização, enquanto instrumentos de políticas específicas têm que ser usado com o intuito de aumentar a capacidade produtiva das indústrias domésticas (automóveis, eletroeletrônicos, máquinas agrícolas, indústria química e pesada, entre outros.) e o interesse nacional. É um processo complexo, que exige harmonização de vários aspectos em diferentes circunstâncias, fases e etapas para seu amadurecimento a fim de alcançar ou atingir os objetivos para os quais foi criado. Nesse sentido, nota-se que para a consolidação desse fenômeno na União Européia foram necessários 50 anos (FERNANDES, 2007).

Contudo, o interesse das economias pelo regionalismo começou nas últimas décadas, um pouco por todo mundo, especialmente nos países africanos, baseados no modelo europeu dos anos 50 com o objetivo de acelerar o crescimento econômico e garantir o bem-estar social da população. Na África, os estados começaram a se aproximar após sua emancipação política no final da década de 1950 e início dos anos 1960, isto com o objetivo de compatibilizar estratégias para a liberação dos territórios que ainda se encontravam sob domínio colonial¹.

Nessa perspectiva, em 1963 foi criada a primeira experiência institucional na África Ocidental denominada Organização da Unidade Africana (OUA), no sentido de aproximar os Estados por meio da integração econômica, que acabou entrando em crise política e econômica, resultando assim em uma integração mais complexa e diversificada, a fim de atender as demandas e necessidades reais dos seus Estados membros face a globalização internacional da economia, ou seja, o fracasso da OUA deve-se ao fato de que esta não conseguia evitar os conflitos e crises internos aos seus Estados membros, ao mesmo tempo, seus governos eram autoritários, não respeitavam e tampouco seguiam as leis determinadas pela OUA (GALVÃO, 2012).

Com efeito, foram criadas outras instituições para atender os mesmos objetivos que a OUA, dentre elas destaca-se a União Monetária da África Ocidental (1973), a

¹ Conforme Lito *et al* (2011) a particularidade africana foi agitada por um longo período de tempo de roubos e exploração colonial, pela heterogeneidade étnica e cultural, bem como pela extrema pobreza e escassez de infra-estrutura, o que permitiu observar nessa região uma integração bem diferente (quando comparada a da Europa, por exemplo), e apresentam características próprias das suas realidades.

Comunidade Econômica da África Ocidental (1973), Comunidade Econômica do Desenvolvimento dos Estados da África Ocidental (1975), dentre outras, mas só a partir da década de 90, especificamente em 1994 com a criação da União Econômica Monetária da África Ocidental (UEMOA) que começou a se observar um maior espírito de comprometimento com o processo de integração econômica para o desenvolvimento dos seus Estados-membros (Benin, Burkina Faso, Costa de Marfim, Guiné-Bissau², Mali, Senegal e Togo).

Dessa forma, o objetivo de idealização da UEMOA não estava limitava tão somente a fomentar o comércio regional, a acelerar o crescimento da economia e, nem apenas a assegurar a estabilidade monetária do país, mas para além de tudo isto, passou a desempenhar um significativo papel complementar da União Monetária da África Ocidental (UMOA), isto por meio da transferência de soberania. Porém, tem se mostrado incapaz de proporcionar tais objetivos para qual foi criada devido à desigualdade no nível de desenvolvimento, o mesmo que criou a dificuldade para a consolidação do comércio inter-regional e a constante onda de instabilidade política. Na Guiné-Bissau, por exemplo, após um ano de sua adesão a UEMOA, em 1998, se por um lado o país se afundou em um conflito político militar que durou cerca de um ano, cujo reflexo se faz sentir até então no interior daquela economia, por outro lado, não permitiu a sua adesão de forma efetiva nesse bloco econômico. Concomitantemente, o país apresenta o problema da escassez de infra-estrutura de transporte, conjugada a baixa diversidade da estrutura econômica dos países parceiros são também um dos obstáculos do processo da integração africana, especificamente da UEMOA (FEREIRA, 2012).

Para Cardoso (2010), a fragilidade das estruturas econômicas e a inadequada governação dos regimes africanos dificultam as transformações políticas e institucionais, dívidas externas incompatíveis, programas econômicos restritivos e exigüidade de capital privado doméstico tornam-se insustentáveis para Estados com dificuldades em assegurar funções tão básicas como a proteção das fronteiras, coleta de receitas ou satisfação de necessidades básicas da população.

Mesmo assim, não se pode afirmar que a UEMOA ou a integração africana foi um fracasso como se verifica em algumas literaturas internacionais, mesmo admitindo que haja ainda muito a ser feito para vencer os obstáculos (FERNANDES *et al*, 2011). Por essa

² A integração de Guiné-Bissau a UEMOA ocorreu em Maio de 1997, traduzindo-se numa maior disciplina financeira e a criação de um ambiente mais favorável para o Investimento Direto Estrangeiro no país.

razão, as dificuldades supramencionadas sufocantes e limitativas como são, fornecem a razão de ser e, na verdade, justifica que a integração regional africana deve ser encarada com a maior precisão possível, no sentido de aumentar a dimensão, ultrapassando a ser possível produzir a uma escala cada vez maior. Por outro lado, a integração regional poderá resultar no aumento da competitividade, o que por sua vez, poderá refletir-se em preços menores caso os produtores não procurem lucros anormais.

Consequentemente, a afirmação anterior faz jus à idéia de Santos (2010), ao dizer que os esforços de formação de um bloco econômico de integração africano e de regionalização são cada vez mais vistos como uma maneira de abertura às condições de crescimento econômico, assim como de paz e de estabilidade política e como meio de garantir a consolidação do poder democrático. Nessa perspectiva, a integração regional, uma vez que favorece o desenvolvimento social e econômico, é fundamental para a promoção dos direitos humanos, da paz, da liberdade e da democracia.

1.2 Justificativa

Obviamente que sempre haverá motivos que levam um pesquisador, possuidor de uma identidade pública ou privada a realizar uma investigação.

Entretanto, a escolha desse tema: “Macroeconomia Recente de Guiné-Bissau – perspectiva no contexto regional globalizado” prendeu-se tanto a necessidade de avaliar a economia de Guiné-Bissau após sua adesão a União Monetária da África Ocidental (UEMOA) em 1997, quanto ao esforço a procurar investigar as principais causas do entrave do desenvolvimento da economia como um todo.

Portanto, espera-se que esta pesquisa seja capaz de ajudar o leitor a conhecer um pouco da realidade econômica de Guiné-Bissau, identificar possíveis falhas observadas na política macroeconômica, ou até sugerir as medidas ainda a serem realizadas, buscando alcançar o desenvolvimento sustentado.

1.3 Objetivo geral

De maneira geral, o presente estudo pretende investigar a economia recente de Guiné-Bissau após adesão a UEMOA, analisando ainda o papel do Estado na condução do desenvolvimento.

1.3.1 Objetivos Específicos

De maneira específica, este estudo permite:

- Reunir informações sobre a economia de Guiné-Bissau, enfocando aspectos macroeconômicos a partir de 1997;
- Traçar a evolução recente dos principais indicadores macroeconômicos – PIB, investimento público e privado, saldo comercial, poupança externa, inflação, emprego e desemprego, dentre outros;
- Investigar o papel do Estado na condução do desenvolvimento face à intensificação da globalização.

1.4 Metodologia

A metodologia é compreendida como um elemento fundamental para a realização de um trabalho de pesquisa, porém, sem a qual torna impossível alcançar os objetivos almejados por um pesquisador. Nesse sentido, para alcançar tais objetivos, o trabalho propôs uma pesquisa bibliográfica, baseada na análise descritiva (descrever/explicar passos da pesquisa, focar dados e indicadores macroeconômico(s); qualitativa (analisar dados, refletir sobre dificuldades e potencialidades).

Também para concessões dos objetivos propostos nesse trabalho, foram utilizados dados secundários: livros, relatórios, artigos especializados de revistas nacionais e internacionais, a respeito do tema proposto, com o objetivo de dar maior ênfase à pesquisa. A referida pesquisa também contou com a utilização de alguns sites tais como: do Instituto Nacional de Estatística (INE), do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM), do Ministério da Economia, Plano e Integração Regional (MEPIR) do Ministério das Finanças (MF), dentre outros.

É importante ressaltar também aqui que houve uma grande dificuldade durante o processo de realização desta pesquisa, tendo em vista há escassez de trabalhos que investiguem Guiné-Bissau sob essa perspectiva. Nesse sentido, esse trabalho pode ser considerado como pioneiro.

1.5 Estrutura do trabalho

A presente pesquisa foi organizada de seguinte maneira: O primeiro capítulo compreende a introdução, a justificativa, os objetivos e a metodologia seguida. No capítulo II efetua-se uma prévia e breve abordagem acerca do processo da globalização socioeconômica, especialmente considerando seu atual contexto macroeconômico como um todo. Em seguida, será feita uma breve análise da inserção da política neoliberal nas economias periféricas, suas vantagens e desvantagens, uma vez que existem controvérsias na literatura econômica sobre este assunto.

No Capítulo III será feito um enquadramento macroeconômico de Guiné-Bissau, descrevendo-se a evolução dos principais indicadores e seus impactos no desenvolvimento socioeconômico daquele país. Porém, antes é feito uma breve abordagem sobre sua história política e do desenvolvimento econômico.

No Capítulo IV procurar-se-á avaliar a macroeconomia recente de Guiné-Bissau a partir de sua adesão a União Econômica e Monetária dos Estados da África Ocidental (UEMOA) em maio de 1997. Em seguida, neste estudo procurar-se-á também investigar o papel do Estado na condução do desenvolvimento.

Finalmente, no Capítulo V apresentar-se-ão os aspectos finais (conclusões, limitações e sugestões para trabalhos futuros).

2 GLOBALIZAÇÃO, DESAFIOS E ATUAÇÃO DOS ESTADOS

No presente Capítulo, apresenta-se uma breve abordagem acerca do processo da globalização socioeconômica, especialmente considerando seu atual contexto macroeconômico como um todo. De forma a dar ênfase a seu conceito, e sua origem bem como à seus efeitos na economia mundial. Para tal, procurar-se-á reunir as melhores literaturas possíveis a respeito desse fenômeno. Em seguida, apresentar-se-á uma breve análise da inserção da política neoliberal nas economias periféricas, suas vantagens e desvantagens, uma vez que existem controvérsias na literatura econômica sobre este assunto.

2.1 Conceitos

Falar de globalização, a princípio, parece ser algo bastante novo, sobretudo, ao se ter em vista o uso freqüente desta expressão, e ainda enfatizar que se está reportando a um fenômeno que é atualmente uma das prioridades na agenda do debate internacional, isto devido à sua inter-relação na esfera econômica e social. Contudo, este fenômeno não é recente na medida em que as sociedades do mundo estavam em processo de globalização desde o início da história da humanidade. Esta por sua vez, pode ser defendida como o conjunto de transformações socioeconômicas que vêm ocorrendo às sociedades contemporâneas. Ou seja, a globalização pode definir-se como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que os acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância³.

Segundo Frieden (2008), as mudanças técnicas ocorridas no final do século XX intensificaram a integração da economia mundial, por meio das inovações nos transportes e nas telecomunicações, as quais diminuíram os custos econômicos nas transações internacionais e os preços das embarcações de cargas, que caíram de cerca de 75% ao longo do século⁴. Adicionalmente, sublinhou que essas mudanças causaram dificuldades

³ Também pode ser defendida como a integração maciça das nações do mundo, por meio dos fluxos de mercadorias e financeiros, bem como pelas transferências internacionais de mão-de-obra e do conhecimento em geral. Por sua vez, pode ser medido por meio de nível de integração das nações e sociedades (OULHAJ, 2007).

⁴ A globalização econômica mundial expandiu-se rapidamente através das revoluções nos sistemas de comunicações e de transportes. E diversificou-se com a produção industrial, o comércio de mercadorias, a

para os governos no sentido de controlar os fluxos transacionais, além disso, permitiu que, tanto as transações nacionais, quanto as internacionais se tornassem além de mais fáceis, ainda mais eficientes.

A globalização possui uma característica multidimensional, que dificulta compreender não só o seu conceito, mas também a sua dimensão sobre o mundo, causando assim, as controvérsias na literatura existente de forma que não há uma teoria que fundamenta de forma homogênea o seu conceito. Com isso, Santos S (2001) definiu a globalização como a exclusão social de classe subalterna devido ao seu isolamento nos centros de decisão política, assim como da sua própria condição de vida em relação à classe burguesa.

Para Azevedo e Arenga (2007, p. 3) “a globalização pode-se traduzir como um processo econômico e social que estabelece uma integração entre os países e as pessoas do mundo como um todo”. Na sequência, Gonçalves (2007) demonstrou as duas grandes características da globalização. De um lado, promoveu o clima de competitividade no comércio internacional e a relação de interdependência entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Por outro, estimulou graves problemas econômicos e sociais na sociedade como a poluição ambiental, vulnerabilidade externa, tráfego de pessoas, dentre outros.

Nesse contexto, Buss (2006) acrescenta, o termo globalização significa a unificação das economias pela integração econômica, social e cultural, que emergiu no século XX e apresenta as seguintes características:

- Intensificação do comércio trans-fronteira de bens e serviços;
- Trans-nacionalização de pequenas, médias e grandes empresas;
- Liberalização da circulação de capitais entre as nações de todo o planeta;
- Privatizações das empresas nacionais e a redução da participação do Estado na economia;
- Redução das tarifas alfandegárias sobre o comércio internacional e criação de mercado comum;
- Livre circulação das pessoas;

- Expansão do comércio internacional e as inovações tecnológicas nas áreas estratégicas da economia como no transporte, na telecomunicação, respectivamente.

Há, no entanto, ainda a assinalar que hoje, a globalização se resume em três aspetos de acordo com Batista *et al* (2003):

- 1) Mudanças recentes na cadeia produtiva e aumento de fluxo do comércio internacional;
- 2) Abolição de política protecionista, promoção de zonas de livre comércio e a formação de blocos econômicos (Mercosul, União Europeia, Organização Mundial de Comércio, Nafta, etc).
- 3) Intensificação ou aumento de relação econômica entre os mercados físicos e financeiros.

Estes aspectos conduziram hoje para as mudanças nos mercados (domestico e internacional), com destaque especial para a competitividade, especialização da mão-de-obra e a qualidade de produto.

Nessa perspectiva, Azevedo e Arenga (2007), apontam cinco fatores principais que conduzem as empresas multinacionais a globalizarem suas atividades econômicas como segue abaixo:

Político – Há uma tendência no sentido da unificação e socialização da comunidade global. Acordos preferenciais, como por exemplo, North American Free Trade Agreement (NAFTA) e a União Europeia (UE) , ao agruparem várias nações num único mercado, constituíram significativas oportunidades de *marketing* para as empresas. A maioria delas dispuseram-se a participar, tanto das exportações como da produção direta na área;

Tecnológico – As inovações tecnológicas criaram condições para que as pessoas interajam com grande agilidade e eficiência e com menos custos econômicos. Os órgãos de comunicação social (a Internet, a TV, o Rádio, etc), por exemplo, facilitaram as empresas a comercializarem seus produtos, independentemente da localização do vendedor. Por outro lado, os investimentos em tecnologias, fizeram com que as pessoas pudessem fazer cursos à distância além de realizarem o pagamento de suas faturas pela a internet;

Mercado – A globalização das companhias multinacionais não ocorre unilateralmente, no entanto, à medida que estas se globalizem, tornam-se também clientes globais;

Custos – O objetivo principal de qualquer que seja a empresa é maximizar o lucro e minimizar o custo de produção. Nesse sentido, as empresas procuram desenvolver suas atividades em lugares que possam oferecer melhores condições de trabalho, ou seja, onde os custos com produções são relativamente baixos;

Competitividade – A globalização fez com que as empresas aumentassem o ritmo da competitividade e introduzissem novas linhas de produtos no mercado, o que nunca havia acontecido.

Esses cinco fatores são cruciais tanto para as firmas como para os consumidores em geral. De um lado, as firmas podem permanecer no mercado, desde que atendam as exigências do mesmo. De outro, tais fatores promovem o bem-estar para a sociedade, na medida em que a competitividade reduz o preço de produtos e a melhoria de bens e serviços no mercado. Assim, como refere Sousa (2011), a globalização está intimamente relacionada com as necessidades e as exigências do mercado, enquanto que a sua dimensão política e social deve-se a queda do muro de Berlim que caracteriza o fim do comunismo e socialismo que cederam o lugar à política neoliberal.

Essa política prega o fim do intervencionismo estatal na economia e a promoção do desenvolvimento sustentável através de abertura da economia⁵, privatizações, desregulamentações financeiras e trabalhistas, inovações tecnológicas, respectivamente, como podemos observar no início dos anos 1970 e 1980 na maior parte dos países. Colocando desta maneira, a perda de autonomia do Estado dá-se não só na atividade econômica, sobretudo nos programas sociais - distribuição de renda, desigualdade social, saneamento básico, pobreza, segurança nacional, meio ambiente, direito trabalhista, habitação, dentre outros, como segue na próxima seção⁶.

⁵ Ver também GATTO, M. F. *et al.* **Atuações de Estado Desenvolvimento: Aspectos Teóricos**. 2010.

⁶ Ver LONDERO, D; Richter, I. **Globalização e a Nova Cidadania**. 2012.

2.2 Origem

De acordo com Souza (2009, p.170), o “termo globalização, surgiu no início dos anos de 1980 nas grandes escolas estadunidenses⁷ de administração das empresas de Harvard, Columbia e Stanford”. Este termo ganhou contorno através dos ex-alunos da área de consultoria de estratégia e *marketing* das referidas Universidades.

Para Campos e Canavezes (2007), a globalização surgiu na sociedade contemporânea como um fenômeno, de caráter econômico e independente que se manifesta não apenas no interior das economias como também, entre as pessoas, independentemente do espaço geográfico.

Ainda a este respeito, Petri e Weber (2006) sustentam que a globalização advém de uma palavra “anglo-saxônica”, que significa mundialização da economia e, utilizava-se apenas para os discursos ideológicos, além disso, servia também de um instrumento descritivo num determinado fenômeno em estudo. Mais adiante, o autor ressalta que a globalização como o neoliberalismo estabeleceram-se um consenso na literatura mundial, após o fim da Guerra Fria.

Ao contrario dos supracitados autores, segundo Silva e Lopes Jr (2008), a globalização iniciou-se com a expansão marítima europeia no século XV, e intensificou-se com a revolução industrial, política imperialista e colonialista no século XIX, e por último, consolidou-se com a política neoliberal.

Observa-se que não existe a unanimidade entre os estudos com relação ao conceito da globalização e a sua origem. É nesse sentido que Souza (2009) apresenta três posições básicas a respeito de sua existência ou não entre as diversas correntes da literatura como podemos observar em seguida.

A primeira acredita na existência da globalização e sustenta ainda que seria um fator indispensável para o desenvolvimento das economias e para a melhoria de vida da população em geral;

A segunda, por sua vez, também acredita na sua existência, porém, não é uma condição primordial para o desenvolvimento econômico como ressalta a primeira corrente,

⁷ Escola americana de economia política de doutrina macroeconômica que dominou a política econômica dos Estados Unidos desde os primórdios da Guerra de Sucessão até a metade do século XX. Além disso, é usada na retórica política norte-americana desde 1824 até a data presente, foi aplicada com política governamental por muitas décadas no referido período, apresentando-se de maneiras mais intensa ou de acordo com os graus efetivos e os detalhes da implementação.

uma vez que, restringe o potencial de crescimento em escala mundial, além disso, aumenta a desigualdade social entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento;

Finalmente, a terceira, refuta a sua existência e admite que a globalização seja apenas uma continuidade que substitui as velhas formas de transações econômicas que existia desde início do século XIX, cujo objetivo a redivisão do mercado mundial entre as grandes potências.

Nota-se que existe uma grande contradição entre a primeira e a terceira corrente. Esta última, por sua vez, é conhecida como a corrente neoliberal que alega a mínima participação do Estado na atividade econômica, através da qual a economia chegaria ao pleno emprego, como preconiza a teoria clássica.

Por essa razão, Gatto *et al* (2010) argumentam que a globalização e a inserção competitiva têm colocado grandes desafios para as economias, devido a abolição das barreiras tarifárias e a exclusão dos setores econômicos que não conseguiram seguir o ritmo de desenvolvimento.

Desta forma, como se refere Bacelar (2008), a atividade econômica ocorre apenas nas áreas onde o custo produtivo é atraente, ou seja, o capital não tem a pátria, só vai onde tem a rentabilidade econômica. Por outro lado, aponta os principais países mentores desse novo modelo de produção, onde se destacam os Estados Unidos, Japão e a União Europeia. Seguido dos países de peso médio como Brasil, China, Índia e África do Sul e, por último, vêm os países em desenvolvimento, em particular da África que buscam suas autonomias no centro de decisão política internacional.

De modo complementar, Batista *et al* (2003), fundamenta que a globalização surgiu em virtude das inter-relações sociais, culturais e políticas entre as nações de todo o planeta, particularmente nas inter-relações econômicas, as quais mantiveram o domínio total sobre a África e a Grécia; onde, por sua vez, transformaram este continente e a Ásia em centros de fornecimento e de exploração de matérias-primas de grande potência mundial.

Também se argumenta que a globalização surgiu em 1953, por meio de uma profunda pesquisa científica no campo econômico realizada por Leontief, o que os economistas mais tarde denominaram por “Paradoxo de Leontief”⁸. Por conseguinte, na visão Rattner (1995), o termo globalização advém do período pós-guerra, com a integração da economia mundial, por meio de intensificação do comércio mundial e o aumento da taxa de investimentos externos, e se consolidou com a entrada do FMI, FAO, BRIC,

⁸. Ver MAGNO, Carlos. **A origem da globalização e o Mercosul**. 2007.

respectivamente. Adicionalmente, sublinhou o surgimento da globalização por três motivos:

- Em primeiro lugar, a globalização surgiu na sociedade contemporânea com o intuito de modernizar a produção de pequenas, médias e grandes indústrias de diferentes cadeias produtivas. E, também, para fortalecer as relações sociais existentes entre os povos;
- Em segundo, a globalização surgiu com o objetivo de minimizar problemas tais como: poluição ambiental, saneamento básico, mercado, etc., provocados pelas indústrias de grandes portes e outros. Problemas esses que podem ser minimizados na base de um acordo político e social, envolvendo todos os países, em particular os países causadores desses problemas;
- Em terceiro, a globalização surgiu com o objetivo de acelerar o crescimento da economia mundial, com a implantação da tecnologia nos setores produtivos da economia.

A globalização, na essência, de Wermelinger (2009), é um conjunto de transformações econômicas, sociais e culturais que corre no mundo de acordo com os avanços e retrocessos separados por um período de tempo indeterminado; com isso, a sua origem pode ser interpretada através de duas fases: 1) a globalização surgiu com auge do império Romano, e expandiu-se pelo oriente, por meio da língua, cultura, política e moeda e; 2) surgiu no mesmo período com o mercantilismo, cujo destino principal era a Índia e a China, com o intuito de ampliar o comércio internacional entre a Europa, a África e América.

Ao contrário de Wermelinger (2009), anteriormente citado, Souza (2012) mostra que a primeira onda da globalização iniciou-se entre o período compreendido de 1970 a 1914, com o aumento expressivo de fluxo do capital externo. Finalmente, a segunda, ocorreu entre 1950 e 1980, em que aconteceu a integração comercial dos países desenvolvidos, dentre as quais se destacam os Estados Unidos, Canadá, Japão, Inglaterra, Alemanha, França, dentre outros.

Ainda argumenta-se que a globalização se intensificou durante a crise financeira de 1970 provocada pelo aumento de preços do petróleo no mercado internacional e,

posteriormente, se estendeu até o início dos anos 1990, como se pode constatar a seguir conforme Frieden (2008):

A crise da década de 1970 guiou as economias de toda parte na direção dos mercados domésticos e internacionais; quanto maior a transformação, mais tardia ela tinha início. Entre 1970 e 1985, os países industriais avançados deixaram a conflituosa e tumultuada década de 1970 rumo à ortodoxia financeira e à integração econômica. Começando em 1985, aproximadamente, os países em desenvolvimento deixaram para trás 50 anos de substituição de importações, e de forma agressiva, se puseram no caminho das exportações, da abertura dos mercados, das privatizações e da desregulamentação. As economias socialistas (com a exceção de China e Vietnã) vieram por último, depois de 1990, mas desistiram da planificação econômica e adotaram orientações capitalistas a uma velocidade que variava de rápida a perigosa (FRIEDEN 2008, p.403).

Diante do exposto, há ainda que apontar que a inserção da globalização na esfera econômica, ajudou a observar profundamente o fraco desempenho das economias e a persistência da crise econômica mundial. Como salienta Lazzareschi (2007):

- O ritmo da globalização econômica sucumbiu o modelo taylorista e fordista que ganhou contorno após a Segunda Guerra Mundial, o que se justifica especialmente pela ineficiência produtiva que os mesmos demonstraram. Ou seja, pela sua rigidez tecnológica e organizacional que inviabiliza a inovação do produto;
- A insegurança dos mercados pelo o aumento da competitividade entre as indústrias;
- O surgimento de novos padrões de consumo que requer a melhoria de qualidade do produto no mercado;
- A recente globalização financeira fez com que as economias se tornassem mais dependentes e fossem sobrecarregadas com altas taxas de juros por conta de alto endividamento externo;
- A excessiva regulamentação do mercado de trabalho nos países desenvolvidos provocou o aumento da massa salarial e os direitos trabalhistas. Por outro lado, criou dificuldade para o crescimento das empresas em geral.

Neste sentido, Kocher (2009) reconhece a importância da globalização devido às transformações verificadas nas indústrias de diferentes portes, contribuindo assim com o

crescimento da economia. Adicionalmente, destacou três fases da sua história como pode ser visualizado no quadro a seguir.

Quadro 1: Fases marcantes da história da globalização econômica

De 1983 a 1989	Marca o início do termo “globalização econômica” após a derrota dos regimes socialista e comunista.
De 1989 a 1997	Auge do termo “globalização econômica” e o surgimento dos primeiros críticos.
De 1997 até presente	Início das críticas sobre esse novo modelo de crescimento econômico adotado pelas economias.

Fonte: Elaboração do autor.

Da análise do Quadro 1, pode-se observar que existe a disparidade nos anos no que se refere a sua origem, contrapondo os outros estudos como se viu anteriormente nessa presente seção. Não obstante, a globalização não ocorreu ao mesmo tempo na economia mundial. Entretanto, primeiramente, ocorreu nos países desenvolvidos e, posteriormente, nos países em desenvolvimentos.

Portanto, ressalta-se “a problemática da globalização, sendo recente, não possuía ainda uma tradição intelectual que dela se ocupasse, sem esquecer certo conservantismo do pensamento acadêmico, acomodando-se aos padrões estabelecidos” (ORTZ, 2009, p32).

2.3 Efeitos sobre os países em desenvolvimento

Contudo, não existe uma literatura comum entre os autores sobre os benefícios da globalização nos países em desenvolvimento. Na verdade, ajudou a melhorar atividade econômica de alguns setores da economia (indústria, comércio, transporte, telecomunicação, etc). Mas também, não se pode negar que este fenômeno contribuiu mais para concentrar as riquezas nos países desenvolvidos do que reduzir a desigualdade econômica entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Segundo Duarte (2010, p. 3) “a globalização acompanhada de mercados livres trouxe consigo uma dramática acentuação das desigualdades econômicas e sociais no interior das nações e entre elas”. Ou seja, a globalização trouxe de volta a exploração da mão-de-obra, matérias-prima,

vulnerabilidade externa, dependência econômica, deterioração do termos de troca, dentre outros. Por outro lado, visa apenas atender os interesses dos ricos (grandes empresários e os proprietários de meios de produção), sem grande preocupação em promover o bem-estar social como pregam os seus defensores⁹.

Na África, os efeitos da globalização foram bem mais graves em relação as demais economias em desenvolvimento como destacado por alguns autores. A presente globalização vem aumentando cada vez mais o lastre da dívida externa, o desemprego, as condições deploráveis de vida e a pobreza generalizada (FERNANDES L, 2010). Ainda conforme este autor, a globalização contribui também para evasão da mão-de-obra qualificada dos países de África Subsaariana geralmente vulneráveis e com salários baixos para os países com melhor condição de trabalho, principalmente as economias desenvolvidas.

Em consonância ao supracitado, Vieira (2012) classificou a globalização de duas grandes maneiras: a) a globalização possibilitou a maior rapidez nos serviços de informação e de transporte para a comercialização de bens e serviços que não existia em determinado país, posteriormente, permitiu a livre circulação de pessoas, mercadorias e a formação de blocos econômicos entre as nações, com o objetivo de criar e ampliar novos mercados, adotando assim o modelo clássico, segundo quais os mercados maiores são mais eficientes do que os mercados menores; b) por outro lado, a liberação de comércio trans-fronteiras, criou o espaço para o financiamento do terrorismo, tráfico de armas, consumo de drogas e circulação de capitais ilícitos, derivados de tráfico de drogas; além disso, aumentou o número de doenças e epidemias e, altas taxas de subemprego e de trabalhadores informais.

Em suma, a globalização exerce forte influência na economia mundial, pelo fato de que não há nenhuma política econômica ou social que restrinja os seus efeitos para a sociedade, como podemos observar atualmente, altas taxas de desemprego nos países desenvolvidos e o corte no orçamento com os programas sociais.

Com efeito, pode afirmar-se que a globalização restringiu o poder do Estado em todos os níveis da economia, sobretudo nos países em desenvolvimento quer que seja econômico, quer que seja social, o papel do Estado na economia passou a se limitar apenas em atrair os investimentos diretos, promover a estabilidade política e econômica,

⁹ Ver BATISTA, F. S. **Globalização ou Expansão Internacional da Desigualdades**. 2003.

investimentos em infra-estrutura e captação de recursos financeiros para alavancar o desenvolvimento sustentável (MARIANO, 2007).

Conseqüentemente, o afastamento do Estado na atividade econômica e social pode gerar não só a estagnação do crescimento, mas também a redução dos salários, queda dos investimentos, aumento do desemprego¹⁰, enfim, para pobreza em geral, como se pode observar de acordo com Lazzareschi (2007):

O desemprego atingiu 6,3% da população mundial em 2005, isto é, 190 milhões de trabalhadores. A América Latina e a África Subsaariana registraram as taxas mais elevadas de desemprego e maiores índices de pobreza. Em 2004 e 2005, 1,3 milhão de pessoas perderam seus empregos nos países latino-americanos e não conseguiram voltar ao mercado de trabalho. Assim, a taxa de desemprego na região elevou-se para 7,7% da população economicamente ativa – PEA. Na África Subsaariana o desemprego atingiu a casa de 9,7% e parece não haver perspectiva de redução desses números no curto e médio prazo. Os jovens dos 14 aos 24 anos constituem a metade de todos os desempregados do mundo, embora constituam 25% da população ativa (LAZZARESCHI 2007, p. 67).

Neste seguimento, Souza (2009) concluiu que os seus efeitos são visíveis também nos países desenvolvidos, embora com os reflexos bem menores em relação aos países em desenvolvimento. Em seguida, destacou que durante toda a década de 1990, a economia japonesa¹¹ era a mais afetada pela globalização financeira, contudo, esse colapso se arrastava desde a quebra do mercado imobiliário em 1989 e se espalhou para os restantes países daquele continente, à exceção da China e, posteriormente, se propagou rapidamente para os países emergentes, particularmente no Brasil entre o período de 1998 e 1999, que por sua vez, repercutiu por toda região daquele país.

Na verdade, o Brasil, vinha há décadas enfrentando problemas da crise financeira desde 1973, que testemunhou o primeiro choque do petróleo no mercado internacional, cujo resultado imediato foi a elevação considerável dos preços dos itens necessários à manutenção da matriz energética mundial, fator fortemente desfavorável à continuidade do

¹⁰ Torna-se necessário também salientar que a taxa de desemprego nos países em desenvolvimento ocorre por meio da desativação de grandes indústrias por três grandes razões, a saber. A primeira, pela desvalorização da taxa de câmbio, barateando desta maneira os bens produzidos externamente em relação aos bens produzidos internamente. Além disso, as indústrias nacionais não conseguem permanecer tanto no mercado interno quanto no mercado externo devido à competitividade. A segunda, o aumento das importações pela liberação de barreira alfandegária com vista o controle da inflação, sem que haja a contrapartida dos países desenvolvidos, em termos de liberação de suas barreiras. Finalmente a terceira, ocorre pela substituição da tecnologia e serviços, produzidos internamente em detrimento dos bens e serviços produzidos externamente, em particular pelas empresas privadas ou estatais (RASIA, 2012).

¹¹ A economia japonesa era estreitamente ligada a economia estadunidense, há décadas ela vinha adquirindo superávit da sua balança comercial com os Estados Unidos, ao mesmo tempo, financiava os sucessivos déficits externo e público do referido país (SOUZA, 2009).

processo de desenvolvimento industrial brasileiro; iniciado a partir dos anos trinta, sob comando de Getúlio Vargas, onde se iniciou com a produção de bens de consumo necessário (VASCONCELLOS, S. A. *et al.* 2002).

2.4 Neoliberalismo

Todavia, para a melhor compreensão dessa abordagem econômica faz-se necessário primeiramente, definir o Consenso de Washington, assim como traçar os seus objetivos para economia mundial. Trata-se de um conjunto de idéias políticas e econômicas que fundamenta a não participação do Estado na esfera econômica, onde o mercado é capaz de criar o equilíbrio e promover o desenvolvimento sócio-econômico de um determinado país. Ou seja, o Consenso de Washington foi promovido com o objetivo de inserir a política neoliberal na economia. Por essa razão, a expressão “Consenso de Washington” poder ser interpretada também de neoliberalismo, o qual surgiu¹² em 1989, através de um economista Inglês chamado “John Williamson” durante uma conferência “Institute for International Economics” na capital norte-americana, cujo objetivo a inserção de medidas políticas e econômicas em face da crise dos países latino-americanos¹³.

Essas medidas atingiram dez áreas econômicas como segue: a) privatização das empresas estatais; b) liberalização financeira; c) abertura comercial; d) reforma cambial; e) estímulo ao investimento direto; f) contenção dos gastos públicos; g) propriedade intelectual; h) desregulamentação de políticas estatais na economia; i) reforma tributária; e j) prioridade de gastos públicos (BATISTA, 1994).

Nota-se que nenhuma dessas medidas eram voltadas aos programas sociais, nem tão pouco se preocupava com questões como; a desigualdade social, a distribuição de renda, o programa de habitação e saneamento e, menos ainda com a questão da saúde pública. Portanto, pode-se perceber que a política neoliberal, procura apenas atender as questões de interesses econômicas, como por exemplo, a inflação que era um fator muito preocupante para os governos nos inícios dos anos 70; contudo, entre o período compreendido de 1970

¹² Refere-se também a que o neoliberalismo surgiu no mundo (na Europa e na América do Norte) depois da Segunda Guerra Mundial, período em que reinava o capitalismo, qual levou o fim do Estado do bem-estar social (BATISTA, 1994).

¹³ Ver PEREIRA, B. C. L. **O Segundo Consenso de Washington e Quase-Estagnação da Economia Brasileira.** 1994.

e 1980 caiu drasticamente de 8,8% para 5,2%, respectivamente nos países de OCDE¹⁴, ao mesmo tempo, foi registrado um aumento expressivo na taxa do desemprego¹⁵.

Por sua vez, Mariani (2007) destaca três medidas fundamentais defendidas pelo neoliberalismo: 1) combate a hiperinflação; 2) recuperação da taxa de lucro no mercado; e 3) eficiência da economia de mercado. Segundo a visão marxista, o neoliberalismo implica a exploração de mais-valia, por meio de isolamento do Estado do bem-estar social, o qual desempenhava o papel de regulador, planejador e empresário¹⁶.

Embora, a política neoliberal constitua graves problemas para a sociedade como já citado anteriormente, mesmo assim ganhou contorno com a crise financeira da década de 1970, provocado pelo choque do petróleo, contribuindo com o fracasso da política keynesiana que vigorava no mundo depois da Segunda Guerra Mundial, que defendia o intervencionismo estatal, como a única saída para crise e o desenvolvimento das economias.

Vale destacar que durante a década de 70, alguns países da Europa como a Alemanha, a Espanha, a Itália e a França não conseguiram implantar tais políticas nesse período devido à constante reivindicação da classe sindical que brigava pela permanência dos seus direitos; enquanto que nos Estados Unidos, as práticas neoliberais foram difundidas após a vitória do ex-presidente Ronald Reagan, em 1989, e se consolidou com o governo de Jorge W Buss (MARIANI, 2007).

Na América Latina, as práticas neoliberais chegaram primeiramente no Chile através do ex-ditador “Augusto Pinochet”, na década de 1970, onde começou com as grandes mudanças no cenário macroeconômico, como o aumento da taxa do desemprego, desregulamentação financeira, privatizações das empresas estatais, abolição dos direitos trabalhistas, portanto, a adoção da política neoliberal no Chile na década de 1980, se deve por dois motivos; por um lado, visava aumentar o lucro dos empresários, de outro, pretendia abolir a democracia chilena (ANDERSON, 1995).

Já no início dos anos 90, as ideias neoliberais¹⁷ se espalharam rapidamente por os demais países da América Latina, com o objetivo de conter a inflação, retomar o

¹⁴ Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

¹⁵ Ver ANDERSON, P. **Balanço do Neoliberalismo**. 1995.

¹⁶ Ver GOMES, B. T. **O conceito de neoliberalismo**. 2012.

¹⁷ Segundo Ferreira (2012), a política neoliberal no Brasil teve o início oficialmente no governo de Fernando Collor de Mello em 1992, se aprofundou no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso em 1994, com criações de 10 agências reguladoras, ao mesmo tempo, privatizaram oito empresas com a participação do

crescimento da economia e o pagamento das dívidas externas, principalmente no Brasil durante o processo da industrialização brasileira, que teve início após a Segunda Guerra Mundial, com Getúlio Vargas. Para a sua implantação no Brasil, primeiramente foi submetida à elaboração do Plano da Reforma do Aparelho do Estado como forma de garantir a estabilidade macroeconômica e desencadear o desenvolvimento (MOTTA, 2001).

Segundo Souza (2009) a redução de barreiras tarifárias e não tarifárias e a valorização das moedas pela maioria dos países daquela região fez com que houvesse a entrada das mercadorias estrangeiras, sobretudo dos Estados Unidos, além disso, das exportações daquele país para a América Latina que aumentou consideravelmente o crescimento daquela economia. Posteriormente, admitiu que o Consenso de Washington possibilitasse o renascimento da economia estadunidense que se encontrava profundamente estagnada, entre 1973 e 1991, em que o seu PIB crescia menos de 2% .a.a.

Portanto, pode-se concluir que a implantação do neoliberalismo na América Latina, em especial no Brasil, teve o êxito importante no combate à inflação nos anos 1990, que parecia impossível controlar após execução de várias reformas econômica, por outro lado, reduziu drasticamente crescimento do PIB, taxas dos investimentos públicos e privados, dos empregos, entre outros como se verifica em diante (KINCHIN e PIRES, 2012).

2.4.1 Consequências das ideias neoliberais e as possíveis medidas de combate

As ideias neoliberais adotadas no Consenso de Washington em 1989 como imposições nas negociações das dívidas externas e como mecanismos para saída da crise econômica financeira dos países latino-americanos nos anos 90, contribuíram com o avanço do capitalismo nos países desenvolvidos - os Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, França, Espanha, Itália, dentre outros. Estes países vinham à década deparando com problemas de déficits no balanço de pagamento.

Estado. Em seguida foi introduzida a Política de Desenvolvimento e Competitividade (PDC), que visava atrair não só os investimentos diretos nos pontos-chaves da economia, como também, estimular a competitividade, modernização da cadeia produtiva, abertura comercial e redução tarifária, desregulamentação, redução do custo Brasil, qualificação da mão-de-obra; o financiamento desse projeto ficava por conta do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS).

Como efeito, a Inglaterra no início da década de 1970, os governos Thatcher reduziram consideravelmente os impostos dos ricos e, posteriormente, reduziram os fluxos da entrada de recursos financeiros, os gastos públicos e implantaram a política anti-trabalhista, ao mesmo tempo, desencadearam os programas de privatização da habitação pública e de indústrias básicas (eletricidade, água, aço, gás, energia, petróleo, respectivamente)¹⁸.

Obviamente, os reflexos dessas políticas incidem sobre a camada social, em especial a mais carente como frisou Polli (2012). Dentre os que compõem as classes sociais trabalhadora, os jovens foram os mais afetados pelas ideias neoliberais, devido à redução salarial e a perda dos direitos trabalhistas, o que fez com que houvesse um aumento no lucro para os que estão inclusos dentre os grandes conglomerados internacionais dos países desenvolvidos.

De acordo com a CNBB¹⁹ (1995) *apud* Mariani (2007) os dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT nos inícios dos anos 1990, apenas 30% da População Economicamente Ativa – PEA se encontrava no mercado de trabalho formal e, dos 70% que se encontra fora desse mercado, 30% não possuíam emprego, enquanto que 22% apenas eram subempregados, finalmente 18% correspondia o total dos desempregados.

Assim, vê-se que a questão do desemprego é algo que também tem assolado a economia de outros países, a exemplo do Brasil, que segundo Mantega 1998 *apud* Ferrer (2012) na década de 1990, foi registrado uma perda de 3.293.104,00 do emprego formal no Brasil, desse total 2.111.650,00 fechados no mandato de Fernando Collor de Mello (1990-92), 428.622 no mandato de Itamar Franco (1993-94) e 752.832 no mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-96), ainda entre 1989 e 1998, o setor industrial aboliu 1,2 milhão de empregos.

Em prosseguimento ao setor informal brasileiro, cujo país toma-se aqui como exemplo, viu-se ainda que no período anteriormente citado, tal setor abrigava mais de 12 milhões da mão-de-obra desempregada de diversas áreas da atividade econômica de toda região daquele país, o que ajudou para reduzir a pobreza e a desigualdade social. Por outro lado, durante a década de 1990, os saldos das contas externas da economia brasileira, se

¹⁸ ANDERSON, P. **Balanço do Neoliberalismo**.1995.

¹⁹ MARIANE, J. E. **A trajetória de implantação do Neoliberalismo**.2007.

agravam devido à implantação da política neoliberal proferida no Consenso de Washington.

No caso brasileiro viu-se ainda que após um ano do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, ou seja, em 1995, o saldo da balança comercial começou a regredir drasticamente até o início da década de 2000; já o saldo da transação comercial, depois de registrar um saldo positivo de US\$ 1.033 milhões em 1989, voltou a registrar o déficit para o restante período, com ressalva para o ano de 1992 em que foi de US\$ 6.143 milhões. Por outro lado, a partir de 1992 foi registrado um grande fluxo de entrada de capital externo para o investimento direto, sobretudo em 1996, que chegou a atingir US\$ 33.959, respectivamente. Todo o disposto no caso da economia brasileira mostra que em alguns períodos, a depender da dinâmica adotada pela representação política havia sim um aumento de capital externo.

Após observação do exemplo brasileiro, pode-se verificar o aumento da entrada de capital externo no final dos anos 1990 que se deve por um lado, à maciça integração dos países emergentes ao mercado financeiro internacional; por outro, é pelo fato da crise econômica mundial, que abalou alguns continentes e países como o México, América Latina, Ásia e a Rússia (CARNEIRO, 1999). A isto se adicionou a preocupação da entrada desses recursos na economia, que contribuiria com a valorização cambial, mas também com a volatilidade dos mercados internos e, que conseqüentemente, poderia gerar o déficit na balança comercial.

Outro aspecto que também pode estar relacionado com as remessas de capitais externos para os países em desenvolvimento de acordo com Souza (2009), é pelo fato de que esses capitais não eram mais atraentes como antes em virtude da profunda crise financeira nos países desenvolvidos. Nessa perspectiva, vale sublinhar que o deslocamento desses recursos para os referidos países ocorria de duas maneiras conforme o autor. De um lado, os recursos entravam sob a forma de empréstimo, à medida que poderiam render mais com a taxa de juros, ao invés de ficarem ociosos; de outro, decorria por meio de investimento direto, uma vez que, os países bem desenvolvidos apresentavam menos riscos.

Deve-se ainda referir-se que durante os anos 90 foram registrados cerca de 38 milhões de desempregados nos países da Organização Europeia para o Comércio e

Desenvolvimento – OECD que corresponde a duas vezes mais a população total da Escandinávia²⁰.

É nesse sentido que Otranto (1999) ressalta que as ideias neoliberais além de reduzir a demanda de bens e serviços nos mercados (domésticos e internacionais), transformaram os Estados em grandes vilões, pelo fato da sua pequena participação na esfera econômica e social na economia, em que tudo passou a ser determinado pelas regras de mercado.

Faz-se necessário frisar que os efeitos da política neoliberal continuam a manifestar-se no cenário econômico mundial, e tornaram-se mais contundentes e recessivos com a crise financeira de 2008²¹ que teve o início no mercado imobiliário dos Estados Unidos e, posteriormente, se espalhou por todo planeta, onde foram fechados milhões de postos de trabalho nos países desenvolvidos, com destaque para Espanha, Grécia, Irlanda, Itália, França, Portugal, Alemanha, Estados Unidos e Inglaterra. Por este motivo, foram realizados vários esforços a fim de conter a crise e promover o crescimento da economia, mas de nada adiantaram. (PEREIRA, 2009).

A partir de 2010, a economia da Zona do Euro e dos Estados Unidos começou a enfrentar graves problemas de ordem financeira – aumento do endividamento público, desaceleração de crescimento, redução de investimento público, aumento do desemprego e déficit orçamentário; já em 2011, o PIB caiu cerca de 5,5%, maior aos 3,9% projetado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que teria sido a causa principal da economia da Zona do Euro, devendo-se assim ao fato da queda de investimento público e privado que contribuiu para a regressão nas negociações de títulos, da dívida pública de curto e longo prazo, sobretudo da Itália e Espanha (SILVA, 2012).

Enquanto isso, em 2008, a taxa do desemprego na União Europeia cresceu 1,6 milhões, aproximando-se aos 18 milhões de desempregados (7% da População

²⁰ ANDERSON, P. **Balanço do Neoliberalismo**.1995.

²¹ A origem da crise financeira de 2008, já apresentava indicio desde há muito tempo. Primeiramente, a origem desta crise pode ser vista a partir de 2002, em que a demanda pelo mercado imobiliário nos Estados Unidos começa a crescer num ritmo acelerado; Em segundo, ainda nesse mesmo período foi registrada na economia americana a queda de taxas de juros que permaneceu até o final de 2005; Em terceiro, a crescente demanda por imóveis nos Estados Unidos contribuiu para elevação dos preços no referido mercado. Em quarto, de 2003 em diante, os financiamentos nos Estados Unidos eram realizados sem comprovação da renda por parte dos mutuários. Em quinto, grande parte de financiamento imobiliário ocorria junto o valor do imóvel; Em sexto, a concessão deste tipo de financiamentos que acabamos de observar acima, mostra a desregulamentação do mercado financeiro daquele país, e seus efeitos são evidentes hoje na economia mundial; finalmente, em sétimo lugar, tais financiamentos eram também estimulados, por meio dos empréstimos das outras instituições financeiras, como por exemplo, o mercado de capitais, onde é vinculada ao lucro de curto prazo, por sua vez, não levam em conta os riscos de longo prazo (IPEA, 2008).

Economicamente Ativa) e a previsão para 2009 era de 3,5 milhões maior (8,75%) e 10% para o ano de 2010 ²².

Em síntese, a previsão da recuperação de crescimento da Zona do Euro poderá demorar a acontecer como apontam alguns estudos. De acordo com o relatório de Ernst & Young (2012) em 2012, o PIB de 9 dos 17 países que compõem o bloco da União Europeia irá crescer menos de 0,5%, já para 2013 conforme o relatório haverá um fraco desempenho de crescimento acompanhado de altas taxas de desemprego.

Em face do agravamento de crescimento da economia mundial, foram adotadas algumas medidas de estímulo ao crescimento da economia, ou seja, a política heterodoxa como alternativa para salvar a economia desta zona (CEPAL, 2008 *apud* Matijasic *et al* 2009). Por exemplo:

- A adoção da política expansionista e concessões de novas linhas de créditos ao setor bancários;
- Redução do depósito compulsório e aumento das operações do mercado aberto;
- Estímulo ao investimento direto, redução tanto das taxas de juros nos mercados quanto do imposto de renda;
- Desvalorização cambial, sobretudo por parte dos países em desenvolvimento;
- Concessões de créditos aos setores mais importantes da economia (indústrias, infra-estrutura, comércio, etc);
- Investimentos em infra-estrutura e nos programas sociais como auxílio moradia, renda familiar, educação, entre outros;
- Criação de novos postos de trabalho, aumento real dos salários mínimos e os direitos trabalhistas.

A Argentina e a Rússia por sua vez, adotaram medidas protecionistas a fim de restringir o fluxo de entrada de produtos nos seus mercados. Em contrapartida, o México e o Paraguai adotaram outra postura, de modo que suas políticas eram predominantemente voltadas para o setor monetário e social.

²² ALEGRIA, F. **A Europa e crise econômica mundial**. 2009.

2.4.2 Formas de atuação Estatal

Há uma grande diversidade de atuação Estatal na economia, e difere de um país para outro. Assim, configura-se um Estado quando coexistem os três elementos: Povo, território e governo. Entretanto, torna-se necessário fazer uma distinção entre o conceito de Estado, nação e povo. Nessa perspectiva, a vivência de um Estado pressupõe a presença desses três elementos, porém, quando se remete a uma ‘nação’ deve-se levar em consideração a presença de apenas dois elementos (povo e território), e quando se refere à categoria ‘povo’, e que ele se encontra distante e disperso por território, precisa-se ser criteriosos para não excluirmos as demais categorias. Há que fazer menção que a existência de nações que formam Estados faz com que várias delas vivam aglomeradas, dando origem aos chamados Estados multinacionais.

A análise das atuações Estatais a serem aqui desenvolvidas, trata de três formas e/ou tipo de Estados apontados por Evans (2004): O Estado Predatório, Desenvolvimentista e Intermediário.

O primeiro apresenta característica de um Estado autônomo, onde priorizam os interesses de um pequeno grupo de pessoas em função da maioria, ou seja, o controle de aparato do Estado é concentrado apenas num determinado número de pessoas que não se preocupam em criar as mínimas condições de vida para a população. A definição do Estado autônomo não se limita apenas no desempenho desenvolvimentista destinado aos pobres, mas também com sua organização interna e, com a estrutura de sua relação com a sociedade em geral. A maioria dos países africanos é caso típico de Estado predatório, principalmente o Zaire onde oprime os seus cidadãos, aterrorizando-os, despojando-os de seu patrimônio comum e oferecendo pouco em retorno sob a forma de serviços.

Enquanto que no segundo, referente ao estado desenvolvimentista, observa-se uma participação conjunta entre o Estado e a sociedade em geral na elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento do país. O Estado por sua vez, atua como promotor do rápido crescimento econômico, através de fornecimento de capital a fim de fomentar o desenvolvimento das indústrias e geração de novos postos de trabalho. O Japão é um bom exemplo de um Estado Desenvolvimentista; após da Segunda Guerra Mundial, o governo japonês assumiu o papel de empresário e de instituição financeira na presença de uma forte burocracia, em financiar investimentos, mesmo com as empresas o que resultou posteriormente, do chamado “milagre japonesa”. Por outro lado, a nomeação dos cargos

não acontece pela indicação como se observa no Estado predatório, mas sim por meio de concurso público, onde são selecionadas pessoas talentosas para assumir um determinado cargo público.

Por último, o estado intermediário, assume características semelhantes às de alguns países em desenvolvimento, a exemplo do caso do Brasil e da Índia, que obtiveram grandes sucessos, embora inconsistentes e ocasionais, em promover a transformação industrial. Por exemplo, no Brasil, a grande transformação industrial iniciou-se com o governo de Getúlio Vargas nos anos 1930 com a produção de bens necessários e, posteriormente, com a produção de bens duráveis com governo de Juscelino Kubitscheck (1956-1960) com a implementação do Plano de Metas baseado em grande fluxo de entrada do capital estrangeiro, e no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que resultou no chamado “milagre brasileiro” entre a década de 1960 e 1970.

A partir deste momento, a estrutura interna do aparato do Estado brasileiro reduziu sua capacidade de promover o crescimento dos Estados desenvolvimentistas, levando-se em consideração à ausência de uma estrutura burocrática estável, tornando-se assim, mais fácil de estabelecer laços reguladores com o setor privado, a exemplo do que ocorre com a “orientação administrativa” que impulsiona a relação pública-privada que a direcione para canais individuais.

Finalmente, este mesmo autor concluiu que os Estados predatórios, desenvolvimentistas e intermediários apresentam uma relação muito diferente entre si, e não apenas em termos do grau de sucesso alcançado pelos desenvolvimentistas, mas também por suas estruturas internas e externas.

Portanto, de acordo com o exposto, pode-se concluir neste capítulo que tanto a globalização quanto as políticas neoliberais provocaram não só os problemas da estagnação da economia mundial, como também, a proliferação da desigualdade social, além do aumento da dependência entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Por outro lado, trouxeram progresso e avanço sem precedentes na economia mundial, sobretudo nas indústrias, nas telecomunicações, nos transportes, nas informações, respectivamente. Além disso, criaram e ampliaram a cooperação entre os países. Por último, convém salientar que a globalização e as políticas neoliberais divergiram nas opiniões no cenário do debate mundial, quanto a sua importância ou não para o desenvolvimento da economia mundial. Na sequência, no próximo capítulo será realizado um estudo sobre os indicadores macroeconômicos de Guiné-Bissau como um todo.

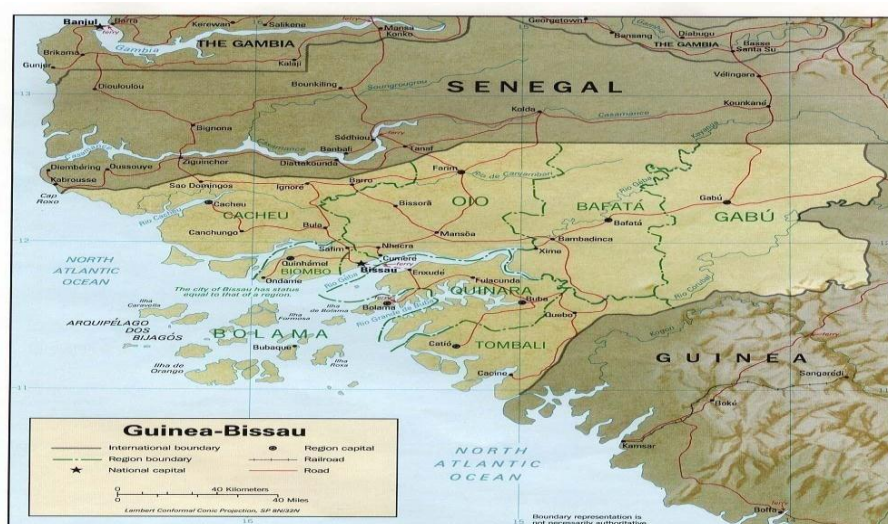
3 MACROECONOMIA RECENTE DE GUINÉ-BISSAU

Neste capítulo procurar-se-á apresentar a macroeconomia de Guiné-Bissau, destacando a evolução dos principais indicadores e seus impactos no desenvolvimento socioeconômico daquele país. Antes é feito uma breve abordagem sobre a sua história política e seu desenvolvimento econômico.

3. 1 Histórico de Desenvolvimento

Guiné-Bissau é um país africano de língua oficial portuguesa, independente desde Setembro de 1974 por PAIGC (Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde) localizado na costa ocidental da África entre a república do Senegal ao norte e a Guiné Conakry sul e leste, conforme a Figura 1. Cujas dimensão territorial de 36. 125 km² dos quais apenas 27.700 km² constituem a superfície emersa, devido à baixa altitude do país.

Figura 1: Mapa de Guiné-Bissau

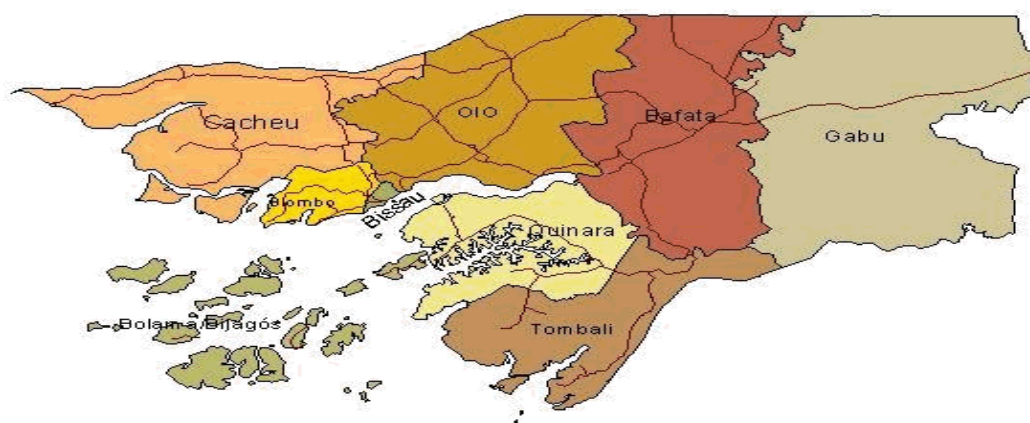


Fonte: Index mundi – 2012.

Em 2008, possuía uma população total de 1.503.182 de habitantes, que é composta por diversas etnias, sendo as mais numerosas: os Balantas, os Fulas, os Manjacos, os Mandingas, os Papeis, dentre outros. Distribuídas pelas oito regiões (Oio, Bafafá, Gabú,

Cacheu, Quinara, Tombali, Bolama e Biombo) com maior concentração no setor autônomo de Bissau (capital) como pode ser ilustrada na Figura 2.

Figura 2: Divisão administrativa da Guiné-Bissau



Fonte: Índice mundi – 2012.

O país ainda é formado por uma zona continental e outra insular que abrange o Arquipélago dos Bijagós, constituído por cerca de 90 ilhas e ilhéus, dos quais apenas 17 são ocupadas. Sua economia é fortemente dependente de ajuda e do setor primário, especificamente da agricultura.

Segundo Guiné-Bissau/Ministerio da Agricultura e do Desenvolvimento em (2006), agricultura constitui a base principal da economia guineense e, participa com 60% do PIB, 82% da População Economicamente Ativa (PEA) e 93% das exportações; a superfície cultivada é estimada por uma área de 200 mil hectares, sendo que 68 mil hectares é destinada para o cultivo de arroz, dos quais 37% com arroz de sequeiro, ou seja, de *pampam* e 63% de arroz de *bas-fonds*.

Trata-se de uma atividade econômica influenciada pela camada mais pobre da sociedade, de modo particular os jovens e as mulheres que vivem nas zonas rurais, que acabam constituindo os segmentos econômicos de baixa produtividade, pouco monetizados, formando agricultura de subsistência, com o destaque para o segmento de castanha de caju a qual apresenta mais de 90% das exportações²³.

Geralmente este tipo de economia caracteriza-se por crescimento econômico insuficiente em relação ao crescimento demográfico, devido a sua irregularidade e pela

²³ GUINÉ-BISSAU/Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. 2006.

concentração da renda e da riqueza, implicando um número considerável de pessoas miseráveis em relação à população total; concomitantemente evidencia-se pela dependência econômica, assim como pela escassez da tecnologia e financiamento e, a base exportadora é insuficiente e instável, e muitas vezes não consegue causar impactos significativos tanto para o seu mercado interno quanto para o mercado externo²⁴.

Conseqüentemente a Guiné-Bissau, desde os primórdios da sua independência, tem havido um clima contínuo de polarização política que tem sido marcado pelos freqüentes derrubes do governo, o que permitiu o declínio no nível de confiança no Estado tanto ao nível interno como ao nível externo em vários momentos e durante as décadas. Assim, Gomes (2010) afirmou que no final de 1980, perante a crise econômica e política, foi retificada a ordem Constitucional, por meio de golpe do Estado militar, sob o comando do “Movimento Reajustador 14 de Novembro” que culminou com a queda do primeiro Presidente da República Luís Cabral e a ruptura política entre Guiné-Bissau e Cabo Verde que havia sido construída durante a luta da libertação nacional.

A partir deste momento, o general João Bernardo Vieira (o principal mentor do Movimento Reajustador 14 de Novembro) assumiu a presidência da República com o estabelecimento de um regime totalitário. Em 1991, foi realizado o segundo Congresso extraordinário do Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), onde foi anunciado o processo de abertura da economia através do Consenso de Washington que possibilitou também o surgimento da democracia e da proliferação de partidos da oposição. No mesmo ano, realizou-se o segundo Congresso extraordinário do PAIGC, onde foi anunciado pelo presidente da República “João Bernardo Vieira” o processo de abertura política após uma longa pressão da comunidade internacional, o que permitiu a proliferação de partidos políticos e a realização das primeiras eleições em 1994, onde foi reeleito (SAMGREMAN, *et al*, 2006).

E, em maio de 1997 converteu-se no oitavo membro da União Econômica Monetária da África Ocidental (UEMOA) onde se destacam os seguintes países: Senegal, Mali, Burkina Faso, Togo, Costa do Marfim, Níger e Benin, cujos objetivos são o estabelecimento da moeda comum e o aumento da competitividade entre os países membros do bloco que como se verifica adiante.

Apesar disso, a paz continuava a ser ameaçada. Com efeito, em 1998, o país mergulhou num conflito político militar que durou cerca de 1 ano, e pôs fim aos 18 anos da

²⁴ GOULARTI, Filho Alcides. **O Pensamento do Celso Furtado**. 2012.

presidência de João Bernardo Vieira “Nino”. Esse conflito por sua vez, contribuiu para o agravamento ainda mais da economia (redução do PIB, aumento do desemprego, déficit na balança comercial, mau funcionamento da administração pública, etc), ou seja, não permitiu conduzir políticas públicas fortes e duráveis capazes de valorizar as vantagens do país e fazer face aos desafios do seu desenvolvimento.

No ano seguinte foi criado um Governo de transição política tendo sido indigitado como o Presidente da República “Malam Bacai Sanha” (ex-presidente da Assembléia Nacional Popular) e Francisco José Fadúl na qualidade de Primeiro Ministro entre 1999 e 2000.

Nesse mesmo período de transição política com o apoio da Comunidade Internacional foram realizadas as eleições presidenciais e legislativas que resultou com a vitória do candidato da oposição do Partido da Renovação Social – PRS “ Koumba Yalá”, após três anos do seu mandato foi deposto pelo Veríssimo Correia Seabra (ex-chefe General das Forças Armadas) por meio de um golpe militar em Setembro de 2003 (SOUSA, 2012).

Resultando um novo período de transição política chefiado por Henrique Rosa na qualidade de Presidente da República e Artur Sanha como o Primeiro Ministro. Gonçalves (2011) destacou que em março de 2004 foram realizadas eleições legislativas, que deram a vitória do Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde – PAIGC e, posteriormente, com a nomeação de Carlos Gomes Junior como o chefe do governo.

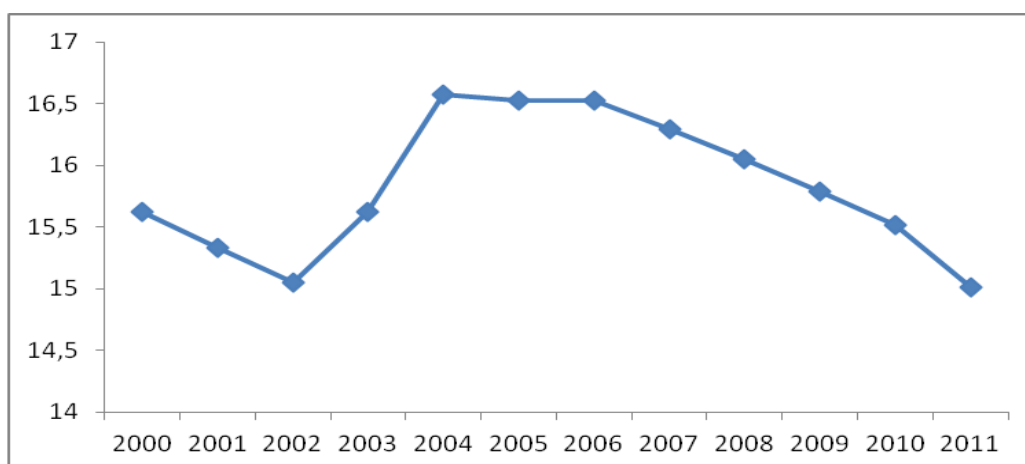
Este mesmo autor prossegue afirmando que em 2005 foram realizadas as eleições presidenciais que resultaram na vitória do ex-presidente João Bernardo Vieira “Nino”, após o exílio em Portugal desde o conflito político militar de 1998/99 em seguida o Primeiro Ministro Carlos Gomes Junior foi exonerado, após ter manifestado sua total indignação de trabalhar com o referido presidente.

Entretanto, em novembro de 2008 foram realizadas as novas eleições legislativas, vencidas pelo PAIGC, que por sua vez voltou a indicar Carlos Gomes Junior como o Primeiro Ministro; já em março de 2009 foi morto o General das Forças Armadas Batista Tagme Na Waie através de um ataque-bomba no quartel militar, na manhã seguinte foi assassinato o presidente João Bernardo Vieira em sua residência por um grupo de militares não identificados. Ainda em 2009, foram realizadas eleições presidenciais, vencidas por um candidato do PAIGC Malam Bacai Sanha.

De acordo com o FMI (2011), a persistência de instabilidade política fez com que os sucessivos governos de Guiné-Bissau entre os anos de 2000 e 2004, permanecessem menos 7 meses no poder, já entre 2004 e 2009 era inferior a dois anos. Não é difícil de compreender que a referida persistência de instabilidade política constitui uma das principais causas da pobreza daquele país.

Segundo a Guiné-Bissau/Estudo do Diagnostico da Integração do Comércio (2012) esta e outras razões, fizeram com que em 2003, a Guiné-Bissau se encontrasse no *ranking* dos países mais pobres do mundo, com mais de dois terços de sua população vivendo com menos de 2 dólares/dia e, mais de 21% vivendo com menos de 1 dólar/dia; além disso, a expectativa de vida era 45 anos, e situava-se na 175ª posição num universo de 177 países no Índice de Desenvolvimento Humano. Com relação à taxa de mortalidade materna, esta segue uma tendência de queda conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1. Guiné-Bissau: Taxa de mortalidade materna – 2000/2011 (em %)



Fonte: Índice mundi – 2012.

Apesar do conflito político militar de 1998-1999, a taxa de mortalidade materna vinha declinando a partir de 2001, devido às doações de equipamentos e remédios aos serviços hospitalares feitas por parte dos países estrangeiros (Portugal, Brasil, Espanha, Senegal, etc). Em seguida este quadro macroeconômico foi alterado quando a referida taxa passou de 15,05% em 2002 para 16,62% em 2003, onde permaneceu praticamente por um período de cinco anos. A partir de 2009, a taxa voltou a cair gradualmente por meio de

uma campanha de sensibilização promovida pelo Ministério da Saúde Pública daquele país, o que permitiu a queda de 15,27 em 2011.

Em virtude do fraco desempenho da economia referida anteriormente, especificamente após o conflito político militar de 1998/99, segundo Guiné-Bissau/Ministério da Economia, Plano e Integração Regional (2009) fora criado em agosto de 2004 o primeiro Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP I) com o objetivo de levar a cabo os seguintes desafios:

- ❖ Ampliação e estabilização do poder democrático em todos os níveis de Estado;
- ❖ Aumento de investimento no setor da saúde pública e da capacidade de atendimento;
- ❖ Estímulo ao desenvolvimento económico sustentável com vista à criação de novos postos de trabalho;
- ❖ Controle e aumento na arrecadação de receitas públicas, bem como o aumento da carga horária;
- ❖ Estimular o Investimento Estrangeiro Direto (IED) através de redução dos impostos e da estabilidade económica.

Convém salientar que devido à permanência de instabilidade política, impediu-se a instauração de um clima político favorável à implantação das reformas com vista a atender os desafios acima apontados. Por outro lado, deve-se pelo fraco desempenho registrado na campanha de comercialização da castanha de caju em 2006, assim como pelo aumento dos preços de bens da primeira necessidade e dos produtos petrolíferos verificado em 2007; e, por último, pela crise financeira internacional de 2008, de acordo com este mesmo ministério.

3.2 Enquadramentos Macroeconômicos

3.2.1 Taxa de investimento e a evolução económica

De acordo com o FMI (2011) a persistente instabilidade política verificada na Guiné-Bissau, sobretudo após o conflito político militar de 1998/99, não tem permitido a entrada de recursos financeiros para a realização de investimentos e a melhoria de infra-estruturas básicas:

- **Setor da energia** – apresenta uma grande precariedade aos serviços prestados à população, tanto no centro urbano quanto nas zonas rurais. Apenas uma parcela da população tem acesso a energia elétrica e o aprisionamento em águas, sobretudo na capital do país, com pouca frequência. Deste modo a persistência desta crise é traduzida no custo elevado de exploração, perdas grandes para economia (incluindo o roubo da energia elétrica, por meio das ligações clandestinas), tarifas elevadas aos consumidores, assim pequenas cobranças das faturas de consumo;
- **O porto de Bissau** – é o mais importante do país, cobrindo dessa forma 85% dos fluxos comerciais. Apesar disso, vem enfrentando problemas de diversas ordens (equipamentos, recursos humanos, financiamento, etc), que não podem ser solucionados no curto prazo, mesmo, as tarifas cobradas não correspondem a qualidade dos serviços prestados;
- **Estradas** – a Guiné-Bissau possui 2.755 km de estradas das quais dois terços não tem asfaltos. A região sul, por exemplo, continua a apresentar o problema de difícil acesso para o escoamento de mercadorias, sobretudo no período chuvoso, que por sua vez, poderá influenciar no aumento dos preços dessas mercadorias.

Nessa perspectiva, segundo a Guiné-Bissau/Ministério da Economia, Plano e Integração Regional (2010), fora aprovado através de um Decreto de Lei nº 03/2009, o novo Código de Investimentos com os seguintes objetivos:

- ❖ Abolição da discriminação que podem ser exercidas pelos funcionários públicos ao abrigo da antiga lei e a implementação automática de incentivos;
- ❖ Redução da burocracia no sentido de atrair o fluxo de Investimento Direto Estrangeiro no longo prazo;
- ❖ Facilidade de pagamento das tarifas públicas através do parcelamento destas entre o governo e o setor privado.

Por outro lado, no que se refere ao estímulo para os investimentos, segundo Aicep Portugal Global (2009) a Agência Multilateral de Garantia de Investimento (MIGA) e do

Fundo Africano de Garantia e Cooperação Econômica (FAGACE) na promoção de investimento na Guiné-Bissau, este é de extrema importância. Em seguida, este estudo destacou o objetivo da MIGA, que é segurar o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) nos países em desenvolvimento por meio de concessões de empréstimos de longo prazo com baixa taxa de juros e, ao mesmo tempo, garantir a proteção de risco cambial excluindo a desvalorização da moeda local; enquanto que este segundo tem por finalidade promover o desenvolvimento econômico e social nos países membros da União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA). Diante disso a Tabela 1, ilustra o fluxo de Investimento Estrangeiro Direto (IED) de Guiné-Bissau como um todo.

Tabela 1. Guiné-Bissau: Investimento Estrangeiro Direto – 2004/2008
(em milhões de USD)

	2004	2005	2006	2007	2008
Investimento Estrangeiro na Guiné-Bissau	2 000000	9 000000	18 000000	19 000000	15 000000
Investimento de Guiné-Bissau no estrangeiro	-8 000000	1 000000	0	0	0
Posição no ranking mundial					
Como receptor	187 ^a	178 ^a	177 ^a	185 ^a	179 ^a
Como emissor	217 ^a	125 ^a	129 ^a	225 ^a	140 ^a

Fonte: UNCTAD – World Investment Report - 2009

De fato, o novo código de investimento criou estímulo para o fluxo de entrada do capital estrangeiro na Guiné-Bissau. Este aumento deve-se em maior parte a adesão de Guiné-Bissau à MIGA e a FAGACE como já se referiu anteriormente; entretanto, no período que compreende entre 2004 e 2008 o país recebeu 63 milhões de UDS de Investimento Direto Estrangeiro.

Apesar disso, a Guiné-Bissau segue no *ranking* dos países que recebem menor fluxo de Investimento Direto Estrangeiro. Por exemplo, em 2004 a Guiné-Bissau situava-se na 187^a posição no *ranking* mundial, enquanto que em 2007 posicionava-se na 185^a posição, respectivamente. Em 2006 chegou a atingir 177^a posição no *ranking* mundial (a melhor posição observada durante o período em estudo). Com relação aos países emissores de investimento no exterior, o país devido a sua alta dependência pelo setor primário, e outros fatores internos, criaram enormes dificuldades para a realização dos investimentos

no estrangeiro, contudo, em 2003 verificou-se apenas um investimento de 1 milhão dólares.

Não se deve deixar de mencionar ainda que mais de 90% do seu orçamento depende dos recursos externos que são contraídos sob forma de financiamento, empréstimos e donativos para execução de programas do governo, por conta da má afetação dos recursos no processo produtivo, da crise política interna, dentre outros; que não tem permitido alcançar o desenvolvimento econômico almejado.

Tabela 2. Guiné-Bissau: Financiamento do programa do governo – 2003/2010 (em bilhões de franco CFA).

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Financiamento externo	24800	17337	11012	8128	26128	17180	34638	32782
Donativo	19018	9130	4808	6010	21605	17151	33602	27867
Empréstimo	5782	8207	6204	2118	4525	29	1036	4915
Financiamento interno	1059	478	1053	311	1128	184	1066	n.d
Total	50659	35152	23077	16567	53386	34544	70342	65564

Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Guiné-Bissau - INE (2011)

Conforme revelam os dados da Tabela 2, a Guiné-Bissau carece de recursos próprios para financiar os principais programas de investimentos públicos, particularmente a infra-estrutura - estradas, aeroportos, portos, hospitais, pontes, etc., assim como o pagamento de salários, dívida externa, dentre outros. Em 2003, cerca de 97,9% dos recursos financeiros foram contraídos no exterior a fim de equilibrar o déficit do orçamento público. Em seguida, no período compreendido entre 2004 e 2006 houve uma redução dos recursos externos devido o golpe de Estado verificado no país em Setembro de 2003. Em virtude da realização das eleições presidenciais no final de 2005 animou a confiança dos credores internacionais, sobretudo em 2009 em que a entrada dos recursos situava-se na ordem de 98,5%, sendo que a maior parte deles era composta da seguinte maneira: Financiamento (50%), donativos (48,5%) e empréstimos (1,5%).

Percebe-se que o financiamento interno após 2003 vinha oscilando, sobretudo em 2008 em face da crise financeira internacional que colocou maior parte da economia mundial em recessão, particularmente os países do Euro.

Cabe citar ainda que, devido os sucessivos empréstimos contraídos no exterior, a Guiné-Bissau em 2010 atingiu o ponto de conclusão do prazo para iniciativa de pagamento da dívida²⁵, o que a beneficiou com uma anulação muito significativa do seu estoque da dívida externa (ver o Quadro 2), que no final de 2009 atingiu os 1.066,7 milhões de dólares equivalentes a 121% do PIB; por outro lado, a referida anulação leva em consideração eventuais juros no futuro sobre o valor anulado que é de 1,2 milhões de dólares²⁶.

Em contrapartida, o governo comprometeu-se junto aos credores internacionais para que os futuros recursos adicionais que serão alcançados, em virtude da anulação da dívida externa, sejam canalizados para financiar projetos mais necessários, como por exemplo, os da área de saúde, da educação e da infra-estrutura (Guiné-Bissau/Ministério das Finanças, 2011).

Quadro 2. Guiné-Bissau: Evolução da Dívida Externa Líquida – 2006/2011 (em bilhões de FCFA)

Ano	PIBn em milhões de FCFA	Dívida Líquida da Guiné-Bissau Externa em bilhões de FCFA	Dívida Externa Líquida em % do PIB
2006	302 501	522 865	172,8
2007	331 040	494 597	149,4
2008	377 451	510 673	135,3
2009	395 084	500 223	127,2
2010	413 750	538 945	130,3
2011	459 327	81 961	17
TOTAL	2 279 153	2 649 264	732

Fonte: Direção de Serviços da Dívida da Guiné-Bissau (2012).

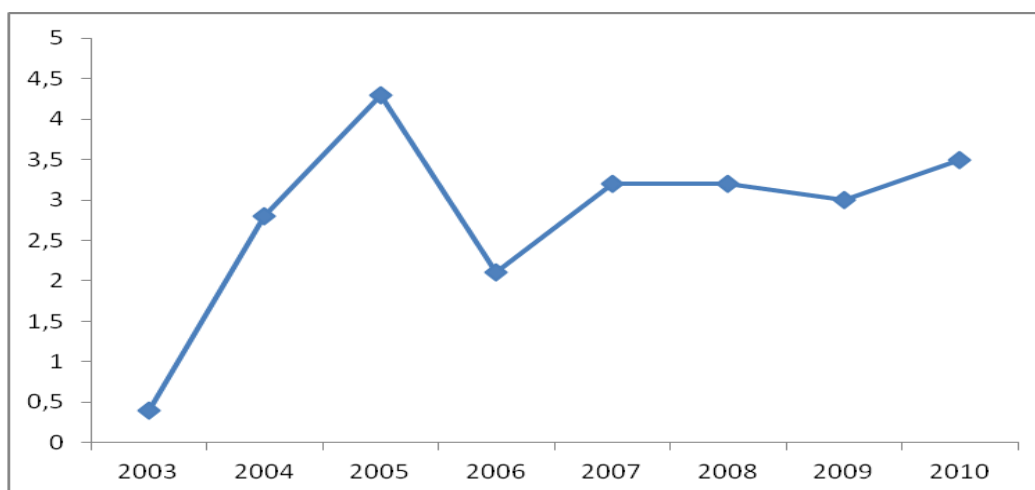
O Quadro 2, apresenta a evolução do PIB de Guiné-Bissau acompanhado pelo alto endividamento externo que vinha crescendo ao longo dos anos, a qual em 2010 chegou a atingir 538.945 bilhões de franco CFA (moeda local), no ano seguinte caiu drasticamente

²⁵ O cálculo de anulação é feito tradicionalmente em termos do valor atualizado da dívida, e não do valor nominal, uma vez que anulação da dívida pelos credores pode ser feita de várias formas: a) pode-se anular uma parte ou totalidade do estoque; b) pode-se também o estoque da dívida, mas reduzir a taxa de juros ou delatar consideravelmente o período de reembolso, o que significa uma redução do custo efetivo. A decisão do ponto de conclusão significa que todos os credores têm que reduzir seus créditos no mínimo de 79% em relação o valor atualizado.

²⁶ Ver Guiné-Bissau/Ministério das Finanças. 2012.

para 81.961 bilhões de franco CFA. Por outro lado, em função da anulação do estoque da dívida externa, reduziu consideravelmente a referida dívida passando de 172,8% em 2006 para 17% em 2011. Apesar disso, não se verificou uma grande evolução do crescimento como mostra o Gráfico a seguir:

Gráfico 2. Guiné-Bissau: Evolução do PIB – 2003/2010 (em%)



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisa de Guiné-Bissau – INE (2011).

Como se observa no Gráfico 2 em 2003, a economia guineense encontrava-se em plena estagnação econômica por causa da crise interna (instabilidade política, seca, etc) daquele país. Em seguida, este cenário macroeconômico modificou-se, ou seja, a economia recuperou-se com um crescimento de 4,5% em 2005 (em virtude da implantação em 2004 do primeiro Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza – DENARP). Porém, este ambiente favorável em que o país convivia foi interrompido em 2006, com uma queda de 2,4% no seu PIB. Já entre 2007 e 2008, a economia voltou a crescer apenas 3,2% respectivamente, e com uma ligeira recuperação (3,5%) em 2010. E, em seguida a Tabela 3, apresenta o PIB em termos da produção a preços correntes, como se constatará a seguir:

Tabela 3. Guiné-Bissau: PIB na óptica da produção a preços correntes – 2003/2008 (em milhões de franco CFA).

Setores econômicos	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Setor primário	113907	114 001	130 037	125 795	138 737	173 021
Agricultura	76919	78953	93790	87470	99269	129704
Pecuária	12848	13212	13790	13774	14179	15441
Pesca	18968	16332	16923	18035	18163	19977
Floresta	5172	5504	5831	6516	7126	7899
Setor secundário	47 342	43 510	41 552	39 798	42 857	48 283
Atividades extrativas	230	135	91	83	147	105
Agroalimentar	33782	33333	32543	31124	31786	37908
Outras indústrias	4258	4216	4409	4535	4890	5299
Construção	7595	4476	3020	2740	4898	73469
Água e energia	1477	1350	1489	1316	1119	1502
Setor terciário	103 987	110 088	120 453	124 453	136 077	141 932
Transporte e telecomunicação	8256	10301	10881	13509	13763	15941
Comercio	54277	55440	59441	60090	69579	72874
Serviços financeiros	1290	1282	1612	2080	1483	1487
Serviços de adm. Pública	29696	30234	33255	3203	34350	33623
Outros	37908	12831	15264	16738	16902	18007

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Bissau 2009 *apud* Guiné-Bissau/Ministério da Economia, do Plano e da Integração Regional - 2009.

Relativamente a Tabela 3, observa-se uma grande participação do setor primário na formação do PIB, durante os períodos referenciados, aliás com a ressalva para o ano de 2006 quando caiu cerca de 3,3%. Apesar da queda provocada pela seca em 2006, este setor continuava a representar com a maior participação na composição do PIB daquele país em relação aos setores secundário e terciário. Este crescimento foi impulsionado pelo segmento de agricultura com uma média anual de 80,3% seguido da pesca (18,1%); da pecuária (13,9%) e da floresta (6,3%), respectivamente.

Isso implica dizer que o Estado deve dar mais engajamento nesse setor, no sentido de atrair pequenos, médios e grandes produtores a aumentar o fluxo de investimentos nessa área, através de concessões de subsídios, redução dos impostos, direito trabalhistas, enfim, criar condições necessárias para o desenvolvimento sustentável desse setor e a vida da classe trabalhadora.

O setor terciário devido a sua grande dependência pelo setor primário se tornou como o segundo setor mais importante daquela economia, com destaque para o segmento do comércio por conta da característica do próprio mercado daquele país, que após sua emancipação política, estimulou uma boa parte dos comerciantes dos países vizinhos, em especial os países do norte do continente africano, Ásia e da Europa.

Por último, o setor secundário, este setor é o que carece mais de investimentos, por conta da instabilidade política, da escassez de infra-estrutura pública para a realização das atividades, do incentivo fiscal, etc. As principais atividades exercidas nesse setor eram o segmento de construção civil e agro-alimentar. Este primeiro, por exemplo, vinha se destacando cada vez mais em virtude de acentuado número de obras públicas, especialmente na capital do país (Bissau), como a reforma do maior hospital Simão Mendes (principal hospital do país), palácio do governo, estradas e pontes.

3.2.2 Relações externas guineenses: busca por uma competitividade internacional

A Guiné-Bissau é irrelevante no nível do comércio internacional, isto por conta de sua alta dependência do maior produto de exportação “castanha de caju” e pela deterioração dos termos de troca. Por estas e outras razões, a sua balança comercial em 2008 situava-se na 171ª posição no *ranking* dos países exportadores e na 184ª posição como importador (AICEP PORTUGAL GLOBAL, 2009). Estes dados podem ser observados na Tabela a baixo, para uma melhor compreensão da balança comercial daquele país.

Tabela 4. Guiné-Bissau: Balança comercial – 2004/2008 (em milhões de USD)

	2004	2005	2006	2007	2008
Balança comercial	-7	-17	-53	-51	-62
Exportação	76	89	74	85	98
Importação	83	106	127	136	160
Coeficiente de cobertura (%)	91,6	84	58,3	62,5	61,3
Posição no ranking do mundo					
Como exportador	170	169	171	171	171
Como importador	185	183	183	185	184

Fonte: WTO - World Trade Organization - 2009.

Em suma, o aumento das exportações de Guiné-Bissau ao longo da década de 2000 tem contribuído muito para a redução do déficit na balança comercial, particularmente no período compreendido entre 2007 e 2008 em que passou de 85 milhões para 98 milhões de dólares, respectivamente. Esse aumento deve-se ao fato da expansão da produção agrícola, da exportação de castanha de caju, das condições climáticas favoráveis e a entrada de novos investimentos nesse setor (AICEP PORTUGAL GLOBAL, 2009).

Com relação à importação, observa-se que esta vinha crescendo substancialmente mesmo com o aumento dos preços de produtos alimentícios e energéticos verificados em 2007, em função disso, a balança comercial daquele país é deficitária. Além disso, a Guiné-Bissau situava-se numa posição desconfortável no *ranking* mundial tanto dos países exportadores como dos países importadores.

Como exportador, a Guiné-Bissau permaneceu praticamente na 171^a posição no *ranking* mundial exceto entre o ano de 2004 e 2005 quando houve pequena oscilação; enquanto que como importador, o país segue o mesmo comportamento, ou seja, a variação de posição ao longo dos anos seja como exportador ou importador era insignificante. Vale salientar ainda que, a maior parte de suas exportações era direcionada fora da região integrada (UEMOA).

Tabela 5. Guiné-Bissau: Principais mercados de exportação – 2004/2008 (em %)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Cabo Verde	0,2	0,6	0,7	0,1	0,1	0,1
China	0	0,1	0	0	0,2	0,2
França	0	0	0	0	0	0,2
Gâmbia	0,1	0	0	0	0	0,2
Holanda	0,6	0,1	0	0,3	0	0,4
Índia	82,5	61,5	51,6	66,6	73,9	63,2
Portugal	0,6	1,8	0,5	0,8	0,3	1,5
Senegal	2	0,4	22,5	26,2	17,4	27,4
Singapura	12,9	14,9	22,8	2,3	2,1	0
Outros	1,1	20,5	2,4	3,7	5,9	6,2

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, FMI e cálculo do Banco de Portugal - 2009.

Como se observa na Tabela 5, os dados mostram que o mercado indiano faz da Guiné-Bissau um dos principais parceiros comerciais em virtude do volume de exportação da castanha de caju para aquele mercado. Todavia, durante os períodos referenciados na

Tabela acima, a média das exportações de Guiné-Bissau para o mercado indiano situava-se na ordem de 66,6%. Já o Senegal além de representar o segundo maior mercado de exportação de Guiné-Bissau, também era o único país dentre os membros da UEMOA que mantinha relação comercial com a Guiné-Bissau. É importante ressaltar ainda que as transações comerciais entre dois países (Guiné-Bissau e Senegal) começaram a se fortalecer a partir de 2006 quando passou de 0,4% (2005) para 22,5%, respectivamente. Ao contrário da Singapura que no início da década, vinha aumentando o fluxo comercial com a Guiné-Bissau, mas esta evolução transacional entre ambos os países não demorou por muito tempo. Entre 2006 caiu de 22,8% para 2,3%, mesmo tendo prosseguido, embora a passos lentos, tal queda passou a atingir 0% em 2009.

Tabela 6. Guiné-Bissau: Estrutura de exportação – 2003/2008 (em %)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Castanha de caju	80	89	94	94	71	77
Outros produtos agrícolas	0	0	0	0	0	0
Produtos de extração	0	0	0	0	0	0
Outros bens	2	2	1	1	0	2
Serviços	20	9	5	5	29	21
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Guiné-Bissau (INE) – 2009.

Nota-se que a estrutura da exportação de Guiné-Bissau é predominada pela a produção de castanha de caju, pelo fato de que esta ao invés de ser processada antes a fim de diversificar a base exportadora, permitindo, desta maneira, a geração do emprego e renda na economia, é exportada diretamente para o mercado internacional. Este fato pode explicar em parte, o principal interesse do mercado indiano pela importação da castanha de caju, na medida em que após sua entrada nesse mercado é processada e, posteriormente é exportada para os países desenvolvidos. Os serviços por seu turno seguem em segundo no *ranking* da estrutura de exportação guineense e, aumentaram consideravelmente entre 2006 e 2007 e, ano seguinte caiu de cerca de 8% devido à crise financeira internacional.

A Índia embora seja o primeiro mercado de abastecimento da castanha de caju, não se destaca no *ranking* dos mercados de importação de Guiné-Bissau, como o Senegal que vinha se destacando, sobretudo entre os anos de 2004 e 2006 em que cresceu cerca de 29,1%. Pode-se afirmar que o aumento do fluxo comercial entre essas economias, não se

limita só pela aproximação geográfica, mas também pela adesão destas a UEMOA, o que acaba de intensificar cada vez mais este fluxo comercial por conta de abolição das tarifas aduaneiras de livre circulação de bens e serviços, etc.

Tabela 7. Guiné-Bissau: Principais mercados de importação – 2004/2008 (em %)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009
China	13	2,3	1,6	0,2	0,4	2,6
Espanha	2,5	1,1	0,9	1,9	1,1	2,7
França	2,3	4,5	2,6	0,5	2,2	4,1
Gâmbia	2,6	1,4	7,4	1,4	2	0,9
Holanda	7,4	8	6,3	5,6	4,5	4,9
Índia	0,5	0,6	0,3	2,4	1	0,3
Japão	5	0,7	0,7	0,2	1,5	1,3
Portugal	19,4	21	16,1	19,7	22,4	24,4
Senegal	16,5	45,6	44,5	44,2	29	25,9
Outros	30,6	14,9	19,8	23,9	35,9	32,9

Fonte: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, FMI e cálculo do Banco de Portugal - 2009.

A Tabela 7, apresenta o percentual dos principais mercados de importação da Guiné-Bissau entre 2004 e 2008. Percebe-se que o Senegal é o principal mercado de importação da Guiné-Bissau por conta da livre circulação de bens e serviços entre os países membros da UEMOA. Percebe-se ainda que depois de 2005, a importação por aquele país começa reduzir gradualmente em virtude da crise política interna de Guiné-Bissau somado a crise financeira internacional. Portugal apesar de ter sido o país colonizador apresenta como o segundo maior mercado de importação de Guiné-Bissau seguido de Holanda, Gâmbia, França, China, dentre outros.

Por outro lado, a Guiné-Bissau em virtude da sua dependência em relação a agricultura de subsistência permitiu que a sua demanda pelo mercado externo aumentasse cada vez mais. O que implica nos sucessivos déficits na sua balança comercial e pela desaceleração do crescimento como um todo.

Tabela 8. Guiné-Bissau: Estrutura de importação – 2003/2008 (em %)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Arroz	14	10	10	13	9	8
Farinha trigo	4	3	5	4	4	2
Açúcar	2	2	4	5	3	3
Bebidas	5	4	4	4	3	4
Outros produtos alimentares	9	8	10	9	9	7
Produtos petrolíferos refinados	13	21	18	22	16	17
Material de construção	7	4	5	5	3	3
Material de transporte	5	3	5	7	8	8
Máquinas	4	3	5	5	11	9
Outros bens	13	20	18	14	16	14
Serviços	24	22	16	12	18	25
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Guiné-Bissau (INE) – 2009.

Como já referido anteriormente, a agricultura de subsistência é o principal meio de construção da base da economia daquele país, mesmo assim, não consegue suprir toda a necessidade da população em geral, especificamente do centro urbano. Com isso, faz-se necessário a demanda para os produtos alimentícios assim como outros produtos de primeira necessidades no mercado internacional. Portanto, o aumento da procura por produtos petrolíferos refinados e arroz no mercado internacional fez-se aumentar também a compra dos serviços no exterior, o que significa dizer uma redução na conta corrente daquele país. Observa-se que apesar da crise financeira internacional, os serviços tiveram um crescimento de 7% no período compreendido entre 2007 e 2008.

3.2.3 Taxa de desemprego

O desemprego desde sempre tem colocado um grande desafio para a economia mundial. Hoje, é uma das prioridades dos assuntos na reunião dos líderes mundiais devido a crise financeira internacional que teve início em 2008, no mercado imobiliário nos Estados Unidos que vem destruindo milhões de empregos no planeta, sobretudo nos países da zona do Euro (Alemanha, França, Itália, Espanha, Grécia, Portugal, Irlanda, Holanda, Bélgica, etc).

Todavia, a Guiné-Bissau não escapou dessa crise, esta por sua vez, ajudou a aumentar a taxa do desemprego que já existia por causa da persistência da instabilidade política que reduziu o fluxo de Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Por outro lado, a taxa de crescimento populacional vem crescendo em um ritmo acelerado (veja Tabela 5), o que se traduz para o aumento da pobreza generalizada.

Tabela 9. Guiné-Bissau: Taxa de crescimento populacional – 2000/2011

Ano	População
2000	1 285715
2001	1 315822
2002	1 345479
2003	1 360827
2004	1 388363
2005	1 416027
2006	1 442029
2007	1 472780
2008	1 503182
2009	1 533964
2010	1 561261
2011	1 596677

Fonte: Índex mundi - 2012.

Como se pode constatar a taxa de crescimento populacional daquele país tem aumentado consideravelmente, isto por conta do elevado índice de analfabetismo e evasão escolar, principalmente nas zonas rurais, onde se registra mais a bigamia e o trabalho infantil. O governo por seu turno, devido aos problemas internos ressaltados anteriormente, tem se mostrado incapaz de contornar este problema de desemprego, e resolver aquela situação, além de não gerar nem emprego e nem renda no país.

É importante enfatizar que os jovens estão na camada mais afetada pelo desemprego, o que estimula as práticas nocivas na sociedade, a exemplo do envolvimento com as drogas, criminalidades, vandalismos, dentre outros.

Quadro 3. Guiné-Bissau: Taxa de Desemprego segundo a faixa etária – 2010 (em %)

Taxa de Desemprego	15-24 anos	25-60 anos
Bissau	40,1	14,4
Bissau/homens	46,9	16,3
Bissau/mulheres	29,2	11,6
Resto do país	15,7	7,9
Homens/resto do país	19,3	8,3
Mulheres resto do país	12	7,5

Fonte: Inquérito Ligeiro para Avaliação da Pobreza (ILAP) - 2010.

O índice de desemprego entre 15 a 24 anos era praticamente três vezes maior do que as pessoas com a faixa etária entre 25 a 60 anos, na capital. O que significa dizer que os jovens representam um número expressivo na população ativa daquele país. Sem esquecer de referir ainda que a diferença da taxa do desemprego entre os homens (entre 15-24 e 25-60 anos) na capital era de 30,6% ao passo que entre as mulheres (entre 15-24 e 25-60 anos) era apenas 17,6%. Observe-se que para o restante do país, a diferença entre os homens era também maior do que entre as mulheres. Além disso, cabe citar que o setor primário, embora seja considerado o setor onde se concentra maior índice de informalidade, por sua vez, absorve uma expressiva quantidade da mão-de-obra, particularmente na zona rural como se pode observar na Tabela 10.

Tabela 10. Guiné-Bissau: Repartição de emprego, segundo o ramo de atividade na ocupação e na residência – 2010 (em %)

Atividade de ocupação	Bissau	Outras regiões	Total
Agricultura/Silvicultura/Pesca	11,6	87	72,4
Indústria extrativa	0,4	0,4	0,4
Indústria manufatureira	3,2	0,4	0,9
Construção	9	1,6	3
Transporte	6,1	0,9	1,9
Comércio/Vendas	27,5	5,8	10
Serviços	28,6	2,2	7,3
Educação	3,6	1	1,5
Saúde	1,2	0,3	0,4
Administração	8,7	0,4	2

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – 2011.

Relativamente à distribuição de emprego, segundo o ramo de atividade, observa-se que a Tabela 10 aponta que o setor primário (agricultura, silvicultura e pesca) representava cerca de 87% apenas no interior do Estado e 11,6% no centro urbano. Seguem-se a atividade de comércio e vendas, serviços, transportes, saúde, educação indústria, etc. Nota-se que a indústria é um setor praticamente esquecido pelo Estado quando comparado com os demais da economia, pela falta de incentivos ao crescimento desse setor, ao contrario do que se observa nos países da sub-região. O país ainda enfrenta a escassez de mão-de-obra qualificada na área da administração pública, área esta, indispensável para o desenvolvimento de uma economia.

Quadro 4. Guiné-Bissau: Repartição de trabalhadores na Administração Pública segundo o nível da escolaridade - 2002 (em %).

Níveis	Percentagem
Analfabetos	5,93
4ª Classe	7,32
6º Classe	12,49
9ª Classe	21,97
11ª Classe	17
12ª Classe	1,01
Curso Técnico	15,9
Bacharel	5
Licenciatura	8,05
Mestrado	0,63
Doutorado	0,06
Não declarado	4,64

Fonte: Ministério da Reforma Administrativa Função Pública e Trabalho (MRAFPT) – 2003.

Da análise do Quadro 4, percebe-se que os servidores públicos com o título de doutor e mestre correspondiam apenas 0,69%, enquanto que o bacharel e licenciados somavam 13%, ou seja, quase cem por cento maior que os funcionários com título de doutor e mestre. Por outro lado, os servidores públicos com apenas segundo grau de escolaridade representavam em torno de 65,6%. Como se viu existe uma grande diferença entre os quadros qualificados e não-qualificados e continua persistindo ainda, devido à ausência do concurso público. Dito de outra maneira, o preenchimento da vaga do emprego se dá pelos

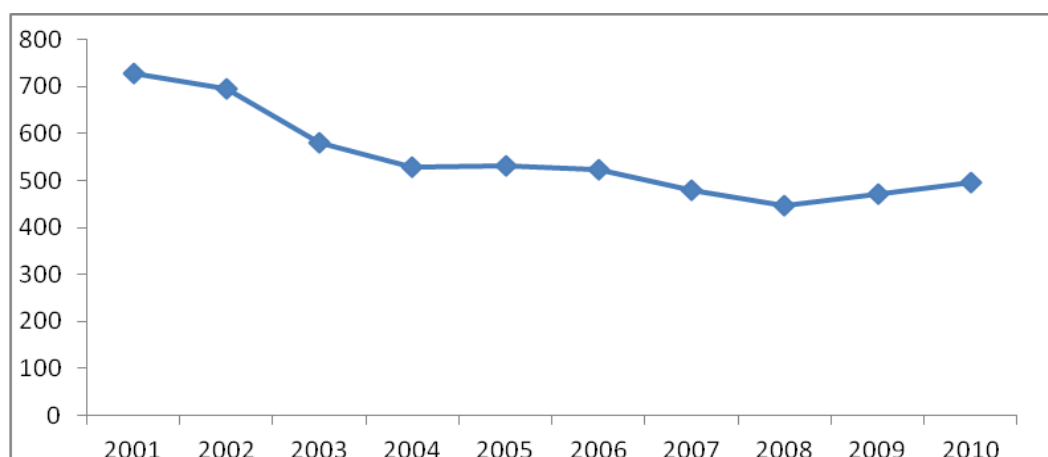
laços de parentescos e pela afinidade, o que estimula desta forma, o aumento de servidores públicos não-qualificados na administração pública e evasão escolar.

3.3 Dinâmica de Política Econômica

3.3.1 Taxa de Câmbio

Após a adesão da Guiné-Bissau a União Monetária da África Ocidental (UEMOA) em 1997, o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) passou a atuar como o Banco Central, assim como ocorre com os demais países membros do bloco. Segundo Guiné-Bissau/Estudo do Diagnostico de Integração do Comercio (2012) há duas maneiras nas quais o governo pode intervir na taxa de câmbio: primeiro, o governo pode intervir no câmbio caso haja o aumento contínuo dos preços de bens importados (produtos alimentícios e energéticos) nos mercados; segundo, a intervenção pode ocorrer caso o governo pretenda estimular as exportações através da desvalorização cambial.

Gráfico 3. Guiné-Bissau: Variações médias da taxa de câmbio – 2001/2010



Fonte: Agencia do BCEAO na Guiné-Bissau, FMI e cálculo do Banco de Portugal – 2011.

Da análise do Gráfico 3, entre 2001 e 2004, pode-se perceber que houve uma forte desvalorização na taxa média de câmbio e, o principal motivo dessa desvalorização era o estímulo às exportações a fim de reduzir o déficit da balança comercial e promover a

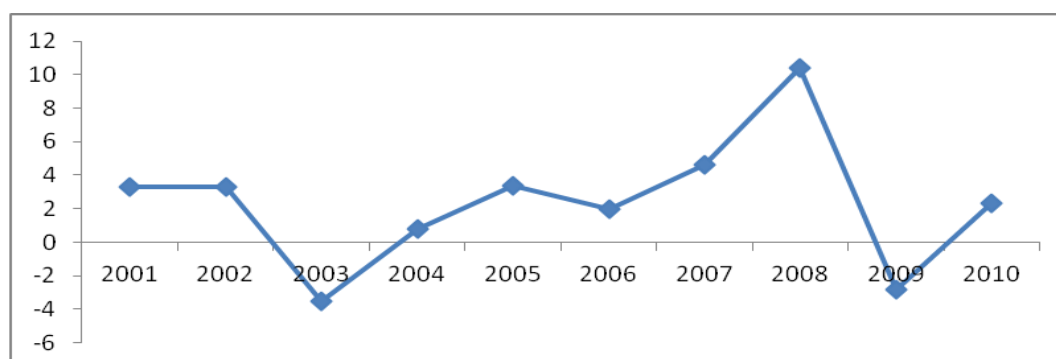
estabilização da economia como um todo. Já no período compreendido entre 2005 e 2006 a taxa permaneceu praticamente estável e em seguida, voltou a cair passando de 1,8% em 2007 para 6,5% em 2008. Contudo, entre 2009 e 2010 foi verificado um pequeno aumento na taxa de câmbio, com o objetivo de aumentar as importações de bens de primeiras necessidades, tendo em vista que aquele país depende em boa parte do mercado externo para desenvolver suas atividades econômicas.

De acordo com o Banco de Portugal (2011), a adesão de Guiné-Bissau a UEMOA permitiu a estabilização da taxa de câmbio, uma vez que a sua moeda (franco CFA) passou a ser atrelada ao Euro, a partir deste momento a cotação do dólar permaneceu praticamente estável, além disso, ajudou a melhorar o déficit da balança comercial.

3.3.2 Inflação

A adesão de Guiné-Bissau a UEMOA não só ajudou a estabilização da taxa de câmbio, mas também auxiliou no controle da inflação, que há décadas o governo vinha tentado combatê-la sem sucesso. Este controle do processo inflacionário deve-se em parte pela limitação da demanda, sobretudo no mercado internacional²⁷. De maneira complementar Yalá (2010) ressaltou a importância da adesão de Guiné-Bissau nesse bloco, e que foi a vitória mais importante do governo após sua independência em Setembro de 1974.

Gráfico 4. Guiné-Bissau: Índice de Preço ao Consumidor – 2003/2010 (em %)



Fonte: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, FMI e cálculo do Banco de Portugal – 20

²⁷ Banco de Portugal. **A evolução das economias dos PALOP e de Timor-Leste.** 2010/2011.

Como se pode observar no Gráfico 4, a partir de 2003 o Índice de Preço do Consumidor (IPC) foi negativo (-3,5%) em virtude da redução da demanda tanto no mercado doméstico como no mercado internacional. Esta estabilidade monetária começou a ser interrompida no decorrer dos anos, principalmente no período compreendido entre 2007 e 2008 devido a crise financeira que aumentou os principais itens de importações (alimentos, combustível, materiais de construção, dentre outros) de Guiné-Bissau; já em 2009 a taxa voltou a ser negativa (-2,8%).

Apesar disso, de acordo com o FMI (2011) a Guiné-Bissau continua a enfrentar grandes desafios macroeconômicos que não podem ser solucionados no curto prazo. Por exemplo:

- ❖ A vulnerabilidade econômica devida ao alto grau de dependência do setor primário, principalmente da castanha de caju, que representa mais de 90% das exportações e cerca de 17% das receitas daquele país;
- ❖ A precariedade dos serviços públicos e privados;
- ❖ Dificuldades das operações empresariais em virtude da precariedade de infraestrutura básicas como estradas, portos, eletricidade, dentre outros;
- ❖ A redução do nível do investimento tanto público assim como o investimento direto estrangeiro devido à instabilidade política e institucional, persistente no país desde o conflito militar de 1998/1999.

3.3.3 Taxa de Juros

A taxa de juros de qualquer país visa aumentar ou reduzir a oferta da moeda da política econômica, assim como estimular a poupança nacional. Por outro lado, a taxa de juros ajuda agentes econômicos (família, empresa e governo) a tomar as mais diferentes decisões, permitindo assim, uma distribuição temporal mais adequada a suas preferências de consumo e poupança.

Diante do exposto, observa-se no Quadro 5 a seguir como funciona a política econômica, ou seja, como é determinada a taxa de juros nos bancos comerciais de Guiné-Bissau.

Quadro 5. Guiné-Bissau: Taxa de juro anual – 2006/2011 (em %)

Deposito	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Deposito a prazo:						
Até 90 dias	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5
91-180 dias	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8
Crédito						
Até 90 dias	14	14	14	14	14	14
90-180 dias	15	15	15	15	15	15
181-365 dias	16	16	16	16	16	16
Operação do Banco Central						
Sistema bancário						
Taxa de desconto	4,8	4,8	4,8	4,3	4,3	4,3
Coeficiente de reserva	3	3	3	3	7	7

Fonte: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e FMI - 2012.

Percebe-se que os juros cobrados sobre as operações financeiras em Guiné-Bissau são constantes tanto no curto como no longo prazo. Todavia, esta rigidez da taxa de juros é a “arma” principal da política monetária da União de combate a inflação. Nota-se, que por um lado esta política ajuda manter a disciplina monetária no nível da convergência da União. Por outro dificulta as concessões dos empréstimos para a realização de investimento público e privado.

No que diz respeito à operação do Banco Central observa-se uma pequena variação na taxa de desconto como o objetivo de reduzir créditos nos bancos comerciais. Por último, verifica-se o aumento de 4% no nível de coeficiente de reserva da União, como consequência a redução de créditos bancários e o aumento do desemprego. Com relação a poupança privada mobilizada pelos bancos e caixas econômicas por país, a Guiné-Bissau se encontra numa posição desconfortável, como mostra o Quadro 6.

Quadro 6. Evolução da poupança privada mobilizada pelos bancos e caixas econômicas por país (em mil milhões de franco CFA).

	2005	2006	2007
BENIN			
Poupança privada	188,7	224,7	278,7
Poupança privada/Massa monetária	26	30,9	31,8
BURKINA FASO			
Poupança privada	211,6	248	293,9
Poupança privada/Massa monetária	35,2	37,3	36,1
COTE D'IVOIRE			
Poupança privada	722,7	785,3	881,8
Poupança privada/Massa monetária	34,7	33,4	30,4
GUINÉ-BISSAU			
Poupança privada	1,5	1,9	5,4
Poupança privada/Massa monetária	2,9	3,4	9,7
MALI			
Poupança privada	193,7	204,4	272,8
Poupança privada/Massa monetária	22,6	21,9	26,8
NIGER			
Poupança privada	55,4	56,8	83,2
Poupança privada/Massa monetária	22,3	19,7	23,4
SENEGAL			
Poupança privada	544,5	627,8	714,4
Poupança privada/Massa monetária	34,8	35,9	36,2
TOGO			
Poupança privada	125,2	136,5	153,6
Poupança privada/Massa monetária	39,9	35,2	34,2
UMOA			
Poupança privada	2 043,3	2 263,0	2661,5
Poupança privada/Massa monetária	31,8	31,6	31,3

Fonte: Banco Central dos Estados da África Ocidental – BCEAO (Relatório anual de 2007).

Percebe-se que da análise do Quadro 6 que no conjunto dos países membros do bloco UEMOA, a Guiné-Bissau e Níger lideram o *ranking* dos países no bloco com o baixo nível da poupança privada e da massa monetária; por outro lado, Cote D' Ivoire, Senegal e Mali detinham o maior nível de poupança e da massa monetária.

Como já se referiu o principal motivo desse baixo nível da poupança privada daquela economia deve-se ao fato de baixo salário e da alta taxa de desemprego em relação a Cote D'Ivoire, Senegal, etc., que têm uma estrutura econômica diversificada e melhor afetação de recursos que a Guiné-Bissau.

3.3.3.1 Sistema financeiro nacional

O sistema financeiro é formado por um conjunto de instituições financeiras, públicas e privadas, tutelado por um Conselho Monetário Nacional (CMN), cujo objetivo principal é transferir recursos financeiros dos agentes econômicos (família, empresas e governo) superavitários para deficitários.

Assaf Neto (2009) classificou as instituições financeiras de duas maneiras: as instituições financeiras monetárias e não monetárias. As instituições financeiras monetárias referem-se àquelas a quem se permite a criação de moeda através do recebimento de depósito a vista. Enquanto que as instituições financeiras não monetárias referem-se aquelas que não possuem o direito de recebimento de depósito a vista, por não permitir a criação de moeda na economia.

De acordo com a Guiné-Bissau/Estudo do Diagnostico da Integração do Comércio (2012), o sistema financeiro de Guiné-Bissau é composto por quatro bancos comerciais (Ecobank, Banco Regional de Solidariedade, Banco da África Ocidental e Banco para o Desenvolvimento da União) e três companhias de seguros (Banco Central dos Estados da África Ocidental, Banco Oeste Africano de Desenvolvimento e Banco Africano de Desenvolvimento) e 102 instituições formais e informais de micro finanças; os principais acionistas são os governos dos países membros da UEMOA e da BOAD. Em seguida, este estudo apontou a dificuldade desse setor no sentido de concessões aos créditos para o desenvolvimento das atividades econômicas devido quatro fatores:

1. Escassez de recursos de longo prazo, ou seja, 90% dos depósitos nos bancos são de curto prazo;
2. Baixo comprovante de rendimento da maioria das empresas que recorrem aos empréstimos a fim de aumentar o fluxo de caixa;
3. Falta de um sistema informativo nacional que permite conhecer a vida financeira das empresas;
4. Ausência de uma lei judiciária severa no caso de não cumprimento da dívida no prazo acordado entre as partes (banco e empresa).

Nesse sentido, o Doing Business Survey²⁸ (2009) *apud* Guiné-Bissau/Estudo do Diagnóstico de Integração do Comércio (2012) realizou uma pesquisa com 181 países incluindo a Guiné-Bissau com o objetivo de avaliar as transações financeiras entre os bancos comerciais e as empresas de acordo com os indicadores de negócio como segue abaixo.

Tabela 11. Guiné-Bissau: Indicadores de negócio do sistema financeiro - 2009

Indicadores	Pontuação de 2008	Pontuação de 2009	Variação
Pontuação global	179	179	0
Facilidade de crédito	141	145	-4
Observância de contratos	138	139	-1
Registro de Propriedades	167	170	-3

Fonte: Doing Business Survey – 2009

O resultado desta pesquisa mostra a escassez de financiamento de crédito do sistema financeiro guineense com agentes econômicos. Por essa razão, a pontuação global permanecia na 179ª posição entre 2008 e 2009 num total de 181 países, com uma variação negativa (-4%) no nível de facilidade de crédito. Por outro lado, no que se refere à observância de contratos e registro de propriedades verifica-se uma variação negativa (-1%) e (-3%), respectivamente.

O sistema financeiro de Guiné-Bissau está ainda longe de ultrapassar tais dificuldades acima apontadas, na medida em que a maior parte da sua população não possui conta bancária em virtude de baixo comprovante da renda mensal. Outro agravante é o fato de, até então não se verificar uso de cartão de crédito, isto pela falta de equipamento necessário para o seu funcionamento, como se pode observar no restante dos países do bloco.

Consequentemente, conclui-se que a Guiné-Bissau é um país pobre marcado pela constante onda de instabilidade política. Além disso, o país carece de recursos próprios para suprir ou atender suas necessidades básicas como a infra-estrutura, o saneamento básico, a remuneração dos servidores públicos, dentre outros. Como se pode observar ao longo deste estudo, os principais indicadores econômicos daquele país, com exceção da inflação apresentaram uma fraca evolução para o crescimento da economia. O capítulo

²⁸ É um estudo que mede obstáculos enfrentados por um empresário na execução de tarefas padronizados. Também é usado para comparações e na determinação de padrões entre países.

subsequente pretende investigar analisar a economia de Guiné-Bissau após sua adesão a União Econômica e Monetária dos Estados da África Ocidental (UEMOA), ou seja, avaliar os benéficos e custos auferidos depois da integração daquele país no referido bloco regional.

4 IMPACTO DA ECONOMIA DE GUINÉ-BISSAU A PARTIR DA ADESÃO A UEMOA E O PAPEL DO ESTADO NA CONDUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

O objetivo do presente capítulo consiste em avaliar a macroeconomia recente de Guiné-Bissau a partir da sua adesão a União Económica e Monetária dos Estados da África Ocidental (UEMOA) em maio de 1997. Em seguida, neste estudo procurar-se-á investigar o papel do Estado na condução do desenvolvimento. Nesse sentido, faz-se necessário primeiramente, compreender o significado da palavra “integração”, assim como o seu surgimento na economia como um todo.

4.1 Conceitos e origem da integração econômica

Inicialmente é pertinente advertir que até então não existe um conceito universalmente aceito acerca da integração econômica. Assim, conforme Santos (2010), a grande dificuldade de conceituar a integração não reside apenas na intensidade e no grau entre as várias economias nacionais, mas que o problema encontra-se na orientação e na lógica adotada; com isso, pode-se observar a desavença entre o conceito de integração econômica do ponto de vista dos liberais e do pensamento dos protecionistas. Nessa linha de pensamento segundo Djalo (2010), a integração é o movimento de associação entre países parceiros que busquem conter todos os obstáculos das transações econômicas para assegurar, uma vez que o estágio atingido é elevado, a livre circulação de pessoas e de bens e serviços na economia.

Para Gonçalves (2007), a integração não se refere apenas à abolição das barreiras alfandegárias com o intuito de estimular a competitividade entre um grupo de países que se decidem a unificar a sua economia, mas também se refere à promoção da competitividade das indústrias nacionais, e proteger estas das indústrias estrangeiras, na medida em que os benefícios são maiores quando os países se associam em bloco, além disso, torna-se mais seguro e vantajoso o comércio internacional.

Miyazaki (1996) acrescenta que a integração econômica implica dizer a união monetária, fiscal e cambial que pressupõe a formação de um poder supremo seguida por todos os Estados membros. Na sequência Predebon (2010), classificou a integração como um fenómeno dinâmico relacionado a um processo político e social, e o seu amadurecimento depende do esforço político dos Estados que resolvem suas políticas

econômicas numa só como forma de estabilizar suas economias e garantir o bem-estar social de sua população.

Montoya e Chamináde (1994) apresentam duas teorias econômicas diferentes para conceituar a integração econômica, sendo que a primeira refere-se à teoria clássica da integração e a segunda diz respeito à teoria da integração dos países em desenvolvimento, como segue no Quadro 7, posteriormente disposto.

Quadro 7. Características conceituais da teoria da integração econômica clássica e da teoria para os países em desenvolvimento.

Teoria clássica da integração econômica	Teoria da integração econômica dos países em desenvolvimento
Objetivos *Ganhos de eficiência tanto na produção como no consumo devido abertura de mercado regional. * Vantagens competitivas e economia de escala através da ampliação de mercado	Objetivos * Industrialização através da consolidação do mercado intra-regional. * Vantagens comparativas e das economias de escala que um mercado ampliado oferece. * A integração econômica é uma das principais saídas de uma economia para o desenvolvimento sustentável.
Pressupostos básicos *Abolição das tarifas aduaneira apenas para os países membros do bloco regional. * Livre circulação de bens e serviços entre os países membros do bloco econômico. * Maior a probabilidade de ocorrer eficiência tanto na produção como no consumo caso os países membros forem mais competitivos. * Cada país membro do bloco deve especializar-se na produção de um bem com baixo custo. * Menor preço de comercialização dos produtos apenas no bloco econômico com o objetivo de consolidar a integração cada vez mais.	Pressupostos básicos * Estímulo ao desenvolvimento industrial, ou seja, os Estados devem fomentar o desenvolvimento industrial através de subsídios e redução dos impostos. * Este sacrifício de abrir mão da renda nacional por parte do Estado em detrimento do desenvolvimento industrial, define-se pela diferença entre o custo médio da produção nacional menos o custo da importação comparável ao produto em discussão. * A perda da competitividade no mercado internacional devido o baixo nível da tecnologia dos países sócios faz com que os preços praticados internamente fossem maiores que os preços internacionais. * Os benefícios dos países integrados dependerão não só da renda, da produção, mas também das tarifas aduaneiras externas comuns. * Adoção da taxa alfandegária externa comum e a redução acentuada das taxas aplicadas na região integrada.
Vantagens esperadas * Consolidação e aumento do fluxo comercial entre os países integrados. * Ganhos de escala devido o aumento da competitividade. * Implementação de uma estratégia comum para consolidar o mercado integrado.	Vantagens esperadas * Consolidação e aumento do fluxo comercial na região integrada. * Estabilidade econômica e industrial nos países membros do bloco. * Estímulo ao consumo interno através da ampliação do mercado integrado.
Visualização dos custos e benefícios Custos * Estabelecimento do fluxo comercial com os países fora do bloco quando as transações internacionais são mais atraentes que dos países constituintes do bloco. Benefícios * Livre circulação de bens e serviços, e a redução dos preços dos mesmos dentro da região integrada.	Visualização dos custos e benefícios Custos * Aumento dos preços dos bens e serviços em virtude da implantação da política protecionista com objetivo de proteger o mercado integrado da concorrência internacional. Benefícios * Aumento da poupança de divisas através das exportações de produtos com os preços superiores aos aplicados na região integrada . * Desenvolvimento e consolidação da indústria, o que se traduz para o ganho de eficiência no processo produtivo.

Fonte: Montaya e Chamináde (1994).

Como se pode observar da análise do Quadro 7, a primeira teoria enfatiza a importância da integração para as economias mais avançadas, ao mesmo tempo, mostra os custos da integração, ou seja, a primeira corrente ilustra as vantagens e desvantagens de integração para os países desenvolvidos a medida em que formassem um bloco econômico. Já a segunda teoria também mostra os possíveis ganhos e os custos da integração para os países em desenvolvimento uma vez que decidiram formar uma união econômica.

Nota-se que tanto na primeira teoria quanto na segunda, os ganhos ilustrados são maiores que os custos. Portanto, pode-se concluir que as duas teorias são adeptas da integração. Estas teorias por sua vez, ajudam a multiplicar opiniões diferentes dos autores sobre o conceito e origem da integração.

Neste segmento, More (1998) afirma que a formação de um bloco econômico realiza-se por meio de uma organização internacional com o intuito de estabelecer a cooperação econômica, de orientação supra governamental, restringida num certo nível de território; enquanto que na visão clássica, a integração corresponde à abolição de barreiras que discriminava a livre circulação de mercadoria, pessoas e capitais, promovendo desta forma, a interação entre a oferta e a procura, através de uma política comum com vista a inibir as distorções das políticas setoriais.

Para este mesmo autor, esta visão parte do pressuposto de que as forças de mercado não são capazes de proporcionar o equilíbrio na economia, de modo que em seguida se destacou três tipos de integração:

- ❖ Integração nacional – refere-se apenas a uma integração dentro de um determinado território;
- ❖ Integração econômica internacional - corresponde a integração a nível regional, como o caso do Mercosul;
- ❖ Integração econômica mundial – refere-se à integração em escala mundial, mas num enfoque restrito.

Coelho (2003) por seu turno deu a sua contribuição acerca deste fenômeno ao distinguir dois níveis de integração: a integração global e a integração setorial. A primeira reúne a mais diversa integração uma vez que beneficia todos os seus integrantes. Enquanto que a segunda refere-se apenas à integração de determinados setores da economia como, por exemplo, a zona de livre comércio, a união aduaneira e econômica, a área de tarifas preferenciais, dentre outros.

Argumentam-se ainda três tipos de integração econômica, as quais possuem características dos países em desenvolvimento²⁹ como se pode ver a seguir:

- ❖ Integração horizontal – diz respeito à integração econômica internacional a qual se realiza entre países vizinhos com a maior proximidade política e pela via da liberalização de comércio;
- ❖ Integração regional ou cooperação funcional - ocorre também entre países vizinhos, embora ocorra via projetos de desenvolvimento;
- ❖ Integração vertical – refere-se à integração entre países do mesmo continente com estágios de desenvolvimento totalmente opostos.

Na análise de Correia (2008), a integração³⁰ é um fenômeno de origem econômica e política que busca estabelecer um modelo de crescimento comum para um conjunto de países com certo grau de amizade com o objetivo de expandir o crescimento de sua economia como um todo. Mais adiante, este autor assume que a integração surgiu com o objetivo de solucionar os desafios comuns enfrentados pelas economias que em virtude de terem desenvolvido ações isoladas, não conseguiram amenizar suas distâncias ao longo dos anos.

Por outro lado Correia (2008) afirma que:

No geral, podemos dizer que o termo “Integração Regional” surgiu com criação das Comunidades Européias na década de 50, nomeadamente com a criação da Comunidade Econômica Européia e da Comunidade Econômica da Energia Atômica em 1957. Se em 1951 as razões mais relevantes para a criação de uma comunidade regional se relacionavam com forma de evitar mais guerras na Europa, em 1957 as razões eram mais amplas na medida em que se estendiam a questões econômicas e políticas. Esta integração não levou tempo a espalhar-se e daí ter surgido na América Latina, na África e na Ásia, já que os anos 60 viram nascer novos agrupamentos dos países nessas zonas. Mais tarde, nos anos 1980, a Integração Regional surgiu com vigor redobrado após ter passado por um período sem grandes sinais de atividades (CORREIA J, 2008, p. 9).

²⁹ COELHO, B. S. M. T. **Integração Econômica Regional; Que Perspectivas para Timor-Leste (A ASEAN e o Grupo ACP)**. 2003.

³⁰ Santos G (2010) propõe dois tipos de integração econômica, a saber: a negativa e integração positiva. A primeira traduz -se num processo integracionista caracterizado pela simples e unicamente remoção dos obstáculos aduaneiros, bem como outros efeitos análogos e das restrições do comércio entre as diversas economias integrantes ao passo que integração positiva, diz respeito a adoção, por meio de instrumentos legais, técnicos e administrativos existentes e, principalmente a instituição de políticas comuns para todos Estados membros. Ainda este mesmo autor, enfatiza a diferença entre a integração de blocos formais e informais. A integração de blocos formais é quando os países parceiros firmam um acordo através de um processo burocrático e institucional. Enquanto que a integração de blocos informais não passa de meras relações de mercado.

Enquanto que para More (1998), a integração econômica surgiu no decorrer da Segunda Guerra Mundial, precisamente entre 1939 e 1942 que se transformou no recurso mais aspirado, não só de política internacional como também de direito internacional público. Na África o processo de integração foi bem diferente quando comparado com os demais continentes, especificamente a Europa. Isto é, o processo de integração africano surgiu como instrumento essencial à própria estratégia de descolonização no final dos anos 1950, com característica muito próxima da cooperação econômica do que de uma verdadeira integração tradicional dos mercados ³¹.

Adicionalmente, Egoscobal (2004) *apud* Djalo (2010) admite que a integração regional africana teve início com base na relação política e econômica entre países da mesma colônia ou vizinhos com o intuito de superar os gargalos herdados (déficit público, instabilidade política, desigualdade social, etc) após a descolonização africana.

4.2 Formas de Integração Econômica

Uma integração propriamente dita assume mais de uma característica, a exemplo de como garantir seu pleno funcionamento com vista a alcançar os objetivos dos seus integrantes. Nesse sentido, Almeida (1997) e Crispim (2002) sustentam que a integração pode assumir cinco formas:

- ❖ **Área de Livre Comércio** – refere-se à abolição das tarifas entre países que resolvem estabelecer comércio intra-regional. Além disso, nesse estágio surge a necessidade de implementar critérios de fiscalização de produtos nacionais para a consolidação desse estágio. Esta fase da integração torna o produto mais acessível ao consumidor final, por conta da redução ou a eliminação do imposto, e, em seguida, aumenta a concorrência entre as empresas no mercado ampliado. Conseqüentemente para os países que não se encontram na Zona de Livre Comércio, pressupõe-se que todos os países membros mantêm total autonomia comercial para negociar com os países não membros;
- ❖ **Áreas de Tarifas Preferenciais** – ocorre quando dois ou mais países decidem manter um acordo comercial, no sentido de reduzir as tarifas cobradas em relação aos demais países. Essas áreas de tarifas preferenciais consistem também na adoção recíproca, entre dois ou mais países de níveis tarifários

³¹ Ver FERREIRA, M. E. **Integração Econômica em África: Poder e identidade**.2012.

preferenciais. Assim, a diferença entre as tarifas acordadas e aquelas aplicadas ao comércio com terceiros mercados chama-se de margem de preferência;

- ❖ **União Aduaneira** – este estágio para além de manter todo o tratamento colocado pela Zona de Livre Comércio, ainda define um tratamento único em comparação aos mercados não participantes na Zona de Livre Comércio, por meio de adoção de uma Tarifa Externa Comum (TEC);
- ❖ **Mercado Comum** – este é considerado a fase mais completa do processo de integração econômica de modo que permita a livre circulação de pessoas e bens assim como a mobilidade dos fatores de produção. Essa forma de regionalismo vai além de esfera comercial e precisa de uma coordenação harmoniosa entre políticas macroeconômicas dos países parceiros como fixação de objetivos comuns em política de juros, fiscal e cambial;
- ❖ **União Econômica e Monetária ou União de Integração Total** – também é considerada a fase mais completa da integração, uma vez que neste estágio os Estados membros passam a utilizar uma política econômica e a moeda comum, através de criação de um Banco Central Único que também possui o direito de emitir a moeda segundo determinações de sua região. Por conseguinte, nessa forma de regionalização econômica, os Estados membros cedem sua soberania como nação para dar espaço a um novo tipo de governo de que funciona coletivamente e é executada pelos organismos supranacionais.

Posteriormente Crispim (2002) chamou a atenção ao afirmar que:

Um aspecto relevante a ser considerado é que muito embora em todas as partes do mundo essas diversas formas de integração tenham sido experimentadas, tais processos nunca ocorreram de forma conceitual. Assim sendo não há razões para desconsiderar, por exemplo, uma área de livre comércio em que se observem restrições para determinados produtos. Outra observação é que essas diferentes formas de integração não constituem partes interligadas de um processo obrigatório que flui naturalmente. Várias delas podem ser implementadas diretamente, sem que haja interesse de se seguir para formas mais complexas. Pode-se incorrer, por exemplo, em uma união aduaneira sem que haja interesse dos países membros em constituir um mercado comum (CRISPIM 2002, P.7).

De maneira complementar Coelho (2003), sublinha que os países sócios podem realizar um acordo comercial com os outros países não sócios através da redução das taxas alfandegárias a importações de produtos sem que haja a necessidade do regimento do bloco econômico.

4.3 O Objetivo de Integração

Segundo Celli (2006) *apud* Predebon (2010), dentre os motivos que fazem com que os países se integrem num bloco econômico estariam os ganhos de escala, melhor alocação dos recursos e redução dos custos de produção, proteção e ampliação dos mercados, estabilidade monetária, crescimento econômico sustentável, dentre outros motivos.

Na verdade, a integração é uma das opções mais adequadas que um país pode adotar para melhoria do crescimento de sua economia. De modo que, foi aquela a política a ser adotada pela maior parte dos países africanos após a sua independência no final dos anos 50 e o início dos anos 60. Assim, na ótica de Prado (1997), o objetivo da integração não se restringe apenas a proteção do seu mercado interno, mas também procura promover e fortalecer as corporações políticas e transacionais entre países. Ou seja, para este autor, a integração só pode ser benéfica para os Estados membros quando é oriundo de um projeto de desenvolvimento. Esta análise permite compreender que uma integração sem o projeto de desenvolvimento deve ser encarada como uma integração mal sucedida na medida em que poderá arcar futuramente com problemas como de desvio de comércio, do baixo nível de competitividade e da tecnologia, etc.

Por essas razões, Machado (2000) afirma que o principal motivo da integração está vinculado apenas ao estudo dos impactos da formação de barreiras alfandegárias para a consolidação dos mercados regionais, o que por sua vez, se traduz para o desenvolvimento de suas indústrias e o bem-estar da população. Dito de outra forma, o objetivo analítico da teoria da integração não se constitui no estudo dos obstáculos gerados pela integração nas atividades econômicas, nem tampouco se constitui com o objetivo de harmonização das políticas nas zonas integradas.

Segundo a teoria tradicional do comércio, o aumento de eficiência na afetação de recursos constitui o principal objetivo da integração econômica ao passo que a teoria da integração econômica internacional leva em consideração outros objetivos como fortalecimento de laços políticos, abolição das barreiras, livre circulação de bens e serviços, desigualdade social e a estabilidade política das nações (COELHO, 2003).

De fato a integração é um dos mecanismos considerado ideal para minimizar estes gargalos do desenvolvimento econômico, principalmente no que se refere a persistente instabilidade política que se observa hoje no Oriente Médio, onde muitas pessoas perdem

suas vidas por meio de ataques-bomba, que por motivos fúteis geram o aumento da pobreza e a estagnação da economia.

Portanto, percebe-se que há várias razões que podem levar os países a criarem um bloco econômico não só com o intuito de aumentar a produtividade, ganho de escala, livre circulação de bens e serviços, melhoria de vida de suas populações, mas também para a consolidação da paz e da aproximação dos países com culturas diferentes (CRISPIM, 2002).

Deste modo, a teoria ortodoxa analisa o processo de integração em duas perspectivas, a dinâmica e a estática. Sendo que a primeira considera a integração como um processo em andamento e por meio do qual as desigualdades econômicas vão se aproximando e se relacionando cada vez mais ao passo que esta segunda determina que a economia funciona na fronteira das suas possibilidades de produção sem se preocupar com os efeitos do crescimento (SANTOS, 2010).

Este autor ainda afirma que a teoria ortodoxa restringe-se a comparar o peso dos efeitos de ação do comércio, efeito consumo e efeito desvio do comércio com objetivo de avaliar se a integração é vantajosa ou não, em termos econômicos, para os eventuais países membros.

4.4 Vantagens e Desvantagens do Processo de Integração

Como já foi ressaltado anteriormente, o processo de integração é visto como uma das principais alternativas para o crescimento tanto da economia desenvolvida como para as em vias de desenvolvimento, nem sempre conseguem alcançar este objetivo, e que na maioria das vezes transforma-se em algo absolutamente almejado por estas economias. Isto é, se por um lado a integração gera os impactos positivos sobre bem-estar, por outro produz efeitos negativos sobre economias.

Nessa perspectiva, segundo Coelho (2003) uma das vantagens ligadas ao processo de integração econômica é a livre circulação de bens e serviços, a melhoria dos termos de troca da região, o aprofundamento dos laços históricos (religião, língua, etnias, etc), além disso, permite aos Estados membros aumentar o nível de sua produtividade e qualidade do produto no mercado com preços menores devido ao aumento da concorrência. Adicionalmente, este autor destaca três aspectos importantes oriundos da zona integrada:

Em primeiro lugar, a integração permite uma estabilidade macroeconômica (taxa de câmbio, estabilidade monetária, política fiscal, etc) o que por sua vez, pode atrair o fluxo de Investimento Direto Estrangeiro em virtude da abolição das barreiras tarifárias.

Em segundo, a União Monetária estimula uma melhor afetação de recursos disponíveis na economia, devido à estabilidade das taxas de câmbio e dos preços desestimulando assim a especulação financeira. Por outro lado, ajuda a aumentar tanto a transação de títulos públicos quanto de crédito dentro dessa união.

Em terceiro, a integração permite a captação de reservas externas e a poupança da mesma, através da relação comercial com o resto do mundo e, posteriormente, poderá ser utilizada para financiar os déficits públicos evitando assim os empréstimos externos com juros elevados.

Dentre outras vantagens inerentes ao processo de integração, de acordo com Celine (2010) podem-se destacar as seguintes: economias de escala; intensificação da competição; formação mais coerente da política econômica nacional; aumento do poder de negociação.

Economias de escala: resulta numa maior eficiência em termos de alocação de recursos, fundamentada numa dimensão apropriada do projeto que consente custos médios unitários mais baixos e que estimula o clima de concorrência no mercado mundial. No entanto, as economias de escala só podem ser alcançadas uma vez que a produção é objetivada em projeto de grande estatura;

Intensificação da competição: uma vez que o mercado é ampliado poderá proporcionar outros benefícios como a intensificação da concorrência. Porém, num mercado extenso comum as firmas podem variar especialmente as que operam com apenas uma extensão próxima do excelente competindo umas com outras, e com enormes efeitos favoráveis para o consumidor, como preços menores, melhores qualidade, tecnologia de ponta, etc;

Formação mais coerente da política econômica nacional: um determinado país à medida que se desenvolve a margem de toda a condição de cooperação e integração, pode influenciar e/ou desenvolver uma política interna mais adequada para si mesmo, a partir do momento que tal política seja conjugada com as suas pretensões (deste determinado país). Assim, a integração econômica, com maiores promessas que envolvem, e com maiores riscos que dar a entender, na maioria das vezes obriga de forma mais acentuada ao melhoramento da política econômica e à concretização de transformações admiráveis no arcabouço econômico;

Aumento do poder de negociação: geralmente o poder de negociação de um país depende do seu PIB, do volume de comércio e da capacidade de financiamento externo. Todavia, quanto maiores forem estes três fenômenos maior será o poder de negociação nas suas relações econômicas internacionais. Por outro lado, o poder de negociação de um país também pode ser medido através da integração, medida em que uma decisão conjunta tem um peso maior em relação ao poder econômico de cada Estado membro no processo de integração. A integração econômica por seu turno permite o desenvolvimento das trocas intra-setores (artigos similares ou complementares e inter-setores (setores similares), formando assim um fluxo de trocas intra-zona.

Existem ainda inúmeras vantagens que fazem os países apostarem na formação de um bloco econômico e, uma delas chamou a atenção de Machado (2000) que é a expansão de mercado, esta pode ajudar os países parceiros a diversificar suas exportações e importações com baixos custos de transações, ao mesmo tempo, a integração pode resultar nos seguintes benéficos: a) a especialização da produção através das vantagens comparativas enfatiza por David Ricardo; b) o aprimoramento no processo da produção e economia de escala; c) as alterações nos termos de troca; d) os ganhos de eficiência em virtude do aumento da competitividade; e e) o aumento da capacidade produtiva.

Este mesmo autor prossegue ainda afirmando que o processo de integração³² pode gerar também os efeitos negativos sobre a região integrada uma vez que, os governos nacionais empreendem ações incompatíveis com os interesses dos demais países parceiros, como por exemplo, o problema relacionado com a capacidade dos governos nacionais de analisar as pressões econômicas levando-as a resistirem, de maneira que o atendimento de demandas específicas não impeça a sociedade e os demais parceiros comerciais de obter os benefícios advindos da integração.

Para os marxistas o principal problema do processo de integração reside no ritmo de concorrência entre os capitalistas, e nem todos conseguem agüentar este ritmo de concorrência em virtude de baixo de nível de investimento tecnológico e de baixo nível de

³² Segundo Machado (2000) nos custos de integração estariam a magnitude do efeito desvio de comércio, que por sua vez, podem ser apresentados através de um modelo de comércio com três países (A, B e C) que comercializam soja de acordo com os pressupostos: (i) os preços dos produtos no resto do mundo estão dados; (ii) o sócio B do processo de integração tem preços constantes para os produtos em que o país A apresenta-se como importador potencial; (iii) a demanda para os bens que o país A exporta é perfeitamente elástica; (iv) tanto o país A quanto o país B produzem domesticamente alguns bens a custos maiores do que os resto do mundo (país C); (v) existe pleno emprego dos fatores de produção; (vi) não há alteração nos termos de troca; e (vii) não existem custos de transporte e seguros. Além disso, de maneira implícita, o modelo assume que os bens são consumidos segundo proporção fixas, independentemente da estrutura de preços relativos, o que permite desconsiderar o efeito substituição entre os bens.

especialização da mão-de-obra, por essa razão a maioria dos capitalistas acabam deixando o mercado provocando dessa maneira o aumento do desemprego, desigualdade social e o poder de mercado para os demais capitalistas que conseguem acompanhar o ritmo da concorrência, enquanto que para os keynesianos o principal problema reside na perda de poder dos Estados no controle da economia³³.

Correia (2008) por seu turno adverte que a união aduaneira pode resultar na criação tanto na criação do comércio quanto no desvio do comércio, este desvio se encontra associado a um efeito protecionista que dificulta as livres trocas no seio da união aduaneira que por sua vez, gera a perda do bem-estar para as empresas e os países membros, e a possibilidade de ocorrer uma vantagem líquida com a constituição da união aduaneira deverá ser tanto maior: (a) quanto menor forem os direitos aduaneiros incidentes aos países fora da região integrada; (b) quanto maiores forem sido as trocas entre países membros antes da formação do bloco; e finalmente, (c) quanto mais próximos se encontrarem os países membros cujos custos com transportes sejam menores.

Por outro lado, conforme Correia (2008), os efeitos de desvio do comércio sobre as variáveis econômicas podem ser representados em longo prazo por cinco grandes grupos:

1. Efeitos originários de um aumento da competitividade o que resulta na redução da eficiência técnica e da maximização de lucro;
2. Efeitos resultantes da exploração de presumível economia de escala;
3. Efeitos derivados de mudança no nível e natureza do investimento e, conseqüentemente, pode haver o incremento no nível de investimento em virtude da certeza dos investidores motivados pela estabilidade e pelos princípios que regem os países membros;
4. Efeitos decorrentes de vantagens de especialização;
5. Efeitos de criação e repartição de rendimentos.

Convém ressaltar ainda, que tais efeitos respeitam os ganhos bem como as perdas apenas no curto prazo em função das mudanças na eficiência e afetação dos recursos escassos entre os países membros.

³³ Ver CRISPIM, B. D. *As Teorias de Integração Regional, o Pensamento Econômico e a Experiência do Mercosul: Um Estudo Teórico*. 2002.

4.5 Histórico: surgimento da União Econômica Monetária da África Ocidental (UEMOA) e adesão de Guiné-Bissau

A União Econômica Monetária da África Ocidental (UEMOA) é uma integração regional para o desenvolvimento econômico e social dos Estados-membros, através de harmonização das suas legislações, da unificação de seus mercados internos e execução de políticas setoriais comuns nas áreas mais importantes da economia (SEIDE, 2006). Foi criada através de um tratado assinado pelos sete chefes de Estados e Governos Costa de Marfim, Burkina Faso, Benin, Mali, Senegal, Níger e Togo no dia 10 de Janeiro de 1994 em Dakar (Senegal), cujo objetivo é o uso da moeda comum o franco CFA. Segundo Fernandes L (2011), a economia destes países é caracterizada pela predominância de semelhanças, ou seja, pela agricultura de subsistência como se pode observar a seguir:

i) República da Costa de Marfim

Costa do Marfim é um país da colônia francesa independente desde 1960 com uma população em 2009 cerca de 21 milhões de habitantes. Apresenta uma superfície de 322.463 km² sendo limitado ao norte com Mali e Burkina Faso, ao leste com Gana, ao oeste com Libéria e Guiné-Conacri ao sul e ao sul é banhado pelo Oceano Atlântico, cuja duas capitais: *Yamoussukro* a capital constitucional e *Abidjan*, a capital política.

Em 1989, houve a implantação do regime multipartidarismo naquele país a qual permitiu a realização das primeiras eleições democratas em 1990, com presença de diversos partidos da oposição. O país ainda é considerado como maior economia da UEMOA por conta da agricultura, sobretudo nos commodities (café, cacau, óleo de dendê, grãos de milho, borrachas, madeiras, dentre outros).

ii) República da Burkina Faso

Burkina Faso é um país da colônia francesa que conquistou a independência em Agosto de 1960, sua capital é Ouagadougou com uma extensão territorial de 274.200 km², limita-se ao oeste pelo Mali e ao leste pelo Níger e ao sul pelo Benin, Gana e pela Costa do Marfim. Em 2009, possuía uma população de 15, 8 milhões e em 1971, o governo de Laminaza anunciou abertura democrática permitindo a formação de vários partidos políticos e a promulgação de uma nova constituição.

No que diz respeito ao aspecto econômico o país depende da agricultura de subsistência, principalmente de plantação da amendoim, arroz, nozes de curité, gergelim, milho e algodão e da criação de bovinos. Contudo, este último é a principal fonte de renda e o mercado chinês é o principal destino das exportações daquele país. Com relação às importações burquinas a maior parte delas são oriundas da Costa do Marfim, França e Togo.

iii) República de Benin

Benin antes da chegada dos colonizadores o território era ocupado por pequenos monarquias tribais, alcançou a independência da França em 1960, sua capital é Porto Novo. Em 2009, contava com uma população aproximadamente 9 milhões de habitantes e apresenta uma extensão territorial de 114.763 km². Em 1989, após uma constante manifestação política o governo de Kerékou acabou aceitando a abertura política e a instituição do partidarismo e em seguida venceu as eleições legislativas onde permaneceu no poder até 2006.

A economia de Benin é subdesenvolvida e depende tanto da agricultura de subsistência como das demais economias da União. As principais plantações do país são algodão, arroz, feijão, abacaxi, amendoim, caju, inhame e mandioca. As exportações do país incluem algodão, castanha de caju, manteiga de carité, têxteis e mariscos. Enquanto que as importações compreendem alimentos, bens de capitais e produtos petrolíferos, sendo que o Benin e a China são os principais parceiros comerciais daquele país.

iv) República do Mali

Mali é um dos países da União que não apresenta saída ao mar, tendo em vista que faz fronteiras sete países: ao norte pela Argélia e pelo deserto de Saara, no sul pela Costa do Marfim, Guiné-Conacri, Burkina Faso, Níger e Senegal, no oeste pela Mauritânia. Com uma superfície de 1.240.000 km². Cujas capitais Bamako e em 2009, possuía uma população cerca de 13 milhões de habitantes das quais era muçulmana.

O país conquistou a independência da França em Agosto de 1960, em seguida Modibo Keita foi eleito como presidente da República. O seu governo fez importante

mudanças econômicas (reforma administrativa, reforma agrária, estatização de algumas empresas privadas, etc) com o objetivo de impulsionar o crescimento econômico.

Tendo em vista sua localização geográfica, o país enfrenta problemas ambientais: desertificação, erosão do solo, suprimento inadequado de água potável e caça furtiva. Os principais produtos de exportação daquele país incluem ouro, algodão, gado e peixes. Entre os produtos de importação destacam-se alimentos, petróleo, produtos e peças industriais, etc.

v) República do Senegal

Senegal é o país mais estável politicamente da União, cuja capital Dakar. Limita-se ao sul com a Guiné-Bissau e Guiné-Conacri, ao leste com o Mali, ao norte com Mauritânia e ao oeste com a Gâmbia e banhado pelo Oceano atlântico e apresenta uma superfície de 197 722 km² de. Em 2009, possuía uma população de 13, 3 milhões de habitantes dividido em vários grupos étnicos. Alcançou a independência da França em 1960, quando ainda fazia parte da Federação do Mali.

Com relação a sua economia, após profundas reformas econômicas em 1990, houve uma grande redução da inflação e um crescimento do PIB, com uma média anual superior a 5% entre 1994 e 2004. A agricultura é a base principal daquele país inclui a plantação de amendoim, arroz, milho, algodão, etc. Na base exportadora predomina o setor pesqueiro, fosfato, amendoim, petróleo e algodão. Enquanto que nas importações do país predominam alimentos e bebidas, os bens de capitais e combustíveis.

vi) República do Níger

Níger era parte do antigo império de Songai, cuja capital Niamey. Em 2009, possuía uma população total em torno de 15, 2 milhões de habitantes, a maior parte deles pertencem a religião muçulmana. Apresenta uma superfície de 1.267.000 km² e limita-se ao sul com Argélia e Líbia, ao norte com Nigéria, ao leste com Chade e ao noroeste com Mali e ao sudoeste com Burkina Faso.

Proclamou sua independência em Agosto de 1960, depois de uma série de protesto contra a dominação colonial francesa. A economia é centrada na agricultura de subsistência e na criação de animais. Por outro lado, urânio, produtos agrícolas (algodão,

arroz, milho, amendoim, mandioca, etc) e animais constituem a principal base exportadora daquele país. Com ralação as importações, a maior parte deles são oriundos da Nigéria incluem os gêneros alimentícios, máquinas, veículos e peças, petróleo e cereais.

vii) República do Togo

Togo é um país da colônia francesa e conquistou a independência em 1960, tem uma população aproximadamente 6,6 milhões de habitantes (2009), na sua maioria camponeses cuja capital é Lomé. Apresenta uma extensão territorial de 56.785 km² e limita-se ao oeste com Gana, ao leste com Benin e ao norte com Burkina Faso. O país está dividido em cinco regiões administrativas: Savanas, Kara, Central, Plateaux e a Marítima.

Em relação a economia togolês, esta depende tanto de comércio como de agricultura de subsistência que emprega a maior parte da mão-de-obra e apresenta com o maior peso na formação do PIB. Os principais produtos agrícolas daquele país são algodão, milho, mandiocas e frutas (manga, abacaxi, laranja, banana, etc). Por outro lado, a base exportadora incluem café, cacau, algodão, cocos e frutas tropicais. Com relação as importações o Togo seguem o mesmo recorrido da maioria dos países da União, como por exemplo, máquinas, equipamentos, alimentos e petróleo.

Em maio de 1997, a Guiné-Bissau se converteu no oitavo membro desta organização regional³⁴.

Em suma, a UEMOA surgiu devido o fracasso da União Monetária África Ocidental (UMOA)³⁵ entre os anos de 1985 e 1993 com uma grande diminuição nos volumes de produção em cinco (5) Estados membros deste bloco econômico, somado com a desvalorização de 50% do franco CFA (a moeda regional), o que levaram os Estados membros a criarem a união econômica como a forma de reerguer e aumentar o crescimento de suas economias (FERNANDES, A. J. 2007).

Segundo Djalo (2010), o seu o objetivo principal é criar condições necessárias para o desenvolvimento sustentável e bem-estar social de sua população, assim como a

³⁴ A UEMOA foi criada com base na visão panafricanista diferentemente do estilo europeu, e com pouco otimismo, mas esperançosa. Por outro lado, embora não tenha seguido as normas da teoria convencional, foi a primeira experiência de uma união econômica verificada mundialmente (FERNANDES L, 2011).

³⁵ A UMOA foi implementa em 14 de Novembro de 1973 através de um tratado entre Benin, Níger, Costa de Marfim, Burkina Faso, Togo e Senegal, todos antigos membros da antiga África Ocidental Francesa, com o objetivo de manter uma moeda única “franco CFA” que vigorava na região e a relação entre os países vizinhos que permaneciam à mesma região colonial (FERNANDES, A. J. 2007).

harmonização das políticas econômicas, por meio do artigo 4^a do Tratado de Dakar em 1994, afirmados pelos chefes de Estados membros. Este tratado resume-se nos seguintes objetivos:

- ❖ Aumentar o nível da competitividade entre os países parceiros através de abolição das barreiras aduaneiras;
- ❖ Garantir a convergência das políticas econômicas dos países integrantes, por meio da adoção de um sistema de supervisão multilateral;
- ❖ Formação de um mercado comum com objetivo de permitir a livre circulação de pessoas, dos bens e serviços, dos capitais e a implementação da Tarifa Externa comum;
- ❖ Legislação e controle fiscal nos Estados membros a fim de garantir um bom funcionamento do mercado integrado;
- ❖ Criar uma coordenação de políticas setoriais nacionais, baseada nas ações comuns e, possivelmente, de ações comuns nas seguintes áreas econômicas: agricultura, indústria, serviços, infra-estrutura e meio ambiente.

Não obstante, de acordo com Santos (2010), desde a implementação da UEMOA, alguns dos objetivos já foram alcançados, principalmente no que se refere:

- ❖ ***Harmonização do quadro jurídico, fiscal e contabilístico*** que por um lado, visa erguer as barreiras vinculadas à inadaptação do quadro jurídico e fiscal de atividade econômica e, por outro, complementar a política monetária dos Estados membros pela adoção de um mercado financeiro regional, com efeito, destaca-se a criação, a partir de 1 de Janeiro de 1998, do sistema de contabilidade Oeste Africano (SYSCO); a criação de Decreto-Lei designado o Conselho Contabilístico Oeste Africano;
- ❖ ***Criação do mercado comum*** com a administração multilateral, disputa para a criação de políticas econômicas comuns no meio da União. Se por um lado o mercado comum tem por finalidade implantar um mercado consumidor também no meio do qual as mercadorias poderão circular livremente na região sem qualquer tipo de restrição, por outro lado, a adoção da Tarifa Exterior Comum (TEC), tanto objetiva abrir espaço UEMOA ao exterior, quanto proteger a produção da região. Nesse sentido, as etapas da adoção da TEC são Instituição da Taxa Digressiva de Proteção de direitos aduaneiros a um máximo de 30 %, com a abolição da taxa estatística de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1998;
- ❖ ***Supervisão multilateral das políticas macroeconômicas*** – Depois da implementação de direções de políticas econômicas pelo Conselho, através da proposta da Comissão, faz-se necessário determinar padrões dentro das quais se

movimenta cada Estado membro da União. Tal mecanismo admite aos Estados membros desempenhar o controle mútuo sobre as políticas econômicas, com o objetivo de fazer frente, em tempo oportuno, aos graves desequilíbrios macroeconômicos que possam prejudicar a estabilidade monetária. Para tal, foi criado os Comitês Nacionais de Política Econômicos (CNPE) junto de cada Estado membro, ligados à Comissão e ao BECAO através de internet, cada CNPE elabora freqüentemente um relatório nacional sobre o desempenho da situação econômica e financeira do Estado, assim como das políticas econômicas prestes a serem executadas; a adoção de um Índice de Harmonização de Preços ao Consumidor (IHPC), dentre outros.

Celine (2010) reconhece que para atingir tais objetivos acima a UEMOA recorre aos seguintes mecanismos macroeconômicos:

- ❖ **Política monetária comum:** confere disposições do Tratado firmado em 14 de Novembro de 1973. Esta política é assegurada por Banco de emissão comum, que é o Banco Central dos Estados da África do Oeste (BCEAO), conforme os objetivos da região;
- ❖ **Harmonização das legislações econômicas:** pressupõe uma maior flexibilidade aos Estados membros. Nesse sentido, cada país membro possui a autoridade de suas ações, implementando concomitantemente uma zona de simbiose jurídica completamente superior entre compartes. Tal harmonização também refere-se a fiscalização e as finanças públicas, as normais técnicas e sanitárias, os procedimentos de homologação e de certificação, as restrições de acordo com as trocas entre as regiões;
- ❖ **Coordenação das políticas econômica e orçamentárias:** é indispensável para a execução dos objetivos do Tratado da UEMOA. Trata-se de evitar este e ultrapassar esse risco estabelecido com uma política comum fundamentada nos benefícios de todos os Estado membros.

Quanto ao que se refere à UEMOA cabe salientar que sua estrutura institucional é formada pelos seguintes órgãos³⁶: Conferência de Chefes de Estados e Governos, Conselho de Ministros, Órgão Executivo, Órgão de Supervisão, Câmara Consular Regional e Instituições Autônomas Especializadas.

- Conferência de Chefes de Estados e Governos – é o organismo superior da UEMOA que cuida da política de integração, e é formada pelos chefes de Estados membros da união, deve reunir-se sempre que for necessário;

³⁶ Ver DJALÓ, M. **Regionalismo como busca de alternativas na África pós-colonial: A Guiné-Bissau e a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)**. 2010.

- Conselho de Ministros – é o órgão que se encarrega tanto de aprovação do orçamento como da emissão de regulamentos definidas pela Conferência dos Chefes de Estados e Governos. É composto por dois ministros de tutela por cada um dos oito países membros e reuni-se pelos menos duas vezes por ano;
- Órgão Executivo – este órgão tem como finalidade levar a cabo as políticas governativas aprovadas no Conselho de Ministros. É formado por oito membros, onde são nomeados pela Conferência de Chefes de Estados e Governos para um mandato de quatro anos, com direito a renovação;
- Órgão de Supervisão – é composto por dois órgãos: órgão de Supervisão Jurisdicional e de Comitê Interparlamentar. Sendo que este primeiro trata-se do Tribunal Judicial que estabelece e controla as leis a serem seguidas pelo Tratado da União e das disposições jurídicas da comunidade. É formado por oito membros (um por cada Estado membro), com o mandato de seis anos renovável, enquanto que o Tribunal de Contas se encarrega da supervisão das contas do órgão. Finalmente, o Comitê Interparlamentar funciona como o parlamento da União, pois é o órgão de fiscalização das ações da UEMOA. É composto por quarenta membros designados pelos órgãos legislativos (de todos os Estados membros);
- Câmara Consular Regional – é o órgão privilegiado onde se delibera Estados membros da UEMOA e os principais operadores económicos, cujo objetivo é promover a interação económica entre o setor privado e a UEMOA. Esta por sua vez, é constituída por 56 membros, representando as Câmaras Consulares nacionais e as associações dos oito países da região integrada;
- Instituições Autônomas Especializadas – é composta por dois bancos, a saber: Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) que é o órgão de gestão da política monetária e de crédito da União, que se encarrega também da fiscalização da regulamentação bancária e supervisão da mesma, por meio da Comissão Bancária; Por último, o Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD) que promove o desenvolvimento dos Estados membros da União, através dos financiamentos de projetos do desenvolvimento sustentável.

4.6 Consequências da adesão da Guiné-Bissau a UEMOA: Benefícios e Custos

4.6.1 Benefícios

De maneira geral, a UEMOA tem contribuído muito para o crescimento da economia dos Estados membros, e é considerada hoje um dos maiores bloco econômico do mundo, por causa da introdução da Tarifa Externa Comum em 2000 e, posteriormente, foi finalizada a fase da união aduaneira e hoje se encontra na fase da união econômica (FERNANDES, 2007).

Quando se voltar atenção à experiência da Guiné-Bissau, poder-se-á constatar que a integração trouxe efeitos positivos, como se viu conseguiu manter a disciplina monetária no nível de critério de convergência da União, sobretudo nos primeiros anos de sua adesão (ver Gráfico 3 no capítulo anterior), ao mesmo tempo, permitiu o aumento do fluxo de Investimento Direto Estrangeiro, reduziu os custos transacionais e o risco cambial, estimulou a concorrência e livre circulação de bens e serviços que se traduziu em uma redução do poder de monopólio ou formação de cartel³⁷.

Outrossim, a adesão de Guiné-Bissau a UEMOA trouxe algumas vantagens, especialmente a redução dos custos de conversão da moeda nacional face ao franco CFA (a moeda comunitária que substituiu o peso guineense em Maio de 1997, além disso, determinou a transformação do Banco Central de Guiné-Bissau em agência Nacional do BCEAO, assim como transferência para este do poder de decisão sobre toda política monetária no meio da região), além disso, permitiu a redução dos custos das transações (SANTOS, 2010). Como se viu anteriormente, a inserção de Guiné-Bissau a UEMOA aumentou o sistema financeiro (devido à entrada de novos bancos comerciais: Ecobank, Banco Regional de Solidariedade, Banco da África Ocidental e Banco para o Desenvolvimento da União), que era formado basicamente pelo Banco Central e Banco Internacional da Guiné-Bissau (banco privado), com dois escritórios em Bissau e sucursais em Bafafá e Gabú, no leste do país, e em Canhungo, no norte.

Nessa perspectiva, Cá (2007) afirma que o Banco Central de Guiné-Bissau, era um fracasso na medida em que não havia um número suficiente de instrumentos disponíveis à sua atividade financeira, no entanto, o principal motivo do seu fracasso era a estreita relação que mantinha com o governo daquele país.

³⁷ Ver SEIDE, U. *Economia da Guiné-Bissau e os objetivos do milênio*. 2006.

Outros benefícios resultantes da integração de Guiné-Bissau a UEMOA referem-se ao crescimento da economia que tinha tido o seu início na década de 90, estabilizou-se cerca de 5% ao ano, a inflação³⁸ passou de 65% em 1996 para 16,8% em 1997, ou seja, uma queda de 48,2%, com uma média anual de 8% em março de 1998, a balança de pagamentos por sua vez, teve uma melhoria bastante significativa em consequência do aumento das exportações de castanha de caju, além disso, o déficit nas finanças públicas, este se reduziu de 27,5% em 1996 para 23,4% em 1997, enquanto que a participação relativa da receita ao PIB também passou de 12,5% em 1996 para 15,3% em 1997³⁹.

Por outro lado, Djalo (2010) testemunha que o período de 1994-1997, foi um período marcado pela estabilidade macroeconômica na Guiné-Bissau, em decorrência de reformas estruturais empreendidas nessa época dentre as quais se podem destacar as reformas fiscais e das empresas públicas e privadas, assim como a reforma de gestão aduaneira. Segundo Santos (2010) esta reforma de gestão aduaneira foi efetivada por meio de um Decreto-Lei nº 17/1997, de 31 de Março que tinha como o objetivo modernizar a máquina administrativa e fiscal e a concretização das presentes taxas, direitos de importações, impostos de consumo e taxa de serviços numa única.

Ainda no que tange ao crescimento econômico observa-se uma melhoria na evolução do PIB real praticamente em todos os países membros da UEMOA como se pode visualizar na Tabela 12 a seguir.

³⁸ A taxa de inflação baixou substancialmente em 1999, situando-se em -2.1% em termos médios, contra 8% em 1998. Observa-se que esta melhoria registrada em 1999 pode ser explicada não só pela contenção da demanda, mas também pela abertura tardia dos bancos permitindo a redução do poder de compra das famílias. Já em 2000, a taxa média de inflação registada foi de 8.6%, por seguintes motivos: (i) não aprovisionamento regular do mercado em produtos alimentícios; (ii) insegurança na fronteira Norte acrescida ao funcionamento deficiente da jangada de S. Vicente e da paralização da jangada de João Landim; (iii) apreciação do dólar; (iv) aumento do preço do barril de petróleo em dólar (Guiné-Bissau/Comitê Nacional de Política Econômica, 2003).

³⁹ DJALÓ, M. M . A. **Regionalismo como busca de alternativas na África pós-colonial: A Guiné-Bissau e a UNIÃO Econômica e Monetária da África Ocidental**. 2010.

Tabela 12. PIB real dos países da UEMOA – 1993/2011 (em %)

	93-02	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Benin	4,9	4	3	2,9	3,8	4,6	5	2,7	2,5	3,4
Burkina Faso	5,5	7,8	4,5	8,7	5,5	3,6	5,2	3,2	5,8	5,5
Costa de Marfim	3,2	-1,7	1,6	1,9	0,7	1,6	2,3	3,8	2,6	-7,5
Guiné-Bissau	0,4	0,4	2,8	4,3	2,1	3,2	3,2	3	3,5	4,3
Mali	4,5	7,6	2,3	6,1	5,3	4,3	5	4,5	4,5	6
Níger	2,8	7,1	-0,8	8,4	5,8	3,3	9,3	-0,9	7,5	5,5
Senegal	3,3	6,7	5,9	5,6	2,4	5	3,2	2,2	4,2	4,5
Togo	1	5	2,1	1,2	4,1	2,3	2,4	3,2	3,3	3,6
UEMOA	3,3	4,6	2,6	4,9	3,7	3,5	4,1	2,7	4,3	3,6

Fonte: Perspectivas da economia mundial do FMI (2011) *apud* Fernandes N (2011)

Analisando os dados da Tabela 12, constata-se que a economia da zona da UEMOA deu um salto ao crescimento após a sua entrada na UEMOA. A taxa média de crescimento, por exemplo, manteve a média acima de 3% durante a década de 2000, exceto para o ano de 2009, devido à crise financeira mundial. Por outro lado, observa-se que o Benin, o Mali e o Senegal apresentaram melhores taxas de crescimento. Com relação à Guiné-Bissau, o desempenho da economia no início da década de 2000, situava-se em torno de 0,4%, nos anos seguintes começou a melhorar o ritmo de crescimento de sua economia chegando a atingir 4,3% em 2011. Também, houve a melhoria na evolução do PIB *per capita* dos países membros da União entre o período de 2006 e 2009 como ilustra a Tabela 13.

Tabela 13. PIB per capita dos países da UEMOA (em US\$ dos EUA)

	2006	2007	2008	2009
Benin	570	610	700	750
Burkina Faso	420	430	480	510
Costa de Marfim	840	880	980	1070
Guiné-Bissau	400	420	460	510
Mali	460	530	610	680
Níger	270	280	330	340
Senegal	810	870	980	1040
Togo	370	380	410	440
UEMOA	517	550	618	667

Fonte: Banco Mundial (2010) *apud* Fernandes N (2011).

Como se pode observar na Tabela 13, Guiné-Bissau aparece na quinta posição no *ranking* do PIB *per capita* dos países membros da União, ou seja, atrás de Costa de Marfim, Senegal, Benin, Mali, Burkina Faso. Observa-se que o PIB *per capita* de Guiné-Bissau vinha crescendo em ritmo acelerado a partir de 2007 devido a retomada do crescimento que foi interrompido por causa da seca que assolou aquele país em 2006. Ainda com relação a análise da Tabela 13, nota-se que Níger e Togo situam-se numa posição menos confortável.

4.6.2 Custos

É bem verdade que a integração trouxe alguns benefícios para a Guiné-Bissau como foi destacado anteriormente, especialmente os que exigem uma política regional segura objetivando uma distribuição justa, mas também não se pode negar que esta integração não trouxe custos que se possa considerar impagáveis para a Guiné-Bissau.

Segundo Santos (2010) um dos custos ligados a integração de Guiné-Bissau a UEMOA refere à perda de receita por parte do seu governo devido à remoção dos direitos alfandegários ao comércio na zona da União, o que não permite a entrada nos cofres do governo de parte das receitas fiscais oriundas dos impostos advindos das importações de países terceiros, uma vez que o comércio passa a ser livre.

Segundo Seide (2006) a integração de Guiné-Bissau a UEMOA implica na perda de instrumento de políticas econômicas do governo, ao mesmo tempo, o país enfrenta o problema de simetria regional. Ou seja, existem as diferenças de níveis de desenvolvimento dos países integrados, o que pode provocar problemas graves (redução do PIB, déficits na balança comercial, etc) para os países menos desenvolvidos como, por exemplo, a Guiné-Bissau.

Por outro lado, observa-se que a maior parte das transações comerciais daquele país, especialmente as exportações de castanha de caju é direcionada para fora do bloco (a Índia), isto significa dizer que a Guiné-Bissau praticamente não estabelece o comércio com nenhum país do bloco com exceção do Senegal.

De modo geral, os países da UEMOA se deparam ainda com muita dificuldade em atingir seu objetivo principal, o mercado comum, ou seja, os países da UEMOA estão cada vez mais se afastando do comércio mundial, devido à falta de tecnologia, com a indústria na fase embrionária, a alta dependência de ajuda externa, dentre outros. Celine (2010)

salienta que a taxa de crescimento do comércio mundial da UEMOA caiu de 5,2% para 3,2% entre 1998 a 1999 essa que prossegue até 2003, a partir deste momento, a perda de competitividade dos países da região aumentou em parte, por conta da forte paridade entre o Euro e dólar, assim como da moeda dos países concorrentes a exportação, principalmente dos países em via de desenvolvimento concorrentes das principais exportações dos países da UEMOA.

Uma observação merece ser realçada, a economia de Guiné-Bissau tem pouca representatividade em termos do PIB no seio da UEMOA quando comparado com alguns países da região como o Burkina Faso, Mali e Senegal (veja Tabela 12), por causa da sua fraca influência política e econômica, somada a instabilidade política e institucional.

De forma complementar Djalo (2010), lamenta os efeitos do conflito político militar, que devastou o país em 1998, pôs em causa todo o esforço que vinha sendo realizado para alcançar o crescimento, e foi à causa principal que fez com que a economia de Guiné-Bissau não se destacasse no seio da UEMOA, além disso, a persistente crise financeira internacional de 2008 abalou o país profundamente em relação aos outros Estados membros da União.

Ainda conforme Djalo (2010), após a sua adesão a UEMOA, o país não se encontrava ativamente no processo de integração para discutir com os demais países da União as diretrizes e o planejamento que precisam ser levados a cabo para o bem-estar de todos os seus integrantes. Esta também é uma das razões que fez com que a Guiné-Bissau não estivesse devidamente preparada para uma integração efetiva.

Para Fernandes (2007) tanto a Guiné-Bissau assim como outros países membros da UEMOA vivem um período bastante turbulento, devido à persistente instabilidade política e da crise financeira mundial que comprometem a concretização dos seus objetivos, porém, o único ponto forte da UEMOA pode ser explicado pelo fato de que esta criou a confiança para os investidores de uma maneira geral, em virtude da credibilidade do franco CFA (moeda da União).

Santos (2010) admite que os principais obstáculos da integração da África Ocidental deve-se a falta de vontade e/ou de iniciativa política, sendo esta imputável ao fato destes fenômenos serem vistos como ameaças para soberania nacional; deve-se ainda pela a falta de um estudo aprofundado ou de conhecimento exaustivo dos benefícios inerentes a transferências de poder para um mecanismo regional. Posteriormente, este autor mesmo aponta também que os conflitos sociais e o índice de violência fazem com que hoje

a África Ocidental conte com menos de 0,3% do total de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e a parte da transação do comércio internacional correspondente a União encontre-se praticamente débil, com menos de 1% de trocas mundiais.

Adicionalmente Egoscozábal (2007) *apud* Fernandes L *et al* (2011) sustentam que a maior parte da implementação do bloco regional que aparece no âmbito da descolonização teve um fraco crescimento econômico e entre as causas pode-se destacar: (a) a implementação como preferência da construção de Estado-nação acima da implementação do vínculos de cooperação com o resto do mundo; (b) a pretensão política de não submissão de soberania em assuntos importantes para o desenvolvimento do bloco, como a segurança nacional, por exemplo; (c) desigualdade política entre os países membros cujas pautas ideológicas assinalaram diversas políticas econômicas; (d) a partilha dos países africanos em decorrência dos diferentes convenções com os países ocidentais.

4.7 Participação do Estado na condução da Economia

A presença do Estado⁴⁰ é fundamental numa economia, não só para promover o desenvolvimento sócio econômico, mas também para promover o bem-estar social de sua população, a segurança face às ameaças internas e externas, a legitimidade política, e possibilitando assim, avaliar a sua força e/ou fraqueza (GONÇALVES, 2011).

Nesse contexto, Gomes (2010) argumenta as razões políticas, administrativas (a má gestão de recursos do Estado e a ausência de assistência social aos cidadãos) e de justiça explicam a falta do Estado de direito em Guiné-Bissau, ou seja, não se pode afirmar que a Guiné-Bissau é um Estado de direito na medida em que a sua organização jurídica e política do Estado não se fundamenta na constituição, devido a não submissão do poder

⁴⁰ Segundo Andrade (2012), [...] o papel do Estado na economia estava limitado a algumas formas essenciais como a manutenção da lei, da ordem e propriedade privada. Enquanto que o governo caberia tão somente o monopólio da defesa e das armas nacionais, a garantia da manutenção da lei, da ordem, da segurança e estacionamento de um *playing field* – um conjunto de regras básicas que permitissem aos agentes econômicos se movimentarem livremente. No decorrer do século XX o Estado aumentou a sua importância relativa no campo econômico e uma parte considerável dos trabalhos científicos passou a analisar a economia estatal. Já o Estado do século XXI será um Estado social-liberal na medida em que continuará protegendo os direitos sociais e promovendo o crescimento econômico; liberal, porque o fará usando mais controles de mercados e menos os controles administrativos, porque implementará os serviços sociais e científicos, sobretudo por meio de organizações públicas não estatais competitivas.

democrático, falta do atendimento da demanda da sociedade como a liberdade de expressão, justiça social e segurança pública.

Por outro lado, Gomes (2010) afirma que:

As forças Armadas Revolucionadas do Povo, que outrora foram soluções encontradas pelo PAIGC, na organização da guerrilha para libertação a libertação nacional, com a independência do País, passaram a construir um dos entraves à construção do Estado, devido à cultura da “supremacia militar” e da violência, somando-se ao déficit de “boa governação” do poder político, incapaz de modernizar a Administração Pública e de dar resposta aos principais problemas econômicos e sociais (GOMES, 2010, p. 2).

Na década de 1980, foi realizada uma profunda reforma na economia, contudo, esta reforma não atingiu o seu objetivo que é de traçar políticas e estratégias de desenvolvimento, determinar regras e regulamentar a atividade econômica, por outro lado, a reforma iniciada na administração nesse mesmo período não foi concluída por causa da ineficiência pública no atendimento da demanda social e de garantir uma gestão transparente e eficaz dos recursos humanos⁴¹.

Cabe citar também outros fatores internos que dificultaram ou impediram a execução destas reformas na íntegra⁴²:

- ❖ A instabilidade interna do Governo marcada por mudanças freqüentes de ministros e pessoal dos ministérios. Este cenário ganhou contornos com o conflito político militar de 1998/99 em vários ministérios, registrando-se mudanças numa base quase anual;
- ❖ A incerteza na distribuição de poder e a divisão da autoridade executiva entre um Presidente eleito e um Primeiro Ministro que é escolhido pelo parlamento;
- ❖ A ausência de capacidade analítica e técnica adequada no seio do Governo para elaborar e colocar em prática propostas sólidas a fim de levar a cabo a reforma de políticas;
- ❖ A falta de um processo de funcionamento bem estruturado de consulta público-privado com vista a alcançar um consenso comum sobre as prioridades de reforma e se proceda ao acompanhamento da adoção das políticas de reforma.

⁴¹ Ver Guiné-Bissau/**Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP). Versão corrigida em Outubro de 2005 na base do DENARP adotado em Agosto de 2004.**

⁴² Ver Guiné-Bissau/**Estudo do Diagnóstico de Integração do Comércio.** 2012.

Nesse enfoque, é interessante lembrar que a persistente instabilidade política comprova que a tarefa da implementação da reforma de segurança está relacionada aos aspectos abrangentes como a coordenação entre os esforços dos sócios nacionais e internacionais no campo de segurança e do desenvolvimento; necessidade de apoio das competências do Estado de Guiné-Bissau em diferentes áreas; a influência de fatores sub-regionais e o impacto de drogas assim como do crime organizado; o acordo dos investimentos em Reforma do Setor de Segurança com programas de edificação socioeconômica; e a capacitação da mão-de-obra a fim de se apropriar do processo de Reforma do Setor de Segurança (CORREIA, 2008).

Entretanto, entre 2000 e 2003, a instabilidade governamental abrangeu todas as instituições do país, o poder executivo tornou-se instável, devido às mudanças de governos que não tiveram oportunidades suficientes para continuar o seu programa governamental; por outro lado, não se verifica a interdependência entre o poder legislativo, executivo e judiciário e foram substituídos por confrontos, cujo agravamento desorganizou o funcionamento da justiça que por sua vez, se traduziu na dissolução do Parlamento⁴³.

Há, no entanto, que lembrar que a constituição é lei fundamental de um país, por essa razão deve ser respeitada, pois num Estado de Direito, o poder só pode ser exercido através do seu fundamento (a constituição), ao mesmo tempo, garante o bem-estar social de sua população. Desta forma, Santy (2009) refere que na Guiné-Bissau o poder democrático se restringe apenas a escolha do presidente e do governo por meio das eleições periódicas. Em seguida, o autor afirma que a pobreza generalizada, o desemprego, a eclosão de conflitos internos, a intolerância, somados a debilidade do Estado, associada à corrupção e à ineficiência administração se configuram ao lado do distanciamento dos cidadãos da política.

Cabe ainda frisar que aquele país, além de facilitar a circulação de armas, a emigração clandestina e do ponto de trânsito para as atividades do narcotráfico, sobretudo entre a América do Sul e a Europa, o país atualmente depara-se com riscos emergentes ligados a utilização do seu território para refúgio de terroristas procurados pela justiça internacional⁴⁴.

⁴³ Veja Guiné-Bissau/**Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP). Versão corrigida em Outubro de 2005 na base do DENARP adotado em Agosto de 2004.**

⁴⁴ Guiné-Bissau/**Plano Prioritário do Fundo das Nações Unidas para a Consolidação da Paz (PBF).**

Contudo, devido a toda esta fragilidade do Estado de Direito em Guiné-Bissau e conseqüente incapacidade de assegurar as necessidades e os serviços básicos a sua população, desde os primórdios da sua independência, em que foram realizados projetos com o objetivo de apoiar e reconstruir a precariedade nos serviços de administração pública, somados a perda do monopólio legítimo do uso da força e legitimidade do poder, a incapacidade de promover investimentos, principalmente no setor de segurança pública, dentre outros fatores, em virtude disso, o país é designado de Estado falho (GONÇALVES, 2011).

Nessa mesma linha de pensamento, cabe situar a Guiné-Bissau como um Estado predatório conforme ressaltado por Evans (2004) no capítulo anterior, Estado este onde não se verifica a justiça social, a estabilidade política, a liberdade de opinião e tampouco se preocupam com a elaboração da política pública para a melhoria de vida de sua população. Ao contrário disso, o controle do aparato do Estado é centralizado num pequeno grupo de elites e/ou capitalistas que se preocupam apenas em aumentar sua riqueza cada vez mais na base da exploração do trabalho assalariado.

Em face desta fragilidade do Estado discutida até agora será necessário um quadro favorável, com vista à implementação de um Estado de Direito que permita o exercício da democracia, a estabilidade governativa e submissão de todo os atores nacionais, principalmente as Forças Armadas, à constituição e as leis que conduzem o pleno funcionamento do Estado de Guiné-Bissau (PNUAD, 2007). Estes são os principais mecanismos para a restauração da fragilidade das instituições públicas, da incapacidade do poder político e para a consolidação da democracia na Guiné-Bissau.

4.8 Perspectivas

Como já referido, a agricultura é a principal atividade econômica de Guiné-Bissau devido a sua participação no PIB e na geração da mão-de-obra. Apesar disso, este setor nunca recebeu apoio eficaz do Governo na medida em que a produção da população camponesa continua sendo rudimentar, ao mesmo tempo, constata-se uma grande escassez da mão-de-obra qualificada nesse setor. Porém, estes e outros são os principais motivos que induzem a pobreza naquele país, assim como a sua forte dependência pelo mercado externo, no sentido de suprir suas necessidades básicas.

Neste contexto, é necessário maior atenção do Governo no sentido de dar estímulo para o desenvolvimento deste setor, como por exemplo, concessões de créditos para investimentos com juros menores, financiamento de projetos agrícolas, investimentos em tecnologias, treinamento da mão-de-obra, dentre outros. Por outro lado, implementar política de assistência social, adotando medidas de combate á pobreza, por exemplo:

- Combate à corrupção;
- Preservação do Meio Ambiente;
- Reforma agrário e maior incentivo ao desenvolvimento dos setores econômicos em especial do setor agrícola, devido a sua importância na economia;
- Liberdade de expressão, ou seja, preservação dos direitos humanos;
- Igualdade entre gêneros.

Com relação a UEMOA, recomenda-se uma maior severidade no que respeita o cumprimento das leis, na afirmação de acordos e de protocolos e a maior fiscalidade sobre as demais instituições que constituem parte da sua estrutura administrativa.

Nesse sentido, recomenda-se ainda uma serie de medidas com vista à melhoria e consolidação da UEMOA. Por exemplo:

- A continuidade e a rapidez nos investimentos nas infra-estrutura, especialmente no domínio do Programa Econômico Regional, como por exemplo, altos investimentos no setor de saúde, educação, energia e transporte;
- Incentivo ao setor privado através da melhoria aos Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) e da implementação de políticas e industriais de promoção de pequeno e médio porte;
- Intensificação da integração econômica e monetária, com o objetivo de consolidar mercado comum, possibilitando assumir completamente sua função e, apresentar novas oportunidades aos investidores;
- Estímulo ao mercado financeiro regional, assim como a consolidação e o desenvolvimento e da dívida pública;
- Aprimoramento no funcionamento do Mercado cambial;
- Melhoria de um sistema de pagamento seguro eficiente na região.

Sem dúvida essas reformas permitiriam alcançar um crescimento sustentável e durável na zona da União e garantir a confiança dos credores tanto nacionais como estrangeiros para o financiamento das atividades econômicas.

Diante disso, pode-se concluir que a adesão de Guiné-Bissau a UEMOA resultou mais nos custos que nos benefícios, por conta da persistente instabilidade econômica, o que não permitiu uma adesão efetiva do país naquele bloco. Por outro lado, verifica-se uma fraca participação do Estado na condição da economia, devido à ausência de um Estado de Direito. Finalmente, o capítulo seguinte se dedica apenas aos aspectos conclusivos (conclusões, limitações e sugestões para trabalhos futuros).

5. ASPECTOS FINAIS

5.1 Conclusões

Tendo em conta todas as considerações feitas ao longo deste trabalho, ficou evidenciado que a Guiné-Bissau é um dos países mais pobres da UEMOA e depende em mais de 90% de recursos financeiros externos para execução de seu programa de governo desde sua história da independência política. É uma economia caracterizada também pela forte dependência do setor primário quer para o crescimento do PIB, para exportação do produto, quer para absorção da mão-de-obra.

Apesar disso, o país continua a confrontar-se com fortes contrariedades estruturais, marcadas pela fraca diversificação da economia, fraca mobilidade de recursos internos, falta de dinamismo do setor privado e fraco desenvolvimento do capital humano, o que naturalmente leva a perceber que necessitará de uma reestruturação profunda, de um contexto favorável a fim reduzir a pobreza.

A instabilidade política e militar é a principal causa tanto da estagnação econômica quanto da pobreza na Guiné-Bissau. Assim, viu-se que em 1998, a economia sofreu uma profunda estagnação econômica causada pelo conflito político militar. Especificamente, o período já mencionado ficou caracterizado pela paralisação das atividades produtivas, falta de dinamismo do setor privado, fuga do capital privado, contribuindo desta maneira para destruir uma boa parte dos progressos econômicos alcançados, deteriorando ainda mais a já precária situação dos setores sociais.

No que se refere ao domínio de infra-estrutura, esta se encontra em uma situação bastante precária de ajuda as atividades econômicas. Os portos e rodovias, por exemplo,

esbarram na escassez de equipamento adequado para seu pleno funcionamento, o que permitiu a elevação dos preços nos mercados, devido ao alto custo de transporte. Além disso, o país enfrenta graves problemas relacionados à habitação, saneamento básico, energia elétrica e abastecimento d'água (encanada). Em virtude das dificuldades no atendimento as necessidades básicas da população, neste contexto, a oferta de tais serviços representa, não um apenas um direito comum, mas uma espécie de bem de luxo para a maioria da população guineense.

Estes e outros motivos contribuíram para o agravamento da qualidade de vida da população guineense, como já foi destacado nos dados apresentados referentes ao ano de 2010. Se por um lado, viu-se que o país encontrava-se no *ranking* dos países mais pobres do mundo. Por outro lado, viu-se ainda que a pobreza absoluta atinge ainda dois em cada três guineenses, e que existe a expectativa de aumentar cada vez mais, devido o baixo nível do crescimento econômico.

Observou-se também que a taxa de desemprego continua ainda sendo assustadora, principalmente dos jovens, por outro lado, verifica-se um aumento cada vez mais da população ativa. Mas que esta alta do desemprego poderia ser explicada pelo fato do baixo nível de absorção da mão-de-obra na administração pública, e que ficou mais contundente após o conflito político militar de 1998-1999 que paralisou a maior parte do comércio formal, assim como o bloqueio do fluxo de Investimento Direto Externo. Além disso, o referido conflito permitiu que a atividade informal, sobretudo a agricultura fosse à maior empregadora da mão-de-obra, especificamente na zona rural.

Consta-se ainda, que o referido conflito contribuiu também para aumentar o grau da dependência financeira com o estrangeiro, que se transformou no alto endividamento externo. Com efeito, no final do ano de 2009 essa dívida chegou à cifra de 1066,7 milhões de dólares correspondente a 121% do PIB. Já em 2010, o país se beneficiou de uma parte desta dívida (do principal), pelo fato de ter atingido o ponto de conclusão do prazo para iniciativa de pagamento da dívida, que implica dizer a anulação completa da principal parte dessa dívida.

Por outro lado, consta-se também que a adesão da Guiné-Bissau à União Econômica Monetária da África Ocidental (UEMOA), em maio de 1997, não contribuiu para o processo de desenvolvimento do país, ou seja, não ajudou a combater a pobreza, a desigualdade social, nem o desemprego, dentre outras necessidades, devido à fragilidade da UEMOA e da persistente instabilidade política que não permitiu a sua integração de

uma forma efetiva nesta União. Desta forma, a estabilidade monetária foi praticamente o único benefício que a UEMOA proporcionou para a Guiné-Bissau.

Com relação ao comércio a UEMOA não conseguiu implementá-lo de uma forma efetiva e eficaz no seio dos Estados membros. A Guiné-Bissau, por exemplo, mais de 90% das suas exportações são direcionadas para os países fora do bloco, principalmente a Índia, contudo, o Senegal continua sendo o principal parceiro comercial em virtude de sua aproximação geográfica com a Guiné-Bissau. Isto contribuiu em parte para os sucessivos déficits no balanço de pagamento.

Constatou-se também que o sistema bancário, apesar de ter registrado a existência de novos bancos comerciais (Ecobank, Banco Regional de Solidariedade e Banco para o Desenvolvimento da União), continua precário, devido a sua dificuldade no sentido de efetuar os empréstimos tanto para os setores da atividade econômica (principalmente a agricultura) como para a população. E que mais da metade da população não tem acesso aos serviços bancários tendo em conta o alto índice de desemprego no país.

Por último, constatou-se ainda a fraca participação do Estado na condução do desenvolvimento da economia tendo em vista o difícil relacionamento entre os poderes políticos, as instituições democratas, as diferentes forças políticas do país e, sobretudo com o poder militar. Apesar da evolução política observada nos últimos anos em virtude das eleições presidenciais e legislativas, não foi o suficiente para a manutenção alcançar um crescimento econômico sustentado e tampouco para a restauração da estabilidade política no país.

Portanto, acredita-se que o processo de restauração da estabilidade política assim como da independência financeira será pouco provável de ser alcançado, especialmente se pensado em curto prazo, uma vez que o Estado de Direito e as instituições democratas na Guiné-Bissau apesar de existirem formalmente, operam com grande problema e sofrem de constantes ameaças, tanto do poder militar quanto dos movimentos políticos.

Em função disso, constatou-se que a Guiné-Bissau não passa de Estado predatório, Estado este em que se verifica a submissão do poder democrático até mesmo a constituição, ou seja, é um tipo de Estado onde os interesses pessoais de seus dirigentes se encontram acima da vontade da sociedade como um todo.

Por fim, conclui-se que a Guiné-Bissau é um país pequeno, quer na dimensão geográfica quer na população total, com muitas riquezas naturais conjugadas com o alto nível de fertilidade do solo e a abundância de chuva, que poderia ser explorada de uma

forma adequada, mas de modo que os benefícios econômicos auferidos fossem amplamente compartilhados pela população em geral. Para além de tudo isso, se poderia diversificar a economia, e ao mesmo tempo, mobilizar esses recursos naturais, criando assim o dinamismo do setor privado com o intuito de aumentar sua exportação, ao invés de manter sua dependência pela castanha de caju, que ocupa mais de 90% da exportação. Para tanto, vê-se principalmente que as reformas no setor da administração pública e, no setor da segurança são também fundamentais para a restauração da paz, no processo de crescimento econômico para o bem-estar da sociedade.

5.2 Limitações

A primeira condicionante no desenvolvimento da presente pesquisa prende-se as limitações decorrentes tanto do acesso, quantidade e qualidade, quanto a disponibilidade dos dados ou materiais estatísticos sobre os indicadores macroeconômicos (PIB, inflação, emprego, taxa de mortalidade, etc.), a serem comparados, especialmente, os indicadores referente a antes e depois da adesão de Guiné-Bissau a UEMOA.

Uma segunda limitação está na dificuldade em mensurar exatamente o impacto das medidas adotadas no contexto do processo de integração regional com relação ao desenvolvimento dos seus Estados membros, assim como mensurar com exatidão os benefícios e os custos auferidos por Guiné-Bissau após da sua aderência a UEMOA em Maio de 1997.

Por fim, além das supracitadas dificuldades, a que consideramos tão ou ainda maior que as anteriores diz respeito ao principal fator, diretamente relacionado ao país, figurante como nosso objeto de estudo, que é a constatada e persistente instabilidade política, associada à dinâmica tão particular vivida por Guiné-Bissau após sua emancipação política, marcada por grandes rupturas políticas, sócias e econômicas. Portanto, devido todas estas dificuldades apontadas acima, esse trabalho é pioneiro como foi ressaltado anteriormente.

5.4 Sugestões para trabalhos futuros

Contudo esta pesquisa pode vir ainda a ser enriquecida com a consideração de um horizonte temporal mais alargado e a inclusão de outras variáveis que reflitam sobre a adesão de Guiné-Bissau na UEMOA.

Por outro lado, espera-se que o presente trabalho sirva de motivação para futuros trabalhos relacionados ou não com a economia do referido bloco econômico. Finalmente, este trabalho poderá também incentivar outros pesquisadores a realizar um estudo mais aprofundado sobre a questão da instabilidade política na África Ocidental, especificamente na Guiné-Bissau que a principal gargalo do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

AICEP PORTUGAL GLOBAL/**Mercados Informação Goblal**. 2009. Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/PortugalNews/Documents/Docs_Informacao/FM_Guine_Bissau_Dez2009.pdf> Acesso em: Dezembro de 2012.

ALEGRIA, F. **A Europa e a Crise Econômica Mundial**. Marxismo Vivo nº 20 – 2009. Disponível em: < <http://www.archivoleontrotsky.org/phl/www/arquivo/MV20pt/mv20p-10a.pdf> > Acesso em: Julho de 2012.

ALMEIDA, F. D. **Etapas de Integração Regional nos Blocos Econômicos**. 1997. Disponível em: <<http://www.lawinter.com/irelations1.pdf> .> Acesso em: Novembro de 2012.

ANDERSON, P. **Balanço do Neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23. (1995). Disponível em: < http://www.4shared.com/office/jS2qB6kJ/balano_do_neoliberalismo_-_per.html > Acesso em: Agosto de 2012.

ANDRADE, E. Araújo. **A Intervenção do Estado na Economia: Uma Tarefa Coletiva**. 2012. Disponível em: <<http://tccenet.tce.go.gov.br/Downloads/Arquivos/000048/ARTIGO%20TCE-%20O%20PAPEL%20DO%20ESTADO%20NA%20ECONOMIA.pdf>> Acesso em: Outubro de 2012.

ASSAF, Neto Alexandre. Mercado Financeiro. 9ª Edição – São Paulo: Atlas, 2009.

AZEVEDO, Anselmo; Arenga, M. **Prós e Contas da Globalização**. 2007. Disponível em: < <http://arenga.net/UAL/1%BA%20Ano%20-%201%BA%20Semestre/FG/Trabalho/globalizacao.pdf> > Acesso em: Agosto de 2012.

BACELAR, Tânia. **Globalização e Território**. 2008. Disponível em:< <http://blogs.unigranrio.com.br/enade/files/2010/06/globalizacao-e-territorio.pdf>> Acesso em: agosto de 2012.

BANCO DE PORTUGAL. **Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste**. 2010/2012. Disponível em: <http://www.bcplp.org/SiteCollectionDocuments/00_EEPTL_2011.pdf > Acesso em: Maio de 2012.

BATISTA, F. S. C. **Globalização ou Expansão internacional das desigualdades**. 2003. Disponível em: <http://www.viannajr.edu.br/site/menu/publicacoes/publicacao_economia/artigos/edicao3/art30001.pdf> Acesso em: Agosto de 2012.

BATISTA, N. P. **O Consenso de Washington. A Visão Neoliberal dos Problemas Latino-Americano**. 1994. Disponível em: <

http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf> Acesso em: Agosto de 2012.

Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO). **Relatório Anual de 2007**. Disponível em: < http://www.bceao.int/IMG/pdf/Rapport_Annuel_2007.pdf > Acesso em: Outubro de 2012.

BUSS, M. Mariano. **Globalização, Pobreza e Saúde**. 2006. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/~ccs/novidades/ago06/buss_abrasco.pdf. > Acesso em: Agosto de 2012.

CÁ, O. L. **A Contribuição de Paulo Freire na Organização do Sistema Educacional da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Publit, 2007.

CAMPOS, L; CANAZES, S. **Introdução à Globalização**. 2007. Disponível em: < <http://rdpc.uevora.pt/bitstream/10174/2468/1/Introdu%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20Globaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf> > Acesso em: Agosto de 2012.

CARDOSO, J. F. **Regionalismo e Integração Econômica em África**. 2010. Disponível em: http://www.janusonline.pt/popups2010/2010_3_4_6.pdf Acesso em: Dezembro de 2012.

CARNEIRO, Ricardo. **Globalização Financeira e Inserção Periférica**. 1999. Disponível em: < www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=494&tp=a > Acesso em: Julho de 2012.

CELINE, A. K. A. **Tendências e Características da Inserção da UEMOA no Comércio Internacional com MERCOSUL: Potencialidades e Perspectivas**. 2010. Dissertação de mestrado em Engenharia de Produção - UFRJ. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/60/teses/coppe_m/AbognyKoffiAhouCeline.pdf> Acesso em: Dezembro de 2012.

COELHO, B. S. M. T. **Integração Econômica Regional; Que Perspectivas para Timor-Leste (A ASEAN e o Grupo ACP)**. 2003. Dissertação de mestrado em desenvolvimento e cooperação internacional. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1546/1/Tese%20Teresa.pdf>> Acesso em: Dezembro de 2012.

CORREIA, Ana. **O Impacto do Narcotráfico no Desenvolvimento da África Ocidental o Caso da Guiné-Bissau**. 2009. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento - Documento de Trabalho nº 2. Disponível em: <http://www.ipad.mne.gov.pt/CentroRecursos/Documentacao/Documentos%20de%20Trabalho/Documents/DT_Narcotrafico.pdf> Acesso em: Setembro de 2012.

CORREIA, J. J. **Os Impactos da Integração Regional no Âmbito da Arrecadação de Receitas para o Estado Moçambicano**. 2008. Trabalho de conclusão de curso. Disponível em: <<http://www.saber.ac.mz/bitstream/10857/2066/1/Eco-322.pdf>> Acesso em: Novembro de 2012.

CRISPIM, B. D. **As Teorias de Integração Regional, o Pensamento Econômico e a Experiência do Mercosul: Um Estudo Teórico.** 2002. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/866/2/Cap%20I_1.1%20-%201.2%20-%201.3_.pdf> Acesso em: Outubro de 2012.

DJALÓ, M. M. A. **Regionalização como busca de alternativa na África pós-colonial: A Guiné-Bissau e a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA).** 2010. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia292724.pdf>> Acesso em: Outubro de 2012.

DUARTE, Júlio J. T. **Impacto da globalização em Angola.** 2010. Disponível em: <http://www.jtrindade.com.br/wp-content/uploads/2011/11/O_Impacto_da_Globalizacao_em_Angola_2010.pdf> Acesso em: Outubro de 2012.

EVANS, Peter, B. **Autonomia e Parceria: Estados e Transformação Industrial.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

FERNANDES, J. A. **A Integração Econômica como Estratégia do Desenvolvimento do Continente Africano: Proposta de Fusão Entre Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).** 2007. Disponível em: <http://www.didinho.org/dissertacao_de_mestrado_de_Joel_Alo_Fernandes.pdf> Acesso em: Outubro de 2012.

FERNANDES, Litos N. **Economia Política da Integração Regional na África Ocidental: União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) Como Estratégia para o Desenvolvimento regional.** 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36098/000817469.pdf?sequence=1>> Acesso em: Outubro de 2012.

FERNANDES, Litos N. *et al.* **Integração Econômica Regional na África Ocidental: Uma visão crítica.** *Revista Conjuntura Austral* {ISSN: 2178-8839, Vol. 2, nº 8} Out. Nov 2011. Disponível em: <[seer.ufrgs.br/Conjuntura Austral/article/download/23459/14003](http://seer.ufrgs.br/Conjuntura_Austral/article/download/23459/14003)> Acesso em: Janeiro de 2013.

FERNANDES, Litos N. **A pobreza na África Subsaariana no mundo globalizado.** *Revista de Desenvolvimento Econômico.* ISSN eletrônico 2178-8022. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1215>> Acesso em: Janeiro de 2013.

FERREIRA, E. M. **Integração econômica em África: Poder e Identidade.** 2012. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6891.pdf>> Acesso em: Novembro de 2012.

FERRER, H. M. W. **O Brasil na Década de 1990: Início do Processo de Inserção no Mercado Mundial.** 2012. Disponível em: <http://www.derechoycambiosocial.com/revista028/no_mercado_mundial.pdf> Acesso em: Julho de 2012.

FRIEDEN A. J. **Capitalismo Global. História do Pensamento e Econômica do Século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

Fundo Monetário Internacional. (Relatório) N° 11/354. 2011. **Guiné-Bissau: Segundo Documento de Estratégia Nacional da Pobreza.** Disponível em: <<http://www.imf.org/external/lang/Portuguese/pubs/ft/scr/2011/cr11353p.pdf>> Acesso em: Outubro de 2012.

GALVÃO, N. L. D. **Integração Continental na África: Estrutura Institucional e Liderança.** 2012. Disponível em: <<http://www.forumafrika.com.br/Texto%20FORUM%20AFRICA%20-%20publica%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso em: Novembro de 2012.

GATTO, M. F, Leite e Lima. **Atuações de Estado e Desenvolvimento: Aspectos Teóricos.** 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra). Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=H342025>> Acesso em: Agosto de 2012.

GENNARI, M. Adilson. **Globalização, Neoliberalismo e Abertura Econômica no Brasil nos Anos 90.** PESQUISA & DEBATE. SP, volume 13, n. 1(21), p. 30-45, 2001. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/edicoes/\(21\)adilson_marcos.pdf](http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/edicoes/(21)adilson_marcos.pdf). > Acesso em: Julho de 2012.

GOMES, B. T. **O Conceito de Neoliberalismo.** 2012. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/13772711/2048764738/name/O+conceito+de+neoliberalismo.pdf>> Acesso em: Julho de 2012.

GOMES, A. R. **O Poder Militar Desedificação do Estado do Direito e da Democracia na Guiné-Bissau.** 2010. Disponível em: <http://www.repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/2347/1/CIEA7_34_GOMES_O%20poder%20militar%20e%20a%20desedifica%C3%A7%C3%A3o%20do%20estado%20de%20direito.pdf> Acesso em: Outubro de 2012.

GONÇALVES, C. C. **Integração Econômica e o Princípio da Soberania Nacional. 2007.** Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/28934-28952-1-PB.pdf>> Acesso em: Novembro de 2012.

GONÇALVES, J. S. **O Estado Falhado Enquanto Espaço de Edificação do Crime Organizado Transnacional – o caso de Guiné-Bissau.** 2011. Dissertação de mestrado – Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3820/1/Tese%20de%20Mestrado_Sara%20Jo%C3%A3o%20Gon%C3%A7alves.pdf> Acesso em: Julho de 2012.

GOULARTI, Filho. Alcides. **O Pensamento de Celso Furtado: Crença e Desilusões.** 2012. Disponível em: <<http://www.redcelsofurtado.edu.mx/archivosPDF/filho.pdf>> Acesso em: Junho de 2012.

GUINÉ-BISSAU/**Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP)**. Versão corrigida em Outubro de 2005 na base do DENARP adotado em Agosto de 2004. Disponível em: <<http://www.stat-guinebissau.com/denarp/denarp.pdf>> Acesso em: Dezembro de 2012.

GUINÉ-BISSAU/**Estudo do Diagnostico da Integração do Comércio**. 2012. Disponível em: <http://www.enhancedif.org/documents%20FR/portuguese/Guinea-Bissau_DTIS_Portuguese.pdf> Acesso em: Outubro de 2012.

GUINÉ-BISSAU/**Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural**. 2006. (Relatório) de FAO: Food and Agriculture Organization. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/Biblioteca/bib_GBS_GB_PAN-LCD-Vers%C3%A3o_Semi-final.pdf> Acesso em: Abril de 2012.

GUINÉ-BISSAU/**Ministério da Economia e Finanças. Programa Plurianual de Convergência 2001-2003**. 2001. Disponível em: <www.izf.net/upload/document/JournalOfficiel/.../Bissau_plurianual.rt> Acesso em: Dezembro de 2012.

GUINÉ-BISSAU/**Ministério da Economia, Plano e Integração Regional. (Relatório) de Segmento e Avaliação do Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza**. 2009. Disponível em: <http://www.gw.undp.org/rapports/Relatorio_seguimento_DENARP_2009.pdf> Acesso em: Outubro de 2012.

GUINÉ-BISSAU/**Ministério das Finanças. (Relatório) Finanças Públicas – Estado “Janeiro a Setembro de 2011”**. Disponível em: <<http://minfin-gov.bissau.net/documentos/Relat.%20Fin.%20Publ.%20Janeiro%20a%20Setembro%202011.pdf>> Acesso em: Outubro de 2012.

GUINÉ-BISSAU/**Ministério das Finanças. Notas de Finanças**. Dez. de 2012. Ed. 1º. Disponível em: <http://minfin-gov.bissau.net/documentos/layout_final_2010.pdf> Acesso em outubro de 2012.

GUINÉ-BISSAU/**Plano Prioritário do Fundo das Nações Unidas para a Consolidação da Paz (PBF)**. Documento esboço final. 2008. Disponível em: <[http://www.didinho.org/PBF_Guinea_Bissau_Priority_Plan_\(Portuguese_24Jun2008\).pdf](http://www.didinho.org/PBF_Guinea_Bissau_Priority_Plan_(Portuguese_24Jun2008).pdf)> Acesso em: Dezembro de 2012.

GUINÉ-BISSAU/**Prestação de Serviços Sociais Básicos num Contexto de Fragilidade Estatal e de Transição Social**. Documento do Banco Mundial nº 444427 – GW 2008. Disponível em: <[http://www.didinho.org/versao_portuguesa\[1\].pdf](http://www.didinho.org/versao_portuguesa[1].pdf)> Acesso em: Dezembro de 2012.

IPEA. **A Crise Financeira Global e Seus Reflexos Sobre a Economia Brasileira**. Carta de Conjuntura. Dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/cartaconjuntura/carta05/1_Crise.pdf> Acesso em: Agosto de 2012.

KINCHIN, C. C. E; Pires, V. **Impacto Neoliberal Sobre as Políticas Sórias: Uma Breve Discussão.** 2012. Disponível em: <http://pires.pro.br/documentos/impactodoneoliberalismosobreaspolicassociais_umabrev ediscussao27082.pdf> Acesso em: Agosto de 2012.

KOCHER, Bernardo. **Vinte e Cinco Anos de Globalização: A História de Um Conceito.** 2009.

Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/files/KocherBernardo.pdf>> Acesso em: Julho de 2012.

LAZZARESCHI, Noêmia. **A Crise Econômica Mundial, Globalização da Economia e a Reestruturação Produtiva.** 2007. Disponível em: <<http://www2.videolivaria.com.br/pdfs/4827.pdf>> Acesso em: Agosto de 2012.

LONDERO, D; Richter, I. **Globalização e a Nova Cidadania.** 2012. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistadireito/eds/v2n3/a05.pdf>> Acesso em Julho de 2012.

MACEDO de Braga, J; Kabbaj, Omar. **Integração Regional na África.** 2002. Disponível em: <<http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/410203ue5.pdf?expires=1356637625&id=id&accname=guest&checksum=9A883E1FC704C42F197C8728F14F50BF>> Acesso em: Dezembro de 2012.

MACHADO, B. J. "**Mercosul: Processo de Integração: Origem, Evolução e Crise**", São Paulo, Ed. Aduaneiras Ltda., 2000, Capítulo 1, p. 19-58. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/machado_j_b.teoria_da_integracao_2000_1.pdf> Acesso em: Novembro de 2012.

MAGNO, Carlos. **A Origem da Globalização e o Mercosul.** 2007. Disponível em: <http://www.cofecon.org.br/index.php?Itemid=99&id=551&option=com_content&task=view> Acesso em: Agosto de 2012.

MARIANI, J. E. **A Trajetória de Implantação do Neoliberalismo.** Revista Urutagua – revista acadêmica Nº 13 – ago/set./out./Nov. 2007 – Quadrimestral – Maringá – Paraná – Brasil – ISSN 1519.6178. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/013/13mariani.htm>> Acesso em: Agosto de 2012.

MARIANO, P. K. **Globalização, Integração e o Estado.** 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n71/04.pdf>> Acesso em: Julho 2012.

MIYAZAKI, M. **Regionalismo no Pacífico Asiático: Integração Econômica Pelo Comércio Exterior.** Revista de economia política, vol, 16, nº 1 (61), Janeiro-Março/1996. Disponível em: < <http://www.pucsp.br/geap/artigos/regionalismonopacifico.pdf>> Acesso em: Outubro de 2012.

MONTOYA, M.; Chaminade, C. (1994) **Teoria e Praxe da Integração Econômica na América Latina; Uma abordagem dos Desequilíbrios Regionais** [Theory and Practice of Economic Integration in Latin-America. Tackling Regional Disequilibriums] in Teoria e Evidencia Económica, year 2, nº 4. 123-146.

MORE, F. R. **Integração Econômica Internacional**. 1998. Disponível em: <<http://www.more.com.br/artigos/Integracao%20Economica%20Internacional.pdf>> Acesso em: Dezembro de 2012.

MOTTA, M. C. **Ricos Discursos (e miseráveis efeitos) da Política Neoliberal**. 2001. Disponível em: < http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_celia_motta.pdf > Acesso em Julho de 2012.

ORTIZ, Renato. **Globalização: Notas Sobre Um Debate**. 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/se/v24n1/a10v24n1.pdf> > Acesso em: Agosto de 2012.

OTRANTO, R. Célia. **Neoliberalismo Como Proposto Hegemônica**. 1999. Disponível em: < http://www.celia.na-web.net/pasta1/Texto_1.pdf > Acesso em: Agosto de 2012.

OULHAJ, L. **Globalização Migrações Internacionais e Pobreza Um Ponto de Vista Marroquino**. 2007. Disponível em: < http://www4.fe.uc.pt/ciclo_int/doc_06_07/oulhaj.pdf > Acesso em: Agosto de 2012.

PEREIRA, B. C. L. **A Crise Financeira de 2008**. Revista de Economia Política, vol. 29, nº 1 (113), pp, 113-149, janeiro-março/2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n1/08.pdf>> Acesso em: Setembro de 2012.

PEREIRA, B. C. L. **O Segundo Consenso de Washington e Quase-Estagnação da Economia Brasileira**. Revista de Economia Política, vol. 23, nº 3 (91), julho-setembro/2003. Disponível em:< <http://www.rep.org.br/pdf/91-1.pdf>> Acesso em: Setembro de 2012.

PETRI, C. F; Weber, T. B. **Os Efeitos da Globalização nos Processos de Integração dos Blocos Econômicos**. Revista dos alunos do programa de pós-graduação em integração latino-americana – UFSM - - Vol. 2 nº 2 – 2006. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/mila/publicacoes/reppilla/edicao02-2006/2006%20%20artigo%205.pdf>> Acesso em: Julho de 2012.

PIB da Zona do Euro Deve Recuar 0,5% Neste Ano. Relatório de Ernst & Young -2012. Disponível em: < http://www.britcham.com.br/download/Eurozone_Spring_Forecast_Port.pdf > Acesso em: Julho de 2012.

PINTO, T. A. **O Que a Globalização Está Fazendo Com o Planeta? Avanços Tecnológicos; Impacto na Redução e Resgate da Identidade - Cultural**. 2012. Disponível em: <http://www.fsma.edu.br/visoes/ed03/3ed_artigo2.pdf> Acesso em: Agosto de 2012.

POLLI, R. J. **Ética e neoliberalismo: Razões opostas**. 2012. Disponível em: < http://www.anchieta.br/unianchieta/revistas/analise_new/pdf/analise17.pdf > Acesso em: Julho de 2012.

PLANO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO (PNUAD) 2008-2012. 2007. Guiné-Bissau. Disponível em: <http://www.gw.undp.org/UNDAF_PT.pdf> Acesso em: Novembro de 2012.

PRADO, D. C. L. **Mercosul como Opção Estratégica de Integração: Notas Sobre a Teoria da Integração e Estratégias de Desenvolvimento.** Ensaios FEE, Porto Alegre v 18, nº 1, pg. 276-299, 1997. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1891/2265>> Acesso em: Dezembro de 2012.

PREDEBON, A. E. **Internacionalização e Integração Econômica: O caso da WEG S.A.** 2010. Dissertação de mestrado em Concentração Estratégia e Organizações. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/24925/INTERNACIONALIZACAO%20E%20INTEGRACAO%20ECONOMICA%20O%20Caso%20da%20WEG%20S%20A.pdf?sequence=1>> Acesso em: Novembro de 2012.

RASIA, A. P. Marcos. **Relação entre Globalização e Mercado Trabalho.** 2012. Disponível em: <http://paginas.ucpel.tche.br/~rasia/sa3/Rela%E7%E3o_entre_Globaliza%E7%E3o_e_Mercado_de_Trabalho.pdf> Acesso em: Agosto de 2012.

RATTNER, H. **Globalização: Em Direção a Um Mundo Só?** 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n25/v9n25a05.pdf>> Acesso em: Julho de 2012.

SAMGREMAN Carlos *et al.* **A evolução política recente na Guiné-Bissau: As eleições presidenciais de 2005; Os conflitos; Desenvolvimento; A sociedade civil.** 2006. Disponível em: <http://www.republica-da-guine-bissau.org/cesa_doc_trab_70.pdf> Acesso em: Outubro de 2012.

SANTOS, G. J. **A influência da Integração no Direito Administrativo Guineense.** 2010. Dissertação de mestrado em Direito Administrativo. Disponível em: <[http://www.fd.uc.pt/~stavares/FDUC/Arquivo_2009_2010/Entradas/2010/5/25_Direito_administrativo_europeu_\(3\)_files/Trabalho%20da%20Jurisprudência%20do%20Direito%20Administrativo%20Maio%20de%202010.>](http://www.fd.uc.pt/~stavares/FDUC/Arquivo_2009_2010/Entradas/2010/5/25_Direito_administrativo_europeu_(3)_files/Trabalho%20da%20Jurisprudência%20do%20Direito%20Administrativo%20Maio%20de%202010.>)> Acesso em: Dezembro de 2012.

SANTOS, S. T. **Globalização e Exclusão: A Dialética da Mundialização do Capital.** 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222001000200008&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: Agosto de 2012.

SANTY, A. R. A. **Avanços e Impasses no Processo de Transição Política em Guiné-Bissau (1993-2009).** Trabalho de conclusão do curso – UFRGS. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18999/000733730.pdf?sequence=1>> Acesso em: Dezembro de 2012.

SEIDE, Ussumane. **Economia de Guiné-Bissau e os Objetivos de Milênio.** Disponível em: <<http://www.didinho.org/EconGB.pdf>> Acesso em: Outubro de 2012.

SILVA da, R. L. Lopes Jr, P. O. **Globalização – de sua gênese mercantilismo neoliberalismo burguês**. Revista eletrônica inter-legere – número 3 – (JUL/DEZ 2008). Disponível em: < <http://cchla.ufrn.br/interlegere/revista/pdf/3/es01.pdf> > Acesso em: Agosto de 2012.

SILVA, S. A. L. **A Crise da Zona do Euro e o Sistema Financeiro Europeu**. 2012. Disponível em: < http://www.controversia.com.br/uploaded/pdf/12683_120106-artigodintepanoramaeuropeu.pdf > Acesso em: Agosto de 2012.

SOUSA, G. **Processos Eleitorais (in) Segurança Humana na Guiné-Bissau: Nexos Entre as Liberdades Fundamentais e Segurança Humana**. 2012. Disponível em: < <http://www.segurancahumana.eu/data/res/cb/798.pdf> >. Acesso em: Maio de 2012.

SOUSA, L. Nadia. **Globalização: Origem e Evolução**. Caderno de Estudo Ciência e Empresa, Teresina, Ano 8 nº1 julho de 2011. Disponível em: <<http://www.faete.edu.br/revista/Artigo%20Andreia%20Nadia%20Globalizacao%20ABNT.pdf>> Acesso em: Agosto de 2012.

SOUZA, A. Nilson. **Economia Internacional Contemporânea: da depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008**. São Paulo: Atlas, 2009.

SOUZA, J. Nali. **Globalização, Crescimento e Pobreza. A visão do Banco Mundial Sobre os Efeitos da Globalização**. 2012. Disponível em: <. <http://www.nalijSouza.web.br.com/downloads/artigos/globalizacao.pdf>> Acesso em: Agosto de 2012.

VASCONCELLOS, S. A. *et al.* **Economia Brasileira Contemporânea**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

VIERIRA, dos Santos, Naldeir. **A Globalização e o Papel das ONG's na Sustentação da Economia Informal**. III SEGe T – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2012. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos06/557_artigo%20analise%20organizacional%20Seget.pdf > Acesso em: Agosto de 2012.

WERMELINGER, P. A. C. F. **Efeitos da Globalização na Relação do Trabalho**. Publicado em XVIII Congresso Nacional do CONPEDI, realizado em São Paulo – SP nos dias 04, 05, 06 e 07 de novembro de 2009. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/Anais/sao_paulo/2607.pdf> Acesso em: Julho de 2012.

YALÁ, A. D. **Política Monetária do BCEAO e o Crédito Interno na UEMOA: Os casos de Benin, Costa do Marfim, Guiné-Bissau e Senegal**. 2010. Dissertação do mestrado em economia monetária e finanças. Disponível em: <<http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/3484/1/Tese.pdf>> Acesso em: Setembro de 2012.

ANEXO

ANEXO A1- Tabelas 1 e 2.

Tabela 1- Guiné-Bissau: Receitas fiscais em percentagem do PIB

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Receita corrente	17,7	19,3	16,3	15,3	15,2	17,2	17,6	19,5
Receitas fiscais	9,7	11,4	10,1	8,4	8,7	8,3	11,5	11,5
Imp. Diretos	1,7	2,1	1,9	1,6	2,1	2	2,6	3
Imp. Indiretos	8	9,4	8,2	6,8	6,6	6,3	9	8
Imp. s/comércio externo	4,1	5,1	4,3	2,6	2,8	2,8	3,7	4
Imp. Sobre bens e serviços	2,6	3,5	3,4	3,5	3,6	3,2	4,9	4
Outros Imp. Indiretos	1,2	0,7	0,5	0,6	0,2	0,2	0,4	0
Receitas não- fiscais	8	7,8	6,7	6,9	8,9	8,9	6,1	8

Fonte: FMI (WWW.imf.org. Selected Issues and Statistitcal Appendix) *apud* Cassamá M (2010)

Tabela 2- Guiné-Bissau: Principais Indicadores Orçamentais em % do PIB

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Receitas totais	22,6	25,3	34,5	29,8	30,8	30,8
Receitas correntes	15,3	15,2	17,2	17,3	19,2	15,2
Receitas não - tributarias	6,9	6,5	8,3	6	7,9	4,5
Receitas tributarias	8,4	8,7	8,3	11,5	11,5	10,8
Donativos	6,1	7,7	17,2	12,5	11,6	15,6
Despesas totais	32,7	38	49,5	41,5	39,5	41
Despesas correntes	23,8	25,3	29,5	27,2	28,4	27,2
Despesas c/pessoal	7,4	9,9	11,4	13,2	12,5	12,6
Bens e serviços	5,4	2,8	3,2	4,7	4,8	3,6
Transferências	3,2	3,7	3,5	3,8	5,1	5,4
Juros da dívida programada	4,8	5,6	6,1	4,2	3,1	2,2
Despesas de capital	8,7	13,1	19,8	14,3	12	13,8
Déficit global	-10,1	-12,7	-15	-11,7	-9,5	-10,1
Déficit global s/donativos	-17,4	-23	-32,2	-24,2	-18,2	-25,7

Fonte: BCEAO (www.bcao.int); Banco de Portugal (www.bportugal) – Evolução das economias dos PALOPS e Timor-Lesta) *apud* Cassamá M (2010)

ANEXO A2 – Tabelas 3 e 4.

Tabela 3- Informação geral dos países da UEMOA

País	Hab. 2009 (em milhões)	Área (km2)	Data Indep.	Governo	Idioma
Benin	9,1	114 765	01/08/1960	Presid.	Francês
Burkina Faso	15,8	274 200	05/08/1960	Semi-pres	Francês
Costa do Marfim	21	322 463	07/08/1960	Presid.	Francês
Guiné-Bissau	1,7	36 125	24/09/1974	Semi-pres	Português
Mali	13	1 240 192	22/09/1960	Presid.	Francês
Níger	15,2	1 267 000	03/08/1960	Presid.	Francês
Senegal	13,3	197 722	04/04/1960	Presid.	Francês
Togo	6,6	56 785	27/04/1960	Presid.	Francês

Fonte: Elaboração própria com base Visentini (2011) e UEMOA (2010) *apud* Cassamá M (2010)

Tabela 4- Estrutura fiscal guineense: Comparação internacional – 2006

	Benin	Burkina Faso	Côte d'Ivoire	Guiné-Bissau	Mali	Níger	Senegal	Togo
Receitas fiscais	100	100	100	100	100	100	100	100
Imp. Diretos	24,9	23,7	31,5	25,4	19,1	17,3	23,8	26,2
Imp. Indiretos	75,1	73,3	68,5	72,9	80,9	82,7	76,2	73,9
S/bens e serviços	23,2	53,6	-	35,6	46	25,6	57,8	20,5
S/comércio internacional	51,9	19,7	-	37,3	34,9	51,8	23,8	51,5
Outros	-	3	-	1,7	nd	5,3	-	1,8

Fonte: FMI (WWW.imf.org. Selected Issues and Statistitcal Appendix) *apud* Cassamá M (2010)